

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
FACULDADE DE ENGENHARIA  
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA

VALÉRIA DA SILVA MODENESE  
Engenheira Agrônoma

**EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA  
PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E RENDA DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES ASSENTADOS DE MIRANDÓPOLIS (SP)**

Ilha Solteira

2017

VALÉRIA DA SILVA MODENESE

Engenheira Agrônoma

**EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA  
PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E RENDA DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES ASSENTADOS DE MIRANDÓPOLIS (SP)**

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Engenharia da UNESP, Campus de Ilha Solteira,  
para obtenção do título de Mestre em Agronomia.  
Especialidade: Sistemas de Produção.

Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant'Ana  
**Orientador**

Ilha Solteira

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

Modenese, Valéria da Silva.

M689e Efeitos do programa de aquisição de alimentos (PAA) na produção, comercialização e renda dos agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP) / Valéria da Silva Modenese. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2017  
117 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Sistemas de Produção, 2017

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana  
Inclui bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Compras governamentais. 3. Percepção dos produtores. 4. Agricultura familiar. 5. Território Prof. Cory/Andradina.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Ilha Solteira

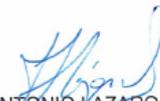
**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na produção, comercialização e renda dos agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP)

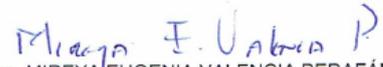
**AUTORA: VALERIA DA SILVA MODENESE**

**ORIENTADOR: ANTONIO LAZARO SANT ANA**

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em AGRONOMIA, especialidade: SISTEMAS DE PRODUÇÃO pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA  
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

  
Profa. Dra. MARIA APARECIDA A TARSITANO  
Departamento de Fitotecnia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

  
Profa. Dra. MIREYA EUGENIA VALENCIA PERAFÁN  
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária / Universidade de Brasília

Ilha Solteira, 22 de agosto de 2017

Dedico este trabalho em memória do meu querido e saudoso pai, agricultor familiar, que viveu uma vida difícil, porém feliz, e que deve estar muito orgulhoso de onde estiver de poder contemplar essa conquista da filha que terá o título de Mestre em Agronomia.

*Pai sou eternamente grata a você!*

## AGRADECIMENTOS

Realmente foi difícil imaginar que este momento chegaria e que traria uma sensação tão incrível de dever cumprido diante desse trecho difícil da vida. Que alívio imenso! Tal sentimento não poderia existir hoje se não fossem todas as contribuições que recebi, em primeiro lugar de Deus, ou dessa “força tão grande”, que devido a motivos que desconheço me guia exatamente pelos caminhos que devo percorrer, nos quais sem questionar eu sigo, e graças a “Ele” sai sempre da melhor maneira. *Tão boa essa sensação. Obrigada meu Deus!*

Agradeço a minha amada mãe (Maria Goreth), esse anjo que me foi enviado, especialmente para me cuidar. *Obrigada pela paciência com a minha chatice e minha choradeira durante a execução desse trabalho, e obrigada por todo zelo para que eu conseguisse passar por mais esta etapa da minha jornada. Obrigada principalmente por me apoiar em todas as minhas escolhas. Você é realmente a mãe que eu pedi a Deus.*

Ao meu irmão Nil e minha cunhada Lisa que me deram o melhor presente deste meu breve retorno ao “ninho”, minha sobrinha Luiza, este anjinho que encheu de alegria as nossas vidas. *Obrigada também pelos momentos de descontração quando estava exausta e vocês me chamavam para tomar uma cerveja (rsrsrs).*

Ao “companheiro” Doglinhas, o irmão que Deus me presenteou na vida. *Obrigada companheiro por me apresentar um caminho quando quis voltar, pelo incentivo a realizar este mestrado, pelos dois anos de convívio diário, essenciais para que eu pudesse ser como sou hoje. Obrigada por emanar seus pensamentos mesmo que a mais de 1000 Km de distância, “eles” são tão fortes que chegaram até aqui e me ajudaram a concluir este trabalho. Enfim, os agradecimentos a você não caberiam aqui se fosse escrever todos. Obrigada por tudo amigo!*

À querida “companheira pesquisadora” Flaviana e a amiga Kxaça, as quais pude conviver e aprender muito também na nossa empreitada no Nedet. *Meninas as nossas conversas nas voltas das reuniões do Grupo de Mulheres em Andradina seguirão para sempre comigo. Foi rico demais conviver esse tempo com vocês, nem imaginam...*

Ao “Dondinho” (Israel) meu amigo do coração, amigo de confidências e de todos momentos. Amigo que apareceu na minha vida meio que do nada e a nossa amizade foi instantânea, daquelas que no primeiro dia você já anda dentro do carrinho de supermercado na madrugada em Campinas empurrada pela pessoa, sabe? (rsrsrs). Pois é, foi instantânea e será para sempre. *Obrigada amigo pelas ligações inesperadas nesta fase tensa quando sumia por alguns dias, me traz sempre muita alegria.*

À “mundiça” Karem, grande companheira, amiga aquela que faz a graduação com você e apesar disso só se torna sua amiga no dia da sua formatura (rsrsrs). Pois bem, a vida tem dessas coisas. Hoje é uma amiga que sei que posso contar e que aprendi a gostar demais. *Obrigada companheira pelos momentos de distração em que tomamos umas bebidinhas (rsrsrs), e obrigada por todas palavras de incentivo diante das minhas lamentações.*

À amiga Lucita pelos ótimos momentos de convivência que pudemos passar nos tempos de Nedet, foi um tempo muito bom. Que feliz que aproveitamos tamanha oportunidade. *Obrigada “Lu” por me receber tão bem em Brasília, foi um fim de semana incrível aquele. Não esqueci o áudio no whatsapp me animando e dando forças para não desistir de escrever a dissertação mesmo com todas as dificuldades, afinal você também é uma prova viva de que esse momento como os outros da vida, também passa.*

Ao professor e orientador Antonio Lázaro Sant’Ana, agradeço a orientação e contribuição para realização deste trabalho, pela confiança no meu pragmatismo *como o senhor mesmo me definiu (rsrsrs). Agradeço também a oportunidade que me deu de retornar a equipe depois de um tempo sumida pelos “trechos” da vida, e ter a honra de integrar a equipe Nedet, foi de imenso crescimento pessoal e profissional.*

A todos os Agricultores Familiares que participaram deste estudo, em especial a dona Olga pela ajuda prestada com tamanha disposição.

Por fim, sou imensamente grata a todos amigos espirituais que sempre me guardam e certamente não mediram esforços para me emanar boas energias, sem as quais não teria forças para concluir esta etapa da minha vida.

**Muito obrigada!**

## RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo governo federal em 2003, vincula uma rede de atores em nível nacional e local, visando garantir alimentos em quantidade e qualidade para as pessoas em situação de insegurança alimentar, assim como, incentivar a produção e comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar. A presente pesquisa objetivou analisar os efeitos do PAA em relação a fatores como a produção, a comercialização e a renda dos agricultores familiares assentados e beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Compra para Doação Simultânea, do município de Mirandópolis (SP), a partir da visão desses agricultores. A metodologia da pesquisa baseou-se na aplicação de questionários a 50 agricultores familiares beneficiários do PAA, em 2014, residentes em três assentamentos do referido município. Atendidos esses critérios, a escolha dos produtores deu-se de forma aleatória. Entre os principais efeitos do Programa, na percepção dos agricultores pesquisados, estão o aumento a diversidade da produção para fins de comercialização; a redução da participação em outros canais de comercialização, principalmente via intermediários; a ampliação da participação em associações e do conhecimento que tinham em termos técnicos e de crédito rural; a maior valorização de sua condição de agricultor familiar; e o aumento expressivo na renda familiar após a inserção no PAA.

**Palavras chaves:** Políticas públicas. Compras governamentais. Percepção dos produtores. Agricultura familiar. Território Prof. Cory/Andradina.

## ABSTRACT

The *Programa de Aquisição de Alimentos* - PAA (Food Acquisition Program), created by the federal government in 2003, links a network of social actors on a national and local level, aiming to ensure food in quantity and quality for people in situations of food insecurity, as encouraging production and commercialization of products from family farming. The present study goal was to analyze the effects of PAA in relation to factors such as production, commercialization and the income of rural settlement farmers and beneficiaries of PAA, in the mode *Compra para Doação Simultânea* (Purchase for Simultaneous Donation), in the city of Mirandópolis (SP), from the farmers point of view. The research methodology was based on the application of questionnaires to 50 family farmers, beneficiaries of the PAA in 2014, residents of three rural settlements of the said city. Meeting these criteria the choice of the farmers was made randomly. Among the major effects of the Program, in the perception of the farmers researched, are the increase in the diversity of the production for commercialization purposes; the reduction in the participation in other commercialization channels, mainly through intermediaries; the enlargement of the participation in associations and the knowledge that they had in technical terms and of rural credit; the greater appreciation of their condition as a family farmer; and the significant increase in family income after the insertion in the PAA.

**Keywords:** Public policy, government purchase, perception of farmers, Family farming, Territory of Cory/Andradina.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Mapa dos municípios que compõem o Território Rural Prof. Cory/Andradina .....	<b>35</b>
<b>Figura 2 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o Estado Civil, em Mirandópolis (SP) .....	<b>44</b>
<b>Figura 3 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a faixa etária, em Mirandópolis (SP) .....	<b>45</b>
<b>Figura 4 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o grau de escolaridade, em Mirandópolis (SP) .....	<b>46</b>
<b>Figura 5 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o Tempo de Participação no Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>47</b>
<b>Figura 6 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o número de itens produzidos para comercialização antes e após a inserção no Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>48</b>
<b>Figura 7 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da variedade de produtos agrícolas produzidos nos lotes após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>55</b>
<b>Figura 8 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da variedade de produtos agrícolas comercializados após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP) .	<b>55</b>
<b>Figura 9 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da quantidade de produtos agrícolas comercializados após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP)	<b>56</b>
<b>Figura 10 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da variedade de criações nos lotes após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>56</b>
<b>Figura 11 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da variedade de produtos animais comercializados após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP)	<b>58</b>

<b>Figura 12 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da quantidade de produtos animais comercializados após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP)	<b>58</b>
<b>Figura 13 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a diminuição dos custos de produção dos produtos agrícolas após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP)	<b>59</b>
<b>Figura 14 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a diminuição dos custos de produção das criações após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>59</b>
<b>Figura 15 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a os principais canais de comercialização, antes e após a inserção no Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>63</b>
<b>Figura 16 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da renda obtida com a produção agropecuária após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>65</b>
<b>Figura 17 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a adoção de novas técnicas de plantio e manejo após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>65</b>
<b>Figura 18 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento e diversificação do número de clientes interessados em adquirir a produção após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>66</b>
<b>Figura 19 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a adoção de técnicas sustentáveis, como a agricultura orgânica, e redução dos impactos ambientais em relação a água, meio ambiente e ao solo após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>67</b>
<b>Figura 20 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a busca de informações com os produtores vizinhos, em Mirandópolis (SP) .....	<b>70</b>
<b>Figura 21 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a busca de informações com os consumidores/compradores, em Mirandópolis (SP) .....	<b>70</b>

<b>Figura 22 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a busca de informações com os fornecedores de insumos, em Mirandópolis (SP) .....	<b>71</b>
<b>Figura 23 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a participação em organizações e movimentos sociais antes e após o Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>72</b>
<b>Figura 24 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o conhecimento das diferentes organizações que trabalham para o fortalecimento da agricultura familiar, em Mirandópolis (SP) .....	<b>73</b>
<b>Figura 25 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aprendizado de novas práticas para produção e comercialização dos produtos, em Mirandópolis (SP) .....	<b>74</b>
<b>Figura 26 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o acesso a outros programas de governo para melhorar a produção e transformação, em Mirandópolis (SP) .....	<b>74</b>
<b>Figura 27 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o acesso a outros programas de governo para melhorar a comercialização, em Mirandópolis (SP) .....	<b>75</b>
<b>Figura 28 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o acesso a outros programas governamentais, em Mirandópolis (SP) .....	<b>76</b>
<b>Figura 29 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento do conhecimento sobre crédito rural, em Mirandópolis (SP) .....	<b>78</b>
<b>Figura 30 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o acesso a outras políticas públicas/programas do governo, em Mirandópolis (SP) .....	<b>79</b>
<b>Figura 31 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a ampliação da participação social em conselhos e entidades representativas rurais, em Mirandópolis (SP) .....	<b>80</b>

<b>Figura 32 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a valorização da condição de Agricultor Familiar, em Mirandópolis (SP) .....	<b>81</b>
<b>Figura 33 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com as faixas de renda familiar mensal em 2016, em Mirandópolis (SP) .....	<b>82</b>
<b>Figura 34 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com as fontes de ingresso da renda familiar, em Mirandópolis (SP) .....	<b>85</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Evolução dos recursos (R\$) aplicados nos anos de 2012 a 2016, pela Modalidade do PAA, Compra com Doação Simultânea, do Ministério de Desenvolvimento Social, em termos de Brasil e estado São Paulo	<b>33</b>
<b>Tabela 2 -</b>	Número e percentual das UPAs por faixas de área do Município de Mirandópolis (SP) .....	<b>39</b>
<b>Tabela 3 -</b>	Características dos Projetos de Assentamentos pesquisados no município de Mirandópolis (SP) .....	<b>39</b>
<b>Tabela 4 -</b>	Nomes das organizações de produtores rurais de Mirandópolis (SP) e valores recebidos pela Modalidade do PAA, Compra com Doação Simultânea, do Ministério de Desenvolvimento Social, em 2014 .....	<b>40</b>
<b>Tabela 5 -</b>	Recursos liberados nos últimos cinco anos e o número de projetos aprovados no município de Mirandópolis (SP) .....	<b>41</b>
<b>Tabela 6 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com os principais itens produzidos para comercialização antes e após a inserção no Programa em Mirandópolis (SP) .....	<b>50</b>
<b>Tabela 7 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com as principais criações presentes nos lotes antes e após a inserção no Programa, em Mirandópolis (SP) .....	<b>52</b>
<b>Tabela 8 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o número de bovinos nos lotes antes e após a inserção no Programa em Mirandópolis (SP) .....	<b>53</b>
<b>Tabela 9 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com os principais motivos de não realizar o beneficiamento da produção em Mirandópolis (SP) .....	<b>61</b>
<b>Tabela 10 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a média de pessoas na família que vivem da renda monetária bruta mensal em Mirandópolis (SP) .....	<b>82</b>
<b>Tabela 11 -</b>	Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com as faixas de renda monetária bruta proveniente do PAA em relação as faixas de renda mensal em Mirandópolis (SP).	<b>84</b>

## LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
COAPAR	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo
CODETERS	Conselhos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDAÇÃO SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LUPA	Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PFZ	Programa Fome Zero
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais

PTC	Programa Território da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDT	Secretária do Desenvolvimento Territorial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UnB	Universidade de Brasília
UPA	Unidade de Produção Agropecuária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Definição e importância das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Política territorial: os territórios rurais e da cidadania .....</b>	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>Mercados Institucionais .....</b>	<b>23</b>
<b>2.4</b>	<b>O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA E METODOLOGIA .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização do Território Rural Prof. Cory/Andradina .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2</b>	<b>Caracterização geral do município de Mirandópolis e dos assentamentos rurais em que foi realizada a pesquisa .....</b>	<b>38</b>
<b>3.3</b>	<b>Descrição dos Métodos e Técnicas da Pesquisa .....</b>	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>4.1</b>	<b>Perfil dos produtores e dos estabelecimentos familiares .....</b>	<b>44</b>
<b>4.2</b>	<b>Novas práticas e procedimentos de produção e comercialização e o PAA .....</b>	<b>47</b>
<i>4.2.1</i>	<i>Produção e Comercialização antes e após o PAA .....</i>	<i>47</i>
<i>4.2.2</i>	<i>Tipos de criações antes e após PAA .....</i>	<i>52</i>
<i>4.2.3</i>	<i>Percepção dos produtores em relação às atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas em suas propriedades após o PAA .....</i>	<i>54</i>
<i>4.2.4</i>	<i>Beneficiamento da Produção .....</i>	<i>60</i>
<i>4.2.5</i>	<i>Técnicas de cultivo após iniciarem participação no PAA .....</i>	<i>61</i>
<i>4.2.6</i>	<i>Canais de Comercialização antes e após a participação no PAA .....</i>	<i>62</i>
<i>4.2.7</i>	<i>Percepção dos produtores em relação ao sistema de produção e comercialização de seus produtos agropecuários após o PAA .....</i>	<i>64</i>
<b>4.3</b>	<b>Aprendizado e participação após a participação no PAA .....</b>	<b>67</b>
<i>4.3.1</i>	<i>Organizações de cooperação para produzir e comercializar .....</i>	<i>67</i>
<i>4.3.2</i>	<i>Fontes de informações para resolver problemas na produção e comercialização .....</i>	<i>69</i>

4.3.3	<i>Participação em organizações e movimentos sociais antes e após o PAA.</i> .....	71
4.3.4	<i>Avaliação da participação nas organizações e movimentos sociais ....</i>	72
<b>4.4</b>	<b>Políticas públicas e organizações de apoio .....</b>	<b>75</b>
4.4.1	<i>Crédito Rural .....</i>	75
4.4.2	<i>Acesso a outros Programas Governamentais .....</i>	76
4.4.3	<i>Avaliação da participação no PAA .....</i>	78
<b>4.5</b>	<b>Renda dos agricultores participantes do PAA pesquisados .....</b>	<b>81</b>
4.5.1	<i>Renda Familiar .....</i>	81
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como objetivos principais fortalecer a agricultura familiar e promover o acesso a alimentação às populações em situação de insegurança alimentar. Para alcançar tais metas, o Programa compra alimentos, produzidos pela agricultura familiar, sem licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. A dispensa de licitação é uma inovação em termos de compras governamentais que privilegia os agricultores familiares diante de produtores de escalas superiores de produção de alimentos, ao pagar valores compatíveis aos praticados nos mercados regionais (BATISTA et al., 2016).

A partir da criação do Programa, em 2003, a “construção de mercados institucionais” passou a ser o novo tema na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Desde que começou a ser executado, os movimentos sociais rurais e organizações da sociedade civil reivindicam a ampliação e aperfeiçoamentos de seus mecanismos, além da construção novas iniciativas. Neste sentido, vários gestores também se esforçaram para implementar o Programa e se empenham em contribuir para monitorar e aperfeiçoar seus mecanismos por meio da instituição de espaços públicos de participação. Em função das relevantes conquistas do PAA e dos mercados institucionais na última década, estes passaram a ter maior visibilidade em relação ao desenvolvimento de estudos e pesquisas rurais sobre o tema (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A presente pesquisa pretende caracterizar uma amostra de agricultores familiares assentados, beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos do município de Mirandópolis (SP) na modalidade Compra para Doação Simultânea, em 2014; assim como analisar os efeitos do Programa, principalmente em relação a produção, à comercialização e à renda destes agricultores. Quanto aos objetivos específicos buscou-se averiguar como o PAA influenciou no desenvolvimento das atividades dos agricultores familiares, em termos da ampliação e diversificação da produção agropecuária; adoção de novas técnicas de cultivo e manejo; manutenção e/ou ampliação dos canais de comercialização; participação em outras políticas públicas; a percepção dos produtores em relação aos fatores pesquisados após sua inserção no PAA; e a renda agropecuária obtida

Além desta introdução e das considerações finais, essa dissertação é composta por três capítulos. No primeiro capítulo, foi realizada uma revisão da literatura acerca das políticas públicas, mais especificamente, aquelas voltadas à agricultura familiar. A princípio, fez-se uma breve definição de políticas públicas e em seguida uma abordagem das políticas destinadas à

agricultura familiar durante as décadas de 1990 e 2000 e sobre a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Foram levantadas também as políticas com abordagem territorial, os mercados institucionais e, por fim, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No segundo capítulo, consta da apresentação da metodologia, sendo que primeiramente caracterizou-se o Território Rural Prof. Cory/Andradina (onde o município estudado está inserido); uma descrição geral deste município e dos assentamentos estudados; e em seguida a descrição dos métodos e técnicas utilizadas na pesquisa para a coleta dos dados. Realizou-se ainda, a apresentação da estrutura do questionário utilizado, os critérios para a escolha do município e da amostra de agricultores pesquisados, assim como a época de aplicação dos questionários e o número de entrevistados.

No terceiro capítulo foram apresentados os resultados e realizada a discussão dos mesmos. Analisou-se em um primeiro momento o perfil dos produtores entrevistados e alguns aspectos dos estabelecimentos familiares. Em seguida, foram tratados os fatores relacionados à produção e à comercialização dos produtos agropecuários, com ênfase ao período de participação dos agricultores no PAA. As formas de cooperação para produzir e comercializar a produção também foram discutidas nesse capítulo, assim como o possível acesso pelos produtores a outros programas e políticas públicas. Por fim, foi realizada uma análise da renda familiar e a discussão do efeito do Programa sobre a mesma.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR**

### **2.1 Definição e importância das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar**

As políticas públicas são um conjunto de ações planejadas para solucionar ou conter um problema público, ainda que, na maioria das vezes, o agente de tais ações seja o governo. Além do setor público, o setor privado também pode ser um agente de formulação e implementação de políticas públicas. Podem ainda, ocorrer parcerias entre essas duas esferas, resultando em ações conjuntas. As entidades do terceiro setor, da mesma forma, podem ser tomadoras de decisão sobre as políticas públicas, sendo, inclusive, em alguns casos, financiadas com dinheiro público (SECCHI, 2013).

Teixeira (2002) conceitua as políticas públicas como diretrizes norteadoras da ação do poder público, sistematizadas ou estruturadas em documentos, como leis e programas que orientam ações que, via de regra, envolvem o investimento de recursos públicos.

Para Souza (2006), as políticas públicas e as políticas sociais são campos multidisciplinares do ponto de vista teórico-conceitual, e seus objetivos estão na explicação de suas origens e processos. Desta forma, uma teoria geral da política pública se baseia em identificar como são formadas as teorias no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas desencadeiam efeitos diretos nas sociedades e na economia, o que explica o fato de que qualquer teoria sobre políticas públicas também deve explicar as interrelações entre o Estado, a política, a economia e a sociedade.

A política pública pode ser entendida ainda como o campo do conhecimento que procura colocar ao mesmo tempo o governo em ação e/ou analisar a mesma e sugerir, se necessário, adequações no sentido dessas ações. Quando a formulação de políticas públicas acontece em governos democráticos, a tradução de seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Segundo Grisa (2010a), o estudo das políticas públicas envolve diferentes abordagens para explicar como estas são formuladas e executadas, quais fatores devem ser considerados nas análises e quais atores são relevantes, entre outros aspectos. A autora ressalta ainda que as respostas a estas questões diferem de acordo com a perspectiva teórica empregada pelo pesquisador.

Secchi (2013) afirma que um problema público nada mais é do que a distância de uma situação real em relação a uma situação ideal possível da realidade pública. Quanto mais opostas essas situações estiverem, maiores as chances de se ter um problema público. A

quantidade de pessoas atingidas por um problema e sua gravidade é uma outra particularidade de um problema público. Ou seja, o problema público pode assumir diferentes interpretações de acordo com a quantidade e o perfil das pessoas que ensejam tal política pública, devido à complexidade de definição de público de um problema, pois envolve diferentes interpretações político-administrativas dos próprios atores políticos empenhados com o tema.

Os indivíduos envolvidos nos processos sociais de formulação de políticas públicas são denominados pela literatura das ciências políticas como atores, palavra das artes cênicas que foi importada para as ciências políticas e que exprime o sentido de interpretação de papéis (atuação). Essa interpretação permite que os comportamentos dos atores sejam dinâmicos no cenário político, no qual os mesmos atuam, interagem, dispõem recursos, constroem coalizões e resolvem conflitos (SECCHI, 2013).

Secchi (2013) destaca também que em um processo de elaboração de política pública, os atores relevantes são aqueles que têm capacidade de influenciar o conteúdo e os resultados da mesma; que conseguem sensibilizar a opinião pública frente aos problemas de relevância coletiva; que tem influência na formação da agenda e que elaboram propostas e as transformam em ações. Dentre à diversidade de atores existentes, encontram-se os destinatários das políticas públicas, ou seja, os indivíduos, grupo e organizações para os quais a política foi elaborada, os quais também são conhecidos como *policytakers*.

Para Resende (2014) a compreensão do impacto das políticas públicas, é importante, para o planejamento e melhor aplicação dos recursos, assim como a otimização dos resultados, com a melhoria na vida das pessoas e a promoção do desenvolvimento econômico e social; principalmente quando se investiga os efeitos locais/regionais das políticas públicas, avaliando-se a efetividade da política e que melhorias, ampliações e/ou modificações podem ser feitas, já que seus impactos podem ser localmente diferenciados.

A década de 1990 foi marcada pelo início de um intenso processo de reestruturação na economia brasileira, por meio do qual os agricultores familiares, antes marginalizados, passaram a ser reconhecidos e obtiveram certo destaque no debate das políticas públicas brasileiras. Schneider, Mattei e Cazella (2004) mencionam que até o início dos anos noventa não existiam políticas no cenário nacional, voltadas especificamente para este segmento social da agricultura. Para Leite (2001), o surgimento destas políticas públicas, são reações por parte do Estado, das pressões e reivindicações dos movimentos sociais e sindicais.

A partir de então, os movimentos sociais e os setores envolvidos no apoio a esses atores sociais passaram a ter mais influência na definição das políticas públicas para a agricultura

familiar, o que levou o governo a reconhecer e repercutir, na trilha do combate à pobreza, dada a importância desse setor para o desenvolvimento do país (CANIELLO, 2014).

Desta forma, Schneider, Mattei e Cazella (2004) destacam o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como o maior marco que ocorreu na esfera das políticas públicas. Para o meio rural brasileiro, a criação desse Programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social: os agricultores familiares, que anteriormente era designada por termos como: pequenos produtores; produtores familiares; produtores de baixa renda; ou, ainda, agricultores de subsistência. O Pronaf nasceu com o objetivo de fornecer crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes e se deparavam com sérias dificuldades para se manter no campo.

Os objetivos que levaram o Estado a intervir na agricultura estão interligados à particularidade existente neste setor, que condiciona a ação dos agentes econômicos e de atores sociais e que, por sua vez, pode desencadear falhas e imperfeições no funcionamento dos mercados. Esses problemas resultam em distorções na distribuição intersetorial de renda e do emprego no campo da economia. Além disso, tais falhas prejudicam diretamente o abastecimento alimentar doméstico e geram consequências sociais e políticas indesejáveis no tocante ao bem-estar econômico e social (DELGADO, 2001).

Para Delgado (2001, p.26) a atuação do Estado deve ocorrer por meio de “políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural”, direcionados a segmentos mais empobrecidos e não integrados à modernização produtiva, e que levem em conta a especificidade destes segmentos, e a necessidade de que sejam formulados considerando suas particularidades.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instituído pela Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.191, de 24 de agosto de 1995, com objetivo operacional de conceder crédito de custeio e investimento na atividade produtiva familiar. Elegeu como público alvo pequenos agricultores que apresentavam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). No primeiro momento as taxas de juros eram de 16% ao ano (a.a.) e as de rebate de 25%. Durante o decorrer de 1996, o PRONAF foi reformulado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que apresentava algumas mudanças no texto legal, como a redução da taxa de juros, para 9% a.a.; e o aumento dos limites de crédito (ALEIXO et al., 2007).

A criação do PRONAF ocorreu em uma época em que os principais problemas enfrentados, principalmente pelos agricultores familiares, eram o alto custo e a escassez de crédito para a atividade agrícola. Nesse contexto, a descapitalização e os baixos índices de produtividade para se inserir no mercado eram os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares (GUANZIROLI, 2007).

O crédito do Pronaf destina-se ao custeio da safra ou da atividade agroindustrial, ao investimento em máquinas e à compra de equipamentos e/ou infraestrutura de produção. O agricultor familiar interessado em acessar o crédito deve obter a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) por meio de sindicato rural ou empresa de assistência e extensão rural (Emater, INCRA). A concessão do crédito ocorre de acordo com a renda anual e as atividades exploradas pelo agricultor familiar, mediante às diretrizes e às linhas específicas de crédito a que o produtor tem direito (CASTRO; RESENDE; PIRES, 2014).

## **2.2 Política territorial: os territórios rurais e da cidadania**

As mudanças de enfoque nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil tiveram início no último período do Governo Fernando Henrique Cardoso, com a destinação de parte dos recursos do Pronaf-Infraestrutura e Serviços (uma linha de investimentos voltada a obras e investimentos físicos em infraestrutura) para projetos com caráter municipal. Tentava-se, desta forma, introduzir os primeiros componentes de uma política de desenvolvimento territorial, que seria fortemente ampliada no início do Governo Lula, com a destinação dos recursos do Pronaf-Infraestrutura para o âmbito intermunicipal (regional) e a criação de uma secretaria específica destinada a gerir esta linha de investimentos: a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) (FAVARETO, 2010).

A influência dos movimentos sociais na definição das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, levou o governo a reconhecer e repercutir, na trilha do combate à pobreza, dada a importância desse setor para o desenvolvimento do país. Desta forma, em 2003 o governo aumentou significativamente os aportes financeiros para o setor por meio da instituição do Plano Safra da Agricultura Familiar e, redefiniu a estratégia de implementação dessas políticas públicas adotando o “enfoque territorial” de desenvolvimento rural (ADIB, 2005). Em seguida é criado o Programa Territórios Rurais, também em 2003, e ampliado em 2008 com a criação do Programa Territórios da Cidadania.

Segundo Mattei (2014), as políticas públicas de promoção de desenvolvimento rural foram reforçadas por meio da adoção da dimensão territorial do desenvolvimento, buscando

superar a ainda dominante concepção setorial da ação do Estado. Com isso, os territórios rurais, ao representarem a complexidade da vida e da produção no campo, colocaram novas demandas às políticas públicas. Neste contexto foi implementado o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT, criado em 2003) que aumentou expressivamente os investimentos em infraestrutura para a agricultura familiar, buscando agregar valor à produção e melhorias nas condições de vida da população rural.

A origem do PRONAT foi fundamentada nas múltiplas dimensões do desenvolvimento e foi criado com o objetivo de promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia, mediante quatro eixos estratégicos: a gestão social dos territórios, o fortalecimento do capital social, a dinamização das economias territoriais e articulação interinstitucional (BRASIL, 2011).

Schneider (2004) define desenvolvimento rural como um processo evolutivo e interativo, que resulta de ações articuladas, que visam incutir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais, de forma a abranger toda a complexidade e diversidade do plano territorial.

De acordo com Abramovay (2005) a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial objetivava transpor um dos mais graves entraves das políticas de desenvolvimento rural, devido ao modo como foram concebidas e executadas as políticas deste cunho durante a década de 1990 no Brasil: o municipalismo, e em numerosos casos, o “prefeiturismo”. Os recursos passaram a serem transferidos aos grupos de municípios classificados como territórios, o que, em princípio, deve ter possibilitado melhoria do alcance e efeitos das transferências de recursos. Junto disso, modificou-se também o marco para a participação social na gestão do Programa. Em vez de conselhos municipais, passa-se a estimular e exigir a criação de Colegiados Territoriais (FAVARETO, 2010).

Segundo o MDA, a estratégia para o desenvolvimento territorial buscava promover a articulação e a gestão, descentralizada e participativa, de ações para alcançar o desenvolvimento social e sustentável das populações que vivem em territórios rurais de todo o país. Visava apoiar e fortalecer, nos territórios, capacidades sociais de autogestão dos processos de promoção do desenvolvimento, com o protagonismo das próprias organizações dos agricultores familiares e dos trabalhadores rurais (BRASIL, 2008).

A política de desenvolvimento dos territórios rurais, que vem sendo oficialmente implementada no Brasil desde 2003, tem como fatores motivadores o resgate da importância econômica e dos valores rurais para o desenvolvimento do país; a necessidade de combater todos os tipos de desigualdades; e o papel fundamental do sistema familiar de produção e da reforma agrária na geração de produção, emprego e renda, bem como na própria dinamização socioeconômica local e regional das comunidades rurais (MATTEI, 2014).

O MDA<sup>1</sup> justificava sua abordagem territorial para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural, por meio de pelo menos quatro aspectos importantes: i) o rural não se resume somente à produção agrícola; ii) a escala municipal é muito limitada para o planejamento e organização de esforços visando à promoção e ao desenvolvimento, ao mesmo tempo que a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e das especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa; iii) a descentralização das políticas públicas que atribuem competências aos atores locais; iv) o território é a melhor unidade para dimensionar laços de proximidades entre pessoas, grupos sociais e instituições (BRASIL, 2005a).

A Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) atuou na identificação e no fomento à consolidação de territórios rurais, formados pelo conjunto de municípios com proximidade geográfica e coesão social e que detém predominância de elementos rurais, como, por exemplo, baixa densidade demográfica e pequena população. Para definir os Territórios Rurais, a SDT utiliza os seguintes critérios: presença de municípios com até 50 mil habitantes; concentração considerável de agricultores familiares, agricultores assentados pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias acampadas, fatos que caracterizam altas demandas sociais; municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e com o Desenvolvimento Local (Consad) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (TARSITANO, 2012).

Mattei (2014) considera que o território é visto como um espaço socialmente construído, dinâmico e mutável, compreendendo de forma interligada as áreas rurais e urbanas, e sendo caracterizado por um sentimento de pertencimento e de identidade sociocultural, o qual é compartilhado por uma diversidade de atores sociais que se mobilizam visando construir um projeto de desenvolvimento sustentável. Nesses territórios se organizam espaços públicos de

---

<sup>1</sup> Com as mudanças ocorridas no cenário político no momento atual e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e criado em seu lugar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead). A partir de então a política territorial, embora formalmente alocada na Subsecretaria de Desenvolvimento Rural da Sead, foi suspensa na prática.

mediação e concertação das políticas públicas, que obrigatoriamente precisam superar o caráter fragmentado das ações governamentais.

As atividades trabalho dessa iniciativa específica no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) acabou tendo repercussão positiva no conjunto do governo, levando o mesmo a criar, ainda em 2008, o Programa Território da Cidadania (PTC), uma política do Governo Federal que chegou a envolver a estrutura administrativa de aproximadamente vinte ministérios, buscando realizar ações estratégicas voltadas à promoção do desenvolvimento em regiões mais deficitárias através do mecanismo da universalização de programas básicos de cidadania, integrando ações das diferentes esferas governamentais e promovendo o envolvimento e a participação da sociedade civil (MATTEI, 2014).

Os Territórios da Cidadania são conjuntos de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, que possuem uma identidade comum e coesão social e cultural. Em cada território é constituída uma instância deliberativa formada por representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, ONGs, cooperativas, etc.) e dos governos federal, estadual e municipal, denominado “colegiado” ou “fórum”. No âmbito dessa instância é discutida a aplicação dos recursos disponibilizados pelo governo federal por meio de suas políticas públicas para a agricultura familiar, por meio de projetos aprovados pela plenária e anteriormente previstos em seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) que é elaborado por instituições ou organizações contratadas para esse fim e homologado pelo próprio colegiado territorial (CANIELLO, 2014).

Foram formados inicialmente 60 territórios de Cidadania em 2008, número que foi dobrado já no ano de 2009. Dentre os critérios de seleção considerados, destacam-se: 1) locais com menor IDH; 2) maior número de beneficiários do programa Bolsa Família; 3) maior concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas; 4) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; 5) maior organização social. Ficou definido também que cada unidade da federação teria pelo menos um território a ser atendido pelo PTC (MATTEI, 2014).

Com vistas a fortalecer e assegurar o processo de gestão social dos territórios rurais forma-se em cada um deles os conselhos de desenvolvimento territorial rural sustentável (Codeters), espaços públicos formados paritariamente por representantes do poder público local e da sociedade civil. Esta instância é a maior autoridade nas deliberações do território, no que concerne às ações prioritárias de desenvolvimento rural sustentável, com intuito principal de

compartilhar o poder de decisão e propiciar o “empoderamento” dos atores sociais no sentido de desenvolver as habilidades coletivas necessárias (BRASIL, 2005b).

No Brasil, ainda persiste uma série de obstáculos para a consolidação e a institucionalização efetiva da abordagem territorial nas políticas públicas. Ganham destaque as dificuldades políticas e culturais em estabelecer programas intersetoriais inovadores; a necessidade de ações que resultem no empoderamento de grupos sociais *invisibilizados*, devido à desigualdade social existente; os mecanismos de financiamento que não são adequados para sustentar projetos territoriais estratégicos; a dificuldade de inserção na agenda governamental de temas relacionados ao desenvolvimento territorial, principalmente os mais conflituosos, como a reforma agrária; e por fim, a falta de um marco jurídico específico (SILVA, 2013a).

Ainda, no que diz respeito à análise da composição dos colegiados, segundo levantamento do próprio MDA e sistematizado em relatório elaborado por Dias e Favareto (2007), viu-se claramente a forte presença das organizações de representação da agricultura familiar, principalmente por meio de seus sindicatos, mas também dos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra e, em menor número, de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Mais do que isso, observou-se que, com nuances regionais, as diferentes correntes políticas dos movimentos sociais reconheciam e participavam destas articulações, o que era altamente positivo. Porém, observações de campo sugeriam que os movimentos e organizações presentes representavam os segmentos intermediários da agricultura familiar e demais populações rurais. Para se falar em representação efetiva da agricultura familiar, em sua heterogeneidade, seria preciso ainda criar formas e mecanismos de envolver, tanto os segmentos mais precarizados desta forma social de produção, como aqueles mais capitalizados e inseridos em mercados (DIAS; FAVARETO, 2007).

Outra constatação, levantada por Dias e Favareto (2007), apresenta que a larga maioria dos casos mostrou que a dinâmica e a agenda dos colegiados territoriais era pautada pela elaboração e negociação dos projetos do Proinf, substituto do Pronaf/Infraestrutura. E mesmo a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural não era, ali, o principal item. Até nos territórios onde isso ocorria, a fragilidade da composição dos colegiados e a inexistência de articulação com outras iniciativas afins revelavam um sério risco de que uma eventual descontinuidade na política de apoio por parte do governo federal levasse a uma drástica paralisia destes organismos.

Contudo, a participação dos colegiados, assim como as políticas territoriais tem evoluído nas últimas décadas, e tem ganhado espaço significativo na formulação de ações e na

própria gestão dos instrumentos. Isto se deve a busca constante por uma maior eficiência nas ações públicas, permitindo aos agentes públicos uma capacidade maior de realizar ajustes nos instrumentos para as condições que são objetos dos beneficiários. A definição do conteúdo de ação e o controle social são os objetos de maior importância neste sentido (ECHEVERRI, 2010).

De forma mais específica, Oliveira (2014), analisa a participação dos atores sociais no Território Rural Noroeste Paulista e conclui que o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), apesar de várias ressalvas, representou um avanço para o Território Noroeste Paulista. Tal avanço se refere a uma organização institucional e apresentação de uma metodologia que estimulou a participação na discussão, proposição, elaboração e realização de atividades e ações por diferentes atores sociais, mesmo que de forma irregular, visando contribuir para o desenvolvimento do Território, através do fortalecimento de organizações ou comunidades específicas, e também por ter possibilitado a criação de um consórcio público intermunicipal a partir de uma demanda do Colegiado Territorial (OLIVEIRA, 2014).

### **2.3 Mercados Institucionais**

De acordo com Grisa (2009, p.5) mercado institucional pode ser definido como: “uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações”, na qual o Estado tende a assumir papel protagonista por meio de compras públicas. Esta política pública, ao eleger a agricultura familiar como protagonista central do abastecimento dos mercados institucionais, se apresenta como opção estratégica na indução de nova dinâmica de desenvolvimento no âmbito dos territórios (GRISA, 2009).

Em outro trabalho Grisa (2010b) comenta que o PAA proporciona uma interação de vários atores nos contextos locais e em nível nacional, por meio da articulação da produção e comercialização de alimentos de produtores da agricultura familiar. A ação das instituições voltadas para este arranjo de mercado condiciona o papel dos atores e a forma como interagem, assim como o formato desta rede de interações. Observa-se claramente, com o passar do tempo, que alguns atores acrescentam ou alteram as diretrizes e normas de acordo com a evolução deste mecanismo de troca, embora, a consolidação do mercado esteja condicionada ao reconhecimento político-institucional destas mudanças.

Entre as políticas públicas de compras governamentais destacam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PNAE é o programa mais antigo do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). É considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo, no sentido de atender universalmente aos escolares e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2015). O PNAE tem sua gestão realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, destinados a suprir, parcialmente, as exigências nutricionais dos alunos (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- FNDE, 2015).

Nos últimos anos, a abrangência do atendimento do PNAE aumentou substancialmente, de pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 42 milhões de escolares até o ano de 2014. Com isso, aumentou o volume de recursos repassados pelo FNDE aos estados, municípios e Distrito Federal, chegando a 3,6 bilhões de reais no ano de 2014 (BRASIL, 2015).

A possibilidade de acessar recursos do PAA (que será tratado no próximo item), possibilita a garantia de renda para os agricultores familiares e também a melhoria nas condições de alimentação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. A fome e a insegurança alimentar e nutricional ainda são uma realidade fortemente presente no Brasil, e a agricultura familiar tem um papel de destaque nesse contexto, podendo contribuir e se beneficiar dessa situação (PERACI; BITTENCOURT, 2010).

Além disso, muitas vezes os agricultores familiares se inserem naquilo que Wilkinson (2008) denomina mercados diferenciados, com a comercialização de produtos típicos que envolvem processos de transformação de caráter predominantemente artesanal. Nestes mercados diferenciados, cabe um papel mais ativo dos agricultores nas estratégias de construção de mercado, embora isso nem sempre ocorra.

A participação no mercado é uma das estratégias de reprodução da agricultura familiar contemporânea, mas esta não se orienta apenas pelo maior retorno econômico das atividades, como em uma empresa capitalista típica. Os agricultores familiares utilizam várias estratégias e com diferentes combinações, dentre estas o aumento da escala de produção ou da produtividade, a diversificação da produção; a agregação de valor aos produtos via processamento e/ou comercialização diferenciada (que inclui formas associativas ou com

algum grau de cooperação); a produção para autoconsumo; a pluriatividade, dentre outras (SANT´ANA, 2003).

#### **2.4 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

O PAA vincula uma rede de atores em nível nacional e local com a finalidade de incentivar a produção e comercialização de alimentos provenientes da agricultura familiar que possam ser distribuídos a pessoas em insegurança alimentar ou destinados à formação de estoques estratégicos. Para analisar este tipo de mercado, construído socialmente, se faz necessário entender “sob que condições e de acordo com que variáveis são os mercados moldados” (MARQUES, 2003, p. 05).

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003 e reformulado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012. Atualmente integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), sendo que foi uma das principais estruturas do Programa Fome Zero (PFZ), carro-chefe das ações do governo federal para o combate à fome e à miséria. Propõe o estímulo à produção de alimentos pelos agricultores familiares, tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização e geração de renda, e se baseou nos seguintes objetivos descritos no Art. 2º, apresentado a seguir:

Art. 2º O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e tem as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012, p. 1).

Em suma, o Programa visa combater a fome e a miséria das populações em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos, por meio da compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares sem a necessidade de licitação, via mercado institucional, e posteriormente, realizar a doação desses alimentos para entidades sociais (CRUZ et al., 2014).

Quanto aos resultados obtidos pelo Programa, Valnier (2011), em sua pesquisa, constatou que ocorreu melhoria na renda dos agricultores familiares beneficiados pelo PAA. Os números mostram resultados concretos, segundo os quais a segurança na comercialização reflete-se na melhoria de vida não só dos agricultores familiares que participam do Programa, mas também de todos aqueles do local e da região em que estão inseridos. O Programa mostrou-se importante para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, por valorizar os produtos da agricultura, aproximando produtor e consumidor, ampliando a participação da agricultura familiar no mercado, principalmente para aqueles agricultores que não conseguiam vender seus produtos em supermercados, feiras, restaurantes e outros mercados formais.

Silva (2013b) também aponta que Programa de Aquisição de Alimentos gerou grandes benefícios às camadas rurais que produzem em baixa escala e detém dificuldade em agregar valor à produção. Desde então, a partir da pequena produção, esses agricultores têm como meta produzir em maior quantidade e melhor qualidade. São também motivados a participarem em outros programas de compras institucionais do governo. O PAA possibilitou a muitos agricultores o acesso a um mercado que até então era inexistente em algumas economias locais, pois, sem a garantia da venda de olerícolas e frutas, muitos agricultores não cultivavam hortas e acabavam baseando sua atividade agrícola apenas na pecuária leiteira.

O PAA é coordenado por um Grupo Gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo e formado, até 2016, por representantes dos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. Atualmente, após a mudança no cenário político com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a gestão do PAA continua a ser realizada pelos mesmos ministérios, contudo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário é extinto e é criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que passa a integrar o Grupo Gestor, além disso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome passa a ser denominado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O principal objetivo do GGPAA é orientar e acompanhar a implementação do PAA,

normatizando-o por meio de suas resoluções. De acordo com o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, o Grupo Gestor é responsável por definir, no âmbito do PAA:

1. a forma de funcionamento das modalidades do Programa;
2. a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;
3. a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos;
4. as condições de doação dos produtos adquiridos;
5. as condições de formação de estoques públicos;
6. os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores;
7. as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares;
8. a forma de seu funcionamento, mediante a aprovação de regimento interno; e
9. outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (BRASIL, 2012, p.6)

A produção agrícola destinada ao Programa é realizada pelos agricultores familiares beneficiários que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Nesse contexto, a aquisição dos produtos agrícolas da agricultura familiar pode ser realizada de forma individual ou de forma organizada, por meio de grupos, associações ou cooperativas de produtores. Os valores de comercialização possuem um limite máximo por produto ao ano e são definidos conforme as diferentes modalidades de compra (BRASIL, 2014).

O Programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Atualmente o PAA conta com seis modalidades destinadas às unidades familiares ou às organizações de agricultores familiares, com os seguintes limites monetários: I - por unidade familiar: a) R\$8.000,00 (Compra com Doação Simultânea)<sup>2</sup>, b) R\$8.000,00 (Compra Direta), c) R\$4.000,00 (PAA - Leite, semestralmente), d) R\$8.000,00 (Formação de Estoques), e) R\$20.000,00 (Compra Institucional), f) R\$16.000,00 (Aquisição de Sementes); II) - por organização: a) R\$2.000.000,00 (Compra com Doação Simultânea), b) R\$1.500.000,00 (Formação de Estoques - 1º acesso, valor limitado a R\$300.000,00), c) R\$500.000,00 (Compra Direta), d) R\$6.000.000,00 (Compra Institucional), e) R\$6.000.000,00 (Aquisição de Sementes) (BRASIL, 2014).

A modalidade **Compra com Doação Simultânea** realiza a articulação entre a produção da agricultura familiar e as necessidades locais de suplementação alimentar, além de promover o desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são

---

<sup>2</sup> No Artigo 19, § 5, “O limite anual de participação por unidade familiar na modalidade Compra com Doação Simultânea, nas aquisições realizadas por meio de organizações fornecedoras, será de R\$8.000,00 (oito mil reais)” (BRASIL, 2017).

doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino. Esta modalidade possibilita a compra de produtos *in natura* ou processados, enriquecendo os cardápios dos beneficiários consumidores. Pode ser realizado também o fornecimento de produtos orgânicos pelos agricultores familiares, de modo que estes são privilegiados, pois há um acréscimo de até 30% a mais do que o valor pago para o alimento convencional (BRASIL, 2014).

Os recursos dessa modalidade são oriundos do MDS, que pode utilizar dois tipos de instrumentos para sua implementação: Celebração de Termos de Adesão com órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos; e por meio de Formalização de Termo de Cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (BRASIL, 2014).

Para participação da Compra com Doação Simultânea pelo termo de adesão, deve haver a manifestação formal do município, estado ou consórcio em aderir e em seguida a realização do cadastramento das informações no sistema de gestão do Programa (SISPAA). Pelo termo de adesão, o pagamento é feito pelo MDS diretamente ao agricultor familiar, que o recebe por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA. Apesar de o pagamento ser feito diretamente ao agricultor familiar, a inclusão de agricultores no PAA deve se dar por intermédio dos estados e municípios que firmarem o termo de adesão com o MDS. As organizações da agricultura familiar não podem formalizar termo de adesão diretamente com o Ministério (BRASIL, 2014), o que representa uma mudança em relação às regras que vigoraram até o ano de 2012.

A Modalidade *Compra Direta da Agricultura Familiar* possibilita a compra de produtos específicos para a construção de estoques públicos, com a principal finalidade de sustentar os preços. A execução desta modalidade é realizada com recursos do MDS e operacionalizada por meio da Conab e permite a aquisição de produtos como: arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju e castanha-do-brasil, a preços de referência definidos pelo Grupo Gestor do Programa. Estes produtos são destinados principalmente à composição de cestas de alimentos distribuídas aos beneficiários do PAA, ou seja, aos diversos grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade e/ou insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2014).

O processo ocorre pela instalação de uma unidade armazenadora pela Conab quando o preço de mercado de algum dos produtos amparados pela modalidade está abaixo do seu preço

de referência. Os agricultores familiares interessados devem se deslocar até o local definido com seus produtos, com a documentação exigida. Após a Conab aprovar a documentação e realizar a classificação dos produtos, é emitida a nota fiscal de aquisição (BRASIL, 2017).

A Modalidade ***Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite*** tem como objetivo promover o abastecimento alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade social, através da distribuição gratuita de leite, e também fortalecer a produção leiteira dos agricultores familiares e o setor produtivo local, além de integrar o leite aos outros ciclos de abastecimentos do PAA. Essa modalidade é apenas executada na Região Nordeste e nos municípios do Norte de Minas Gerais. Os recursos para sua execução são oriundos do MDS, que realiza repasses por meio de convênios para os governos estaduais do Nordeste e de Minas Gerais. Os estados conveniados contratam laticínios que serão responsáveis pela: recepção, coleta, pasteurização, embalagem e transporte do leite aos pontos de distribuição às famílias beneficiadas (BRASIL, 2014).

Para aderir a essa modalidade, o agricultor familiar precisa respeitar o limite de venda de 100 litros de leite por dia e ter comprovante de vacinação dos animais. Deverão ser priorizadas pessoas inscritas no Cadastro Único, mulheres, produtores orgânicos ou agroecológicos, povos e comunidades tradicionais. O valor do litro de leite é prefixado pelo Grupo Gestor do PAA, de acordo com a média dos preços praticados pelo mercado local, e o valor a ser pago ao laticínio também é fixado em resolução (BRASIL, 2014).

A Modalidade **Apoio à Formação de Estoques** foi criada com o objetivo de fornecer aos agricultores familiares instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor. Desta forma, consiste em disponibilizar apoio financeiro para a formação de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público. A Conab realiza sua operacionalização, por meio de Termos de Cooperação firmados com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2014).

O acesso a esta modalidade ocorre quando a organização de agricultores, ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, envia a Proposta de Participação à Conab do Estado, na qual deve constar a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo necessário para a formação do estoque e os agricultores a serem beneficiados. Após a aprovação, a organização (cooperativa e/ou associação) emite a Cédula de Produto Rural (CPR-Estoque) e, por seguinte, a Conab disponibiliza o recurso (BRASIL, 2014).

A organização adquire a produção dos agricultores familiares listados na Proposta de Participação, beneficia os alimentos e os mantém em estoque próprio até sua entrega para estoques públicos ou comercialização no mercado convencional. A CPR-Estoque tem prazo de vencimento de 12 meses e devendo ser quitada pela organização ao final desse prazo. O pagamento da CPR é feito financeiramente, ou seja, a organização deve vender o alimento beneficiado no mercado convencional e devolver ao Poder Público o recurso que lhe foi repassado pela Conab, acrescido de encargos de 3% (três por cento) ao ano (BRASIL, 2014).

A Modalidade *Compras Institucionais* possibilita estados, municípios e órgãos federais da administração pública direta e indireta comprar alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, sem licitação. A modalidade visa uma maior participação dos agricultores familiares e ampliação de seus mercados através das Compras Institucionais, gerando aumento na renda para quem produz e acesso à alimentação adequada e saudável para a população e o fortalecimento da economia da região. Essas compras são permitidas a instituições que fornecem alimentação, como hospitais públicos e universitários, forças armadas, presídios, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Quanto ao público fornecedor de alimentos nessa modalidade se enquadram os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. As cooperativas e associações também podem vender nesta modalidade (BRASIL, 2014). Esta é a única modalidade do PAA com chamadas públicas em destaque no site do MDS no momento (julho de 2017).

A modalidade *Aquisição de Sementes* possibilita a compra de sementes de organizações da agricultura familiar para destiná-las a agricultores familiares, conforme demanda de órgãos parceiros. As demandas deverão ser entregues à Conab, que é a unidade executora da modalidade, pelos seguintes órgãos e entidades: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), inclusive as suas superintendências regionais; Fundação Nacional do Índio (Funai); Fundação Cultural Palmares (FCP); Instituto Chico Mendes (ICMBIO); e Estados, inclusive suas secretarias estaduais de agricultura ou afins e suas entidades públicas de assistência técnica e extensão rural. Estes órgãos/entidades demandantes de sementes devem preencher um Plano de Distribuição padrão, disponibilizado pela Conab, e após o atendimento à solicitação, devem apresentar a prestação de contas da distribuição (BRASIL, 2014).

Na destinação das sementes, são priorizadas as famílias de agricultores familiares inscritos no Cadastro Único, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais

povos e comunidades tradicionais. As sementes adquiridas pelo PAA devem cumprir as normas vigentes de certificação ou cadastro do cultivar, do agricultor ou de sua organização, sendo obrigatória a apresentação da inscrição da entidade que pretende ser fornecedora e do cultivar a ser fornecida no Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas, instituído pela portaria MDA nº 51/2007. É vedada a aquisição de sementes geneticamente modificadas através desta modalidade (BRASIL, 2014).

Vários estudos realizados sobre o PAA, assinalam aspectos para melhorar a execução do mesmo, como também ajudam a identificar fatores que influenciam a estruturação deste tipo de mercado. Em relação aos aspectos mais operacionais, são enfatizados os seguintes pontos: a necessidade de articular a outras políticas públicas como, por exemplo, a de assistência técnica e extensão rural; planejar e organizar a produção da agricultura familiar e fortalecer suas organizações; melhorar a logística para a comercialização dos produtos; disponibilizar recursos via crédito para aprimorar as condições de produção, a diversificação e qualidade do produto e ampliar as ações de monitoramento e avaliação, entre outras (MÜLLER, 2007; GRISA, 2009).

Esses estudos também contribuem para a compreensão sobre como esses mercados são moldados ou quais fatores podem constranger sua estruturação. Identifica-se a importância do Estado na constituição da rede do PAA ao criar as “instituições para estabilizar este mercado através da definição dos direitos de propriedade, estruturas de governança, normas de transação e concepções de controle” (GRISA, 2009, p.20). Por outro lado, existem evidências da participação dos atores locais na definição ou ampliação dos arranjos institucionais locais e do tipo de decisões políticas que definem os objetivos, limites ou estruturas de poder do PAA.

Pesquisas mais recentes confirmam a importância que as compras governamentais, no caso em específico o PAA, podem assumir ao incentivarem a diversificação produtiva e o aumento da produção de alimentos para atender ao consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial, além de promover a valorização dos hábitos alimentares locais, o associativismo rural e a autoestima dos agricultores, propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições de reprodução social desses agricultores no campo (HESPANHOL, 2013).

Contudo, em uma análise sobre a trajetória recente do PAA, Valadares e Souza (2015) concluem que o ano de 2013 foi um ano de transição do Programa, que teve uma grande redução em seus recursos em relação aos anos anteriores, fato atribuído, em parte, à mudança do modelo de convênios para o termo de adesão e também a ajustes internos da Conab no período. Ainda segundo os autores, a transição da execução do PAA por meio de termos de adesão promoveu

formas de participação individualizada dos produtores fornecedores de alimentos, excluindo a necessidade de participação em associações e/ou cooperativas, como era anteriormente. Essa participação individual pode trazer dificuldades para os produtores, na medida que toda a operação para participação no Programa passa a ser de sua responsabilidade.

A inclusão dos agricultores extremamente pobres no PAA seria uma das metas das mudanças apresentadas, mas na verdade tem efeito inverso, pois este objetivo do Programa, depende de um trabalho estruturado que organize esses produtores em associações, da forma como vinha sendo realizado pela Conab (VALADARES; SOUZA, 2013). Se essa preocupação deixar de existir, o PAA pode passar de instrumento para uma estratégia de desenvolvimento rural para instrumento de administração da extrema pobreza rural, tomando forma de uma política focalizada e individualizada de transferência de renda (DELGADO, 2013).

Para Valadares e Souza (2015) com as mudanças na operacionalização do PAA, os seus objetivos quanto à dimensão social, de incentivo à estruturação da agricultura familiar como produtora de alimentos, de fortalecimento das organizações associativas, de estímulo à diversidade produtiva, de garantia da segurança alimentar tanto dos agricultores como dos beneficiários consumidores, isto tudo tem sido deixado em segundo plano, se restringindo apenas ao fomento econômico, mediante a garantia estrita de comercialização e de preços.

Tais mudanças se confirmam pela publicação recente da Portaria n° 46, de 09 de junho de 2017, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que estabelece mudanças na metodologia utilizada para a definição das metas de execução e dos limites financeiros a serem disponibilizados aos Municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea. No Art. 3° da Portaria estão os novos critérios para seleção dos municípios com prioridade para acessar os recursos desta modalidade atualmente:

Art. 3° - Para a definição dos limites de recursos financeiros a serem disponibilizados, a metodologia a ser utilizada pelo MDS basear-se-á em critérios necessários à fixação de limites de referência e de parâmetros de expansão, observadas as regras a seguir:  
I - os municípios serão distribuídos, de acordo com o tamanho da população, em três grupos: a) grupo A - até 15.000 habitantes; b) grupo B - de 15.001 a 500.000 habitantes; e c) grupo C - acima de 500.000 habitantes;  
II - os limites de referência serão: a) para os municípios dos grupos A e C, fixos e equivalentes, respectivamente, a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); e b) obtidos pela multiplicação do número de habitantes do município por seis, no caso dos municípios do grupo B;  
III - após o estabelecimento do limite de referência, será definido um parâmetro para a sua expansão, baseado no número de estabelecimentos da agricultura familiar no município, a partir do cálculo do percentual de habitantes vinculados à agricultura familiar, considerando-se cada unidade familiar composta por quatro indivíduos,

frente ao total de habitantes no município, de forma que: a) o teto dos municípios cujo percentual relativo à população vinculada à agricultura familiar situe-se entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) seja expandido em 10% (dez por cento); e b) o teto dos municípios cujo percentual relativo à população vinculada à agricultura familiar supere 30% (trinta por cento) seja expandido em 20% (vinte por cento);

IV - após a expansão de que trata o inciso III, os limites de referência serão novamente expandidos, de acordo com categorização a ser estabelecida com base na relação entre o percentual de habitantes extremamente pobres no município e o percentual brasileiro de população extremamente pobre, de forma que os municípios tenham seus tetos de referência expandidos de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com seus percentuais de extrema pobreza;

V - agrega-se ao limite obtido para cada município o valor correspondente ao percentual de insegurança alimentar grave no Estado no qual o município está inserido, em conformidade com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE; e

VI - para a definição dos limites financeiros, confronta-se a demanda de recursos financeiros apresentada pelos municípios, por meio de uma ficha de levantamento de demanda, com o limite de referência calculado para cada município, adotando-se como limite o menor valor (BRASIL,2017).

Embora pareça dar prioridade aos municípios com maior percentual de agricultores familiares, o limite de R90.000,00 para municípios de até 15mil habitantes (que são a grande maioria no Brasil) é claramente insuficiente, mesmo que sejam acrescentados bônus em relação ao percentual da agricultura familiar em relação ao total de habitantes.

A Compra com Doação Simultânea era o carro-chefe do PAA, contudo o recurso destinado a esta Modalidade tem sido cada vez menor nos últimos anos, especialmente a partir do Governo Temer que assumiu a presidência após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no primeiro semestre do ano de 2016. Através da tabela 1 podemos observar alguns dados que demonstram melhor essa redução nos recursos disponibilizados nos últimos anos e também a drástica redução dos municípios de abrangência do Programa.

**Tabela 1** - Evolução dos recursos (R\$) aplicados nos anos de 2012 a 2016, pela Modalidade do PAA, Compra com Doação Simultânea, do Ministério de Desenvolvimento Social, em termos de Brasil e estado São Paulo.

ANOS	Valor liberado (R\$)	Abrangência	Nº Projetos	Municípios
2012	386.093.480,6	BR	2219	-
	57.611.810,92	SP	316	129
2013	178.676.296,62	BR	828	-
	51.235.172,46	SP	157	81
2014	285.683.595,08	BR	1.063	-
	95.484.966,71	SP	297	135
2015	241.079.416,96	BR	872	-
	50.445.050,18	SP	130	67
2016	180.640.720,97	BR	808	-
	21.636.635,72	SP	70	35

Fonte: Dados do Portal Transparência do PAA (2017).

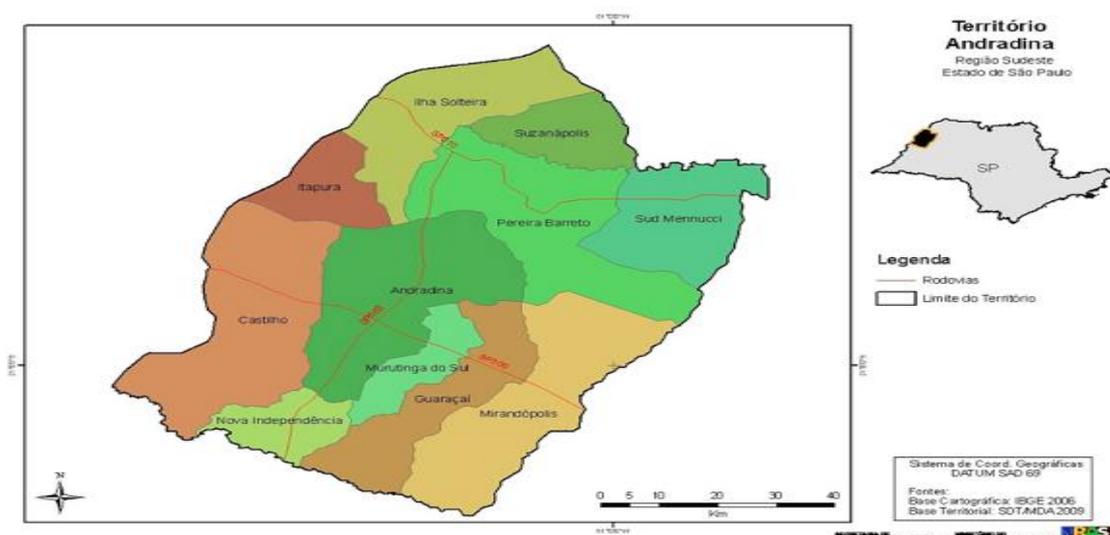
Através dos números apresentados pelo Portal da Transparência do PAA, podemos observar a drástica queda em termos de recursos liberados para menos da metade quando se compara o ano de 2012 e 2016, ao nível de Brasil, assim como para o estado de São Paulo. Em relação ao número de projetos também ocorreu uma redução muito significativa, de 2219 projetos, em 2012, para apenas 808 em 2016, considerando o país como um todo; enquanto no estado de São Paulo a diminuição foi 316 projetos em 2012 para somente 70 projetos em 2016. Quanto ao número de municípios contemplados no estado, ocorreu uma diminuição de 129 municípios para apenas 35 no estado de São Paulo, ou seja, 94 municípios deixaram de participar do Programa no período em análise. Os números apresentados são muito expressivos quando considerada a importância que o Programa vinha apresentando para os agricultores familiares e para as entidades beneficiadas no geral.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA E METODOLOGIA

#### 3.1 Caracterização do Território Rural Prof. Cory/Andradina

O município de Mirandópolis selecionado para o estudo, pertence ao Território Rural Prof. Cory/Andradina, localizado na região noroeste do estado de São Paulo, é constituído por onze municípios (os mesmos que compõem a Microrregião Geográfica de Andradina), e pertencem à Mesorregião Geográfica de Araçatuba. O Território possui uma área de 6.891,6 km<sup>2</sup> e uma população total de 181.710 habitantes (IBGE, 2010). Os municípios que o compõem são: Andradina, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci e Suzanópolis (Figura 1).

**Figura 1-** Mapa dos municípios que compõem o Território Rural Prof. Cory/Andradina.



Fonte: BRASIL (2009a).

O Território Rural Prof. Cory/Andradina é um dos seis territórios rurais do estado de São Paulo, entre os 239 instituídos no âmbito da política de desenvolvimento territorial, em nível nacional (SDT/MDA, 2016), e sua constituição se deu no dia 28 de julho de 2004. A política Territorial, conforme consta PTDRS deste Território vem sendo desenvolvida, no Brasil, desde o início dos anos 2000. Como uma de suas principais premissas, tem-se a organização dos atores sociais, a fim de se fortalecer a sociedade civil por meio do controle social das políticas públicas. A gestão social, como um dos principais eixos para a consolidação do desenvolvimento sustentável, pretende por meio da descentralização política e administrativa, novas formas de organização social, em que o público beneficiário das políticas

possa intervir nos processos decisórios, baseando-se em seus conhecimentos e em sua visão sobre a realidade local (PTDRS TERRITÓRIO ANDRADINA, 2010).

O Codeter do Território Rural Prof. Cory/Andradina é composto, atualmente, por cooperativas, associações, movimentos sociais, entidades vinculadas à pesquisa, extensão e ensino, entre outros atores sociais que representam as esferas da sociedade civil e do poder público. As ações do Colegiado baseiam-se no PTDRS do Território, sendo este considerado o principal instrumento construído coletivamente em apoio à gestão social do desenvolvimento territorial; e fornece as principais diretrizes orientadoras do diálogo a respeito do desenvolvimento sustentável do Território (SDT/MDA, 2010).

A renda *per capita* observada na Microrregião Geográfica (MRG) de Andradina (que apresenta a mesma configuração do Território Rural Prof. Cory/Andradina), corresponde a R\$635,82, enquanto que a média do estado é de R\$853,75. O setor agropecuário é responsável por 8,17% dos vínculos empregatícios na Região, sendo que este percentual é mais do que o dobro da média estadual, que corresponde a 2,5% (FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

A partir dos dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), no que se refere a estrutura fundiária, observa-se que, no Território, a agricultura familiar abrange 4.580 estabelecimentos agropecuários, representando 78,68% do total. Porém, a área ocupada por esses agricultores corresponde a apenas 18,12% da área total ocupada com estabelecimentos agropecuários. Já a agricultura não familiar detém 1.241 estabelecimentos, o que representa 21,32% dos estabelecimentos agropecuários do Território, ocupando 81,88% da área total.

Esses dados revelam a má distribuição da propriedade da terra no Território, característica esta não exclusiva desta região, pois corresponde segundo Buainain et al. (2003), à principal distorção da estruturação fundiária no país.

Embora tais números revelem a elevada concentração da propriedade de terra, Gonzaga (2015) e Silva (2016) constatarem que os avanços, em termos de acesso à terra na região, ocorreram graças às lutas dos movimentos sociais para reverter este quadro de concentração fundiária, resultando na criação de um grande número de projetos de reforma agrária nos últimos anos no Território. Tais avanços derivam da ocorrência e combinação de uma série de fatores, sucedidos especialmente a partir do final da década de 1970, cujos efeitos contribuíram para acentuar o problema fundiário da região (SILVA, 2016). Hespanhol et al. (2003) citam a forte expansão da pecuária extensiva em detrimento das áreas ocupadas com lavoura, o que resultou na desocupação de muitos trabalhadores rurais da região; a inundação de áreas em consequência da construção das usinas hidrelétricas de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos, que

levou ao desalojamento de produtores ribeirinhos; e o alto índice de concentração fundiária, produto, também, do processo de ocupação intensificado a partir da década de 1930, marcado por especulações e grilagens de terras.

De acordo com dados do INCRA (2017), o Território Rural Prof. Cory/ Andradina conta atualmente com 37 Projetos de Assentamentos Rurais, em uma área total de 55.589ha, contemplando um número de 3.005 famílias assentadas nesta área. O município de Castilho possui o maior número de assentamentos em sua área de abrangência, somam 11 projetos de assentamentos, com 1.137 famílias assentadas. Já os municípios de Mirandópolis (objeto de estudo) e Murutinga do Sul, apesar de contarem com quatro e três projetos de assentamentos, respectivamente, possuem um grande número de famílias assentadas, sendo que Mirandópolis há 467 e Murutinga do Sul 462 famílias assentadas.

Dentre os projetos de assentamento desta Microrregião, 28 assentamentos já foram criados, cinco estão em fase de consolidação, três em fase de instalação e um assentamento já consolidado. A maioria desses assentamentos foram criados a partir da década de 2000 (INCRA, 2017).

Apesar das penosas conquistas, os assentados do Território Rural Prof. Cory/ Andradina enfrentam muitas dificuldades para conseguir se manter na terra, relacionadas com falta ou precária infraestrutura do assentamento e do lote, acesso ao crédito, assistência técnica, organização dos agricultores, aquisição de insumos e comercialização da produção. Contudo, conseguem alcançar uma produção significativa, em produtos de origem animal e vegetal, e destinam, majoritariamente, a produção para o autoconsumo das famílias e para o mercado local (GONZAGA, 2015).

As principais atividades agropecuárias nestes assentamentos, em termos de geração de renda monetária, são os produtos de origem animal, especialmente a pecuária leiteira. O leite produzido é entregue a pequenos laticínios, à uma grande agroindústria (Nestlé) ou, ainda, é vendido diretamente nas cidades vizinhas pelos agricultores (HESPANHOL; COSTA; SANTO, 2003; SANT´ANA et al., 2007).

Apesar da predominância da produção animal, Silva (2016) observa em sua pesquisa que nos últimos anos, tem aumentado a importância socioeconômica da produção vegetal para os produtores assentados, devido ao estímulo dos programas de compras governamentais para a produção vegetal entre os agricultores familiares do Território.

### **3.2 Caracterização geral do município de Mirandópolis e dos assentamentos rurais em que foi realizada a pesquisa**

A origem de Mirandópolis está associada ao antigo povoado de São João da Saudade, cuja formação data de 1934, época em que a variante Araçatuba - Jupiá da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil chegou a Valparaíso. Suas primeiras casas foram construídas no espigão divisor dos rios Feio e Tietê, próximo aos trilhos do trem. Graças ao trabalho de seus habitantes, o povoado se desenvolveu, tornando-se distrito do município de Valparaíso em 20 de março de 1937, com o nome de Comandante Arbues. Sua denominação atual, em homenagem ao senador Rodolfo da Rocha Miranda, foi adotada em 30 de novembro de 1944, quando adquiriu autonomia municipal. Mirandópolis teve grande influência da colônia japonesa (FUNDAÇÃO SEADE, 2010), em função da instalação de três projetos de colonização privada com imigrantes japoneses, criados ainda na década de 1920 (portanto antes da Fundação de Mirandópolis) que foram denominados de 1ª (1924), 2ª (1926) e 3ª (1927) Alianças. Desde 1950 tornou-se um distrito de Mirandópolis (MUSTAFA, 2013).

O município de Mirandópolis possui uma área de 917,694 km<sup>2</sup> e uma população de 28.335 habitantes, com uma densidade demográfica de 30,88 habitantes/ km<sup>2</sup> (FUNDAÇÃO SEADE, 2010). Quanto à estrutura fundiária do município, o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), realizado em 2007/08, sob coordenação da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, mostrou a preponderância da agricultura familiar em termos de número de Unidades de Produção Agropecuária (UPA's), mas com forte grau de concentração fundiária no município. Prevalecem, no âmbito da agricultura familiar, UPA's com faixas de área de até 50 hectares que somam 72,66% do total do município; por outro lado, a área ocupada por estas não alcança 20% da área total (Tabela 2). Nota-se ainda, que 8,03% das UPA's (aquelas que possuem entre 200 e 5.000 hectares) abrangem 56,72% da área total das unidades produtivas do município (CATI, 2008).

Grande parte das unidades de produção familiares são representadas pelos lotes de assentamentos de reforma agrária e outra parte significativa pelos estabelecimentos originários das Colônias das Alianças. Apesar de Mirandópolis contar com apenas quatro projetos de assentamentos, como dito antes, possui ao todo 467 famílias assentadas, número bastante representativo quando comparado ao total de unidades de produção, representando mais de 42% deste total.

**Tabela 2** - Número e percentual das UPAs por faixas de área do Município de Mirandópolis (SP).

<b>FAIXAS DE ÁREA (hectare)</b>	<b>UPA's (nº)</b>	<b>UPA's (%)</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>ÁREA (%)</b>
UPAs com (0 a 10]	240	21,66	1254,6	1,51
UPAs com (10 a 20]	219	19,77	3088,8	3,72
UPAs com (20 a 50]	346	31,23	10893,3	13,11
UPAs com (50 a 100]	134	12,09	9675,3	11,65
UPAs com (100 a 200]	80	7,22	11042,2	13,29
UPAs com (200 a 500]	62	5,6	18944,4	22,8
UPAs com (500 a 1.000]	18	1,62	11305	13,61
UPAs com (1.000 a 2.000]	6	0,54	7887	9,49
UPAs com (2.000 a 5.000]	3	0,27	8991,7	10,82
<b>Total</b>	<b>1108</b>	<b>100</b>	<b>83082,3</b>	<b>100</b>

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA (2008).

A Tabela 3 reúne algumas características dos assentamentos aos quais pertencem os agricultores pesquisados. Observa-se que os assentamentos são relativamente novos, sendo que os dois mais antigos, Assentamento Primavera II foi criado há 11 anos e o São Lucas há 10 anos, enquanto mais recente, Assentamento Florestan Fernandes é de 2013, sendo este também o mais populoso, com 210 famílias assentadas. Apenas um assentamento não foi contemplado na pesquisa (Assentamento Esmeralda); este é o assentamento mais antigo do município com 30 anos de criação e possui as demais 84 famílias assentadas. Contudo, apesar deste assentamento ser considerado pertencente ao município de Mirandópolis, a maioria de seus lotes está situada no município de Pereira Barreto (SP).

**Tabela 3** - Características dos Projetos de Assentamentos pesquisados no município de Mirandópolis (SP).

<b>Assentamento</b>	<b>Data de criação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de Famílias</b>
Primavera II	27/07/2006	1.866,58	105
Florestan Fernandes	25/04/2013	2.868,16	210
São Lucas	21/09/2007	1.541,07	68

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA (2017).

### 3.3 Descrição dos Métodos e Técnicas da Pesquisa

Este projeto está vinculado a uma pesquisa intitulada “Desenvolvimento rural e mercado: estudo comparativo dos fatores contextuais que favorecem os mercados institucionais no Nordeste e Sul do País”, coordenada pelo prof. Dr. Sérgio Sauer (UnB), o referido projeto

foi aprovado no Edital MCTI/CNPq N° 14/2014 - Universal, e envolve também municípios do estado do Maranhão. Inicialmente estavam previstas as regiões Nordeste e Sul, mas também foi incluída a Região Sudeste, especificamente o município de Mirandópolis do Território Prof. Cory/Andradina que é objeto de estudo do presente projeto.

A escolha do município de Mirandópolis para desenvolver a presente pesquisa foi definida pela equipe da Universidade de Brasília com base no fato de ser o município pertencente ao Território Prof. Cory/Andradina que apresentou maior número de produtores beneficiados total (280), assim como o maior valor de recursos pagos pelo PAA, Modalidade Compra com Doação Simultânea, do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), destinados às associações e à uma cooperativa de produtores rurais do município (R\$1.561.000,00), no ano considerado para o estudo (2014), conforme exposto na Tabela 4. Destes 280 produtores beneficiários, 167 são assentados da reforma agrária e os outros 113 são agricultores familiares tradicionais (Portal da Transparência do PAA, 2017). Além destes, outros critérios considerados, foi a escolha de municípios que possuíssem menos de 50 mil habitantes e certa proximidade, em termos de IDH, com os demais municípios escolhidos pela equipe para a pesquisa no Maranhão.

**Tabela 4** - Nomes das organizações de produtores rurais de Mirandópolis (SP) e valores recebidos pela Modalidade do PAA, Compra com Doação Simultânea, do Ministério de Desenvolvimento Social, em 2014.

<b>ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
Associação Retiro dos Produtores Rurais do Assentamento Florestan Fernandes - ARPRAFF	186.000,00
Associação Oriente de Produtores Rurais do Assentamento Primavera – AOPRAP	513.500,00
Associação Oriente de Produtores Rurais do Assentamento Primavera – AOPRAP	429.000,00
Associação Dos Produtores Rurais da Água Fria – APRAF	62.000,00
Associação Oriente de Produtores Rurais do Assentamento Primavera – AOPRAP	143.000,00
Cooperativa Agrícola da Fazenda Aliança	227.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.561.000,00</b>

Fonte: Dados do Portal Transparência do PAA (2017).

A evolução da importância do Programa no município pode ser observada também por meio dos dados obtidos no Portal da Transparência do PAA, no que diz respeito ao aumento do

número de projetos aprovados, assim como em termos dos recursos liberados nos últimos cinco anos do Programa no município, como pode-se observar na Tabela 5.

**Tabela 5** - Recursos liberados nos últimos cinco anos e o número de projetos aprovados no município de Mirandópolis (SP).

<b>Anos Base</b>	<b>Projetos Aprovados (Nº)</b>	<b>Recursos (R\$)</b>
2010	1	706.409,60
2011	3	609.106,22
2012	3	1.010.969,20
2013	3	1.010.595,65
2014	6	1.561.000,00

Fonte: Dados do Portal Transparência do PAA (2017). Organizado pelo autor.

A abordagem da pesquisa constituiu em um estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, com o objetivo de analisar as condições de produção e comercialização dos agricultores familiares beneficiários do PAA e entender os efeitos do Programa sobre os referidos fatores. Ou seja, o intuito principal, neste estudo de caso, é o de entender se houve mudanças após a inserção dos produtores pesquisados no PAA, e se houve, quais foram e como os produtores perceberam seus efeitos. Sob esta perspectiva, foi realizado o procedimento de coleta de dados por meio da aplicação de um questionário com os agricultores familiares beneficiários do Programa, e em seguida foi realizada a tabulação e as análises dos dados obtidos.

O questionário aplicado aos entrevistados foi formulado pela equipe coordenada pelo prof. Sérgio Sauer (UnB), e tem como característica questões fechadas, o que possibilita maior facilidade de tabulação dos dados, já que se trata de uma pesquisa consideravelmente ampla no seu todo. Além de perguntas diretas, também foram incluídas avaliações de satisfação por meio das percepções dos produtores captadas a partir da escala de Likert. A escala de Likert é comumente utilizada em pesquisa de opinião, por meio da qual os entrevistados especificam seu nível de (dis)concordância com a afirmação apresentada, por meio de uma escala que varia de 1 (total discordância) a 10 (total concordância) (LLAURADÓ, 2015).

Quanto à percepção dos entrevistados, esta:

(...) é relativa, e diz respeito à avaliação subjetiva do grupo social de referência. Em geral as pessoas se comparam a outras do grupo social do qual fazem parte. Segundo isto, há associação da percepção com diferenças nas expectativas sobre suas condições tendo como base seu próprio contexto (PERAFÁN, WALTER, 2016, p.89).

Mas as percepções quando avaliadas com base na escala de Likert, são uma ferramenta auxiliar para avaliar, por exemplo, os efeitos de uma política pública (como o PAA), em diferentes populações que vivem em contextos distintos.

O questionário foi estruturado em cinco sessões, conforme descrito a seguir:

- 1ª - Perfil do Entrevistado e da Propriedade: permitiu realizar a caracterização dos produtores e das respectivas famílias e alguns aspectos das unidades de produção;

- 2ª - Novas Práticas e Procedimentos: constituiu a maior parte do questionário, possibilitando uma análise comparativa dos dados da produção e comercialização nos momentos anteriores a participação dos entrevistados no PAA e durante a inserção destes ao Programa. Esta sessão contou ainda com algumas avaliações relacionadas aos temas mencionados, com atribuição de notas de 1 a 10 para algumas afirmações realizadas. A leitura das notas em todas as avaliações está descrita nos resultados e discussões, contudo, de forma geral, as atribuições das notas menores se referem sempre a piores avaliações quanto ao atributo sugerido e de forma inversa, notas maiores relacionadas às melhores avaliações;

- 3ª - Aprendizado: buscou averiguar as formas de cooperação para produzir e comercializar a produção, as fontes de informações para resolver problemas na propriedade relacionados a estes temas, permitiu comparar as organizações que os produtores entrevistados participavam antes do PAA e após o Programa, seguida de uma avaliação dos diferentes conhecimentos e aprendizados que a participação nestas organizações possibilitou;

- 4ª - Políticas Públicas e Organizações de Apoio: buscou-se conhecer as formas de crédito e os diferentes programas governamentais acessados, além do PAA. Consta, por fim, de uma avaliação da contribuição resultante da participação no Programa;

- 5ª - Renda: esta última sessão se refere a questões relacionadas à renda familiar total e a relação desta com a renda proveniente do PAA, assim como a distribuição da renda conforme as diferentes formas de ingresso e o número médio de pessoas que vivem desta renda. Por último, há uma avaliação de percepção da contribuição da renda proveniente do Programa.

Para efeitos de utilização na presente pesquisa, algumas constatações e avaliações feitas durante a coleta de dados pelos entrevistados, foram anotadas em caderno de campo, e utilizadas para complementar a interpretação dos dados.

A aplicação dos questionários foi realizada, entre os meses de junho e julho de 2016, em visitas individualizadas aos estabelecimentos, cujo os dados foram obtidos no Portal da Transparência do PAA e por meio de complementação das informações com alguns presidentes de associações e lideranças dos assentamentos onde a pesquisa foi realizada. Foram aplicados

50 questionários aos agricultores familiares residentes nos assentamentos de reforma agrária de Mirandópolis que participaram como beneficiários fornecedores do último projeto do PAA (CPR-Doação 2014). Estes 50 pesquisados representam 17,86% do total de produtores participantes e aproximadamente 30% dos agricultores familiares assentados (ver Portal). Os locais de residência dos pesquisados são os seguintes: Assentamento Primavera II (25); Assentamento Florestan Fernandez (16) e Assentamento São Lucas (9). A escolha dos entrevistados, em cada um dos assentamentos, foi realizada de forma aleatória, considerando apenas o critério de ter participado do Programa no ano de 2014.

A análise dos resultados da pesquisa foi realizada com base na bibliografia consultada, e os dados foram apresentados na forma de tabelas e gráficos, visando facilitar a análise do conjunto dos dados levantados. A maioria destes gráficos e tabelas se apresentam no formato comparativo, principalmente para análise dos dados quantitativos, para uma melhor compreensão dos efeitos do Programa, de modo que compara os momentos antecedentes e posteriores a inserção dos entrevistados no PAA. Para as questões qualitativas em que os produtores atribuem notas através de suas percepções em relação ao PAA, os dados foram analisados por meio de gráficos com a distribuição dos produtores pesquisados, em relação ao grau de concordância com as frases apresentadas a eles (valores de 1 a 10 – escala de Likert). Para a análise destes resultados a métrica empregada foi a moda, pois a utilização da média não traz informações relevantes neste tipo de dado (LLAURADÓ, 2015). Além disso, outras análises foram realizadas levando em consideração o intervalo médio da escala (5).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

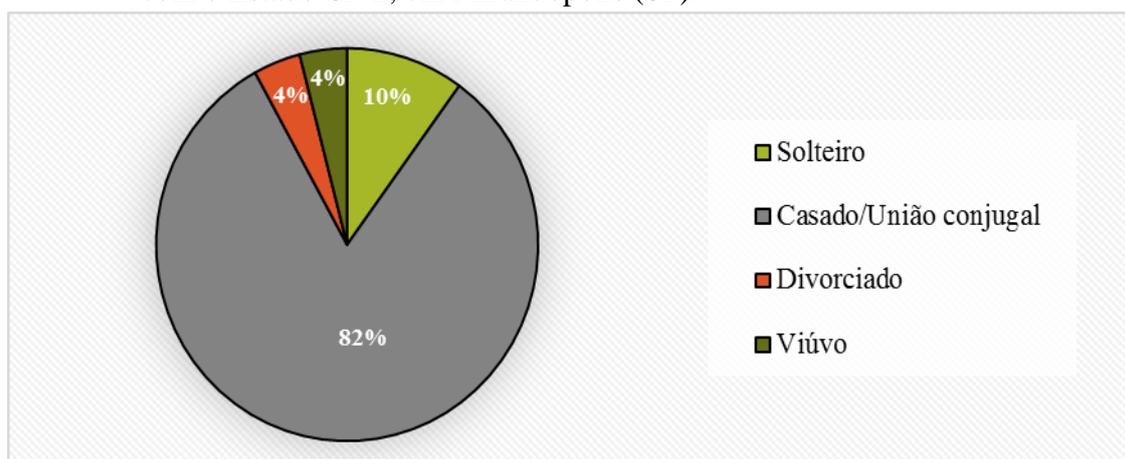
### 4.1 Perfil dos produtores e dos estabelecimentos familiares

Foram levantadas algumas características principais dos produtores e dos respectivos estabelecimentos, visando identificar o perfil dos agricultores assentados beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Mirandópolis.

Do total de produtores entrevistados, temos uma maioria de 64% (32) mulheres e 36% (18) homens. Em estudo sobre o PAA no município de Pereira Barreto-SP, em áreas de assentamentos, Gonzaga (2015) verificou que apesar da participação feminina (47%) ser um pouco menor do que a masculina (53%), na maioria dos casos, quem se responsabilizava pela organização e preparação dos produtos para entregar ao Programa, com os tratos culturais na horta, e com processos de limpeza e de acondicionamento dos produtos era a mulher. Marques, Moal e Andrade (2014) em estudos na região do Pontal do Paranapanema-SP retratam que as mulheres viram no PAA a possibilidade de incremento de renda, devido à comercialização de produtos dos quintais e estiveram à frente como principais interessadas em participar.

No que diz respeito ao estado civil dos pesquisados, a grande maioria (82%) declarou ser casado ou possuir algum tipo de união conjugal, 10% dos entrevistados se declararam solteiros(as), 2 (4%) divorciados(as) e também outros 2 (4%) viúvos(as) (Figura 2).

**Figura 2** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o Estado Civil, em Mirandópolis (SP).



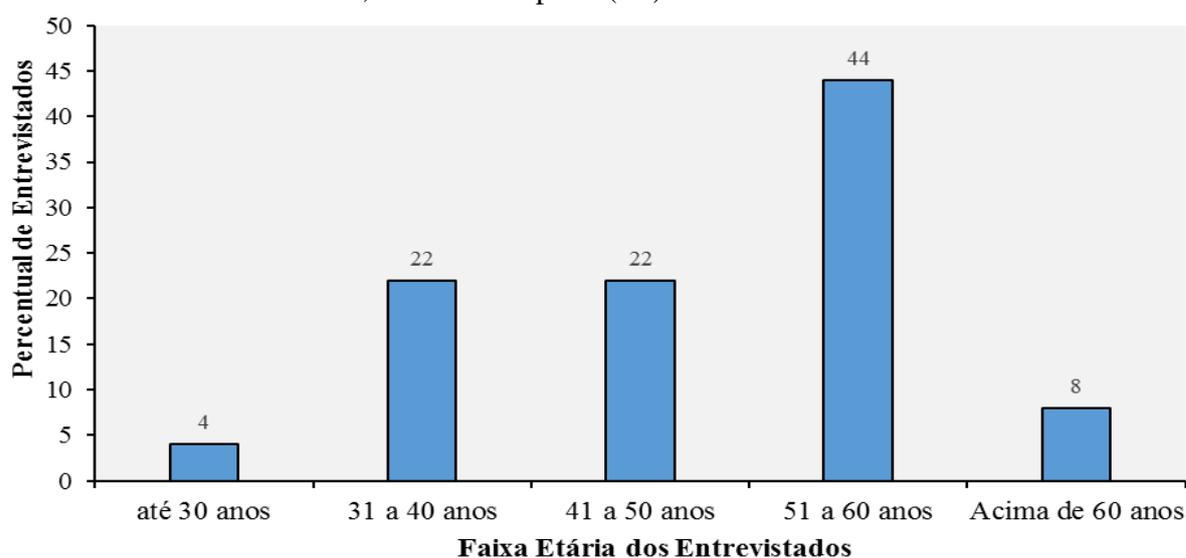
Fonte: Da própria autora (2016).

Em relação à faixa etária dos entrevistados, o que chama a atenção é que mais da metade (52%) possui mais de 50 anos de idade (Figura 3), sendo que a média da idade dos entrevistados é 49 anos. Tal aspecto pode, por um lado, ressaltar a longa experiência na agricultura como uma característica positiva desses produtores, mas por outro lado, implica em uma idade

relativamente já avançada da maior parte dos entrevistados, considerando as exigências físicas do trabalho no estabelecimento. Silva (2012), pesquisando assentamentos na mesma região, constatou que a idade média dos produtores entrevistados era de 55 anos e que a faixa etária que apresentou maior concentração também foi a de 51 a 60 anos, e naquele caso observou que quase 70% dos titulares dos lotes tinham idade superior a 50 anos.

Embora a maioria dos entrevistados tenha mais de 50 anos, constatou-se, em contrapartida, um percentual expressivo de respondentes (26%) com até 40 anos, o que pode significar um grau de renovação dos agricultores familiares por meio do acesso à terra, considerando que 68% dos entrevistados estão em assentamentos já com 10 anos de implantação. Este fato é importante (embora não tenha sido realizada, na presente pesquisa, uma investigação da composição familiar), pois vários estudos mostram uma situação preocupante quanto à capacidade de reprodução social do segmento da agricultura familiar. Estes estudos têm constatado que é cada vez menor a participação de jovens no meio rural, incluindo áreas de assentamentos rurais, o que se deve ao fato dos pais impulsionarem a saída dos filhos para a cidade no intuito de estudar e/ou trabalhar, e estes acabam não retornar mais ao estabelecimento familiar (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; ANJOS; CALDAS, 2015).

**Figura 3** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a faixa etária, em Mirandópolis (SP).

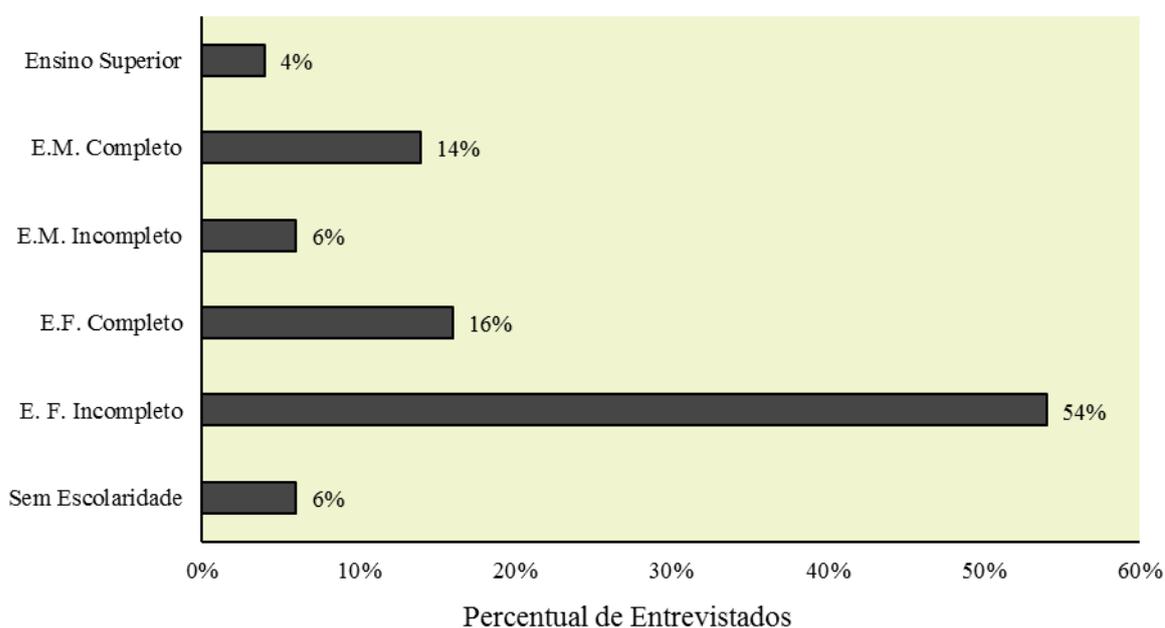


Fonte: Da própria autora (2016).

O nível de escolaridade dos agricultores é apresentado na Figura 4. Verifica-se que, dos entrevistados, 76% estudou no máximo até o final do Ensino Fundamental, sendo que 54% do

total não completaram este nível de ensino e 6% declararam-se analfabetos. O percentual que completou o ensino médio foi de 14%, enquanto outros 6% não chegaram a completar esta etapa e apenas 4% possuem ensino superior. Em outras pesquisas desenvolvidas na região, Sant'Ana et al. (2007), também constatou a baixa escolaridade das famílias assentadas e que a evolução significativa do fator educação formal ocorreu apenas na geração seguinte, de seus filhos.

**Figura 4** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o grau de escolaridade, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

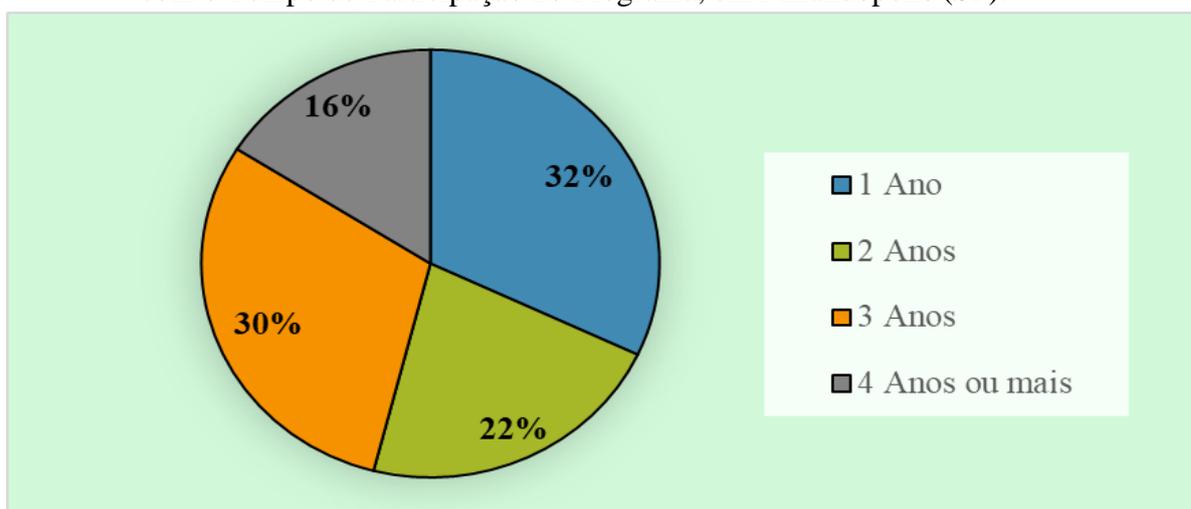
No que se refere ao tamanho das propriedades em termos de área, os entrevistados citaram valores que variaram de 9,7 a 12 hectares, sendo a área média dos lotes de 11,3 hectares. O valor mais mencionado foi o de 12 hectares, por 68% dos produtores.

Quanto ao tempo de participação dos agricultores ao PAA, a grande maioria dos entrevistados (84%) declarou participar do Programa por um período de até três anos, sendo que 32% (do total) participam há um ano, 22% por 2 anos e 30% por um período de 3 anos. Do total de produtores entrevistados 16% participam a 4 anos ou mais do PAA, sendo 4% há 5 anos; 8% há 6 anos e apenas 4% têm 8 anos de participação no Programa (Figura 5).

A presente pesquisa não investigou os principais motivos e quais as formas que os produtores utilizaram para se inserir ao Programa, de toda forma, em pesquisa realizada por Gonzaga (2015) em assentamentos do mesmo Território Rural, pode-se observar que a inclusão

dos produtores aos projetos das associações se deu por vários meios, e a principal forma foi a divulgação de informações para os agricultores nas reuniões das associações as quais estavam vinculados (47% dos entrevistados). Ainda segundo Gonzaga (2015), no que se refere a motivação que levou os agricultores a participarem do Programa, os mais citados pelos agricultores foram: a obtenção de uma renda extra (76%) e a possibilidade de comercializar a produção (55%); além disso, o fato da compra ser institucional, ou seja, haver a segurança de pagamento pela produção foi a motivação citada por 13% dos produtores. Outros 11% declararam que o Programa é uma forma de comercializar a produção excedente, e por fim, o mesmo percentual, 11% dos entrevistados mencionaram que sua principal motivação para participarem do Programa é o amor ao trabalho do campo.

**Figura 5** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o Tempo de Participação no Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

## 4.2 Novas práticas e procedimentos de produção e comercialização e o PAA

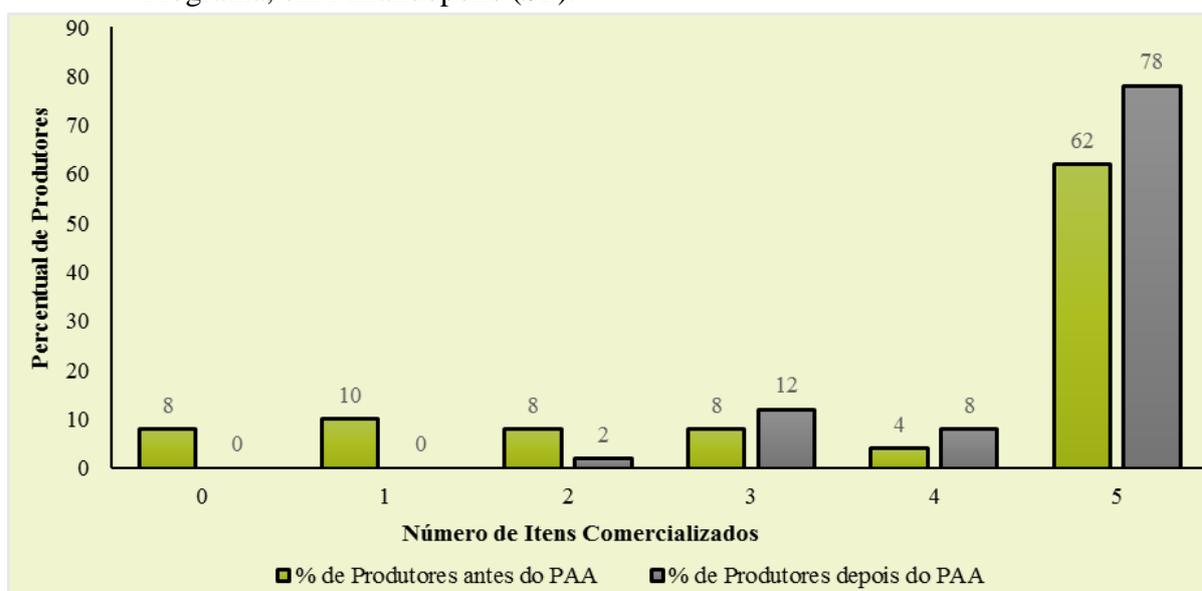
### 4.2.1 Produção e Comercialização antes e após o PAA

Como forma de realizar uma análise das possíveis diferenças antes e após a participação dos produtores pesquisados no PAA e realizar uma avaliação mais assertiva dos resultados da contribuição do Programa na vida dos agricultores beneficiários, foram levantados dados referentes à produção dos principais itens, seja de origem animal e/ou vegetal que eram produzidos no estabelecimento familiar para comercialização, no período que antecede e no momento posterior à inserção dos produtores no PAA.

A primeira análise no que diz respeito ao número de itens comercializados, no caso, foram citados os cinco principais antes e após o Programa. Mesmo com esta delimitação no

número de itens produzidos por parte do questionário pode-se observar incremento na quantidade de produtos produzidos após o início da participação no Programa. Antes do PAA, parte considerável dos entrevistados (26%) produziam apenas de 1 a 3 itens apenas para a comercialização, 8% não produziam nenhum item para comercializar até então; enquanto 62% comercializava pelo menos 5 itens produzidos no lote. Após a inserção no Programa todos os entrevistados passaram a produzir de dois ou mais itens para comercialização; apenas um produtor (2%) citou 2 itens e 12% declararam vender 3 produtos distintos; já o percentual daqueles que passaram a comercializar pelo menos 5 itens produzidos aumentou para 78% do total (Figura 6).

**Figura 6** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o número de itens produzidos para comercialização antes e após a inserção no Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Uma segunda análise se deu quando foram levantados quais seriam os cinco principais produtos produzidos no lote com a finalidade de comercialização, antes e após o início da participação dos entrevistados no PAA. Em um primeiro diagnóstico, de forma geral, pode-se observar um incremento considerável na variedade de produtos produzidos antes e após o Programa com a finalidade de se comercializar. Antes foram citados uma variedade de 24 produtos e após o número de itens aumentou para 32, um acréscimo de 8 produtos distintos. Este fator se deve, entre outros fatores, à possibilidade que o Programa oferece de realizar a comercialização dos produtos dos quintais, os quais antes eram usados apenas para o

autoconsumo e acabavam, por vezes, perdendo o excedente por não conseguirem inseri-los no mercado. Como observa-se na Tabela 6, o principal item comercializado por 48% dos produtores no período antecedente ao PAA era o leite, em segundo lugar a abóbora comercializada por 46% dos entrevistados e o terceiro produto mais citado, a mandioca, foi mencionado por 42% dos produtores. Fica claro aqui a importância da pecuária leiteira nos assentamentos pesquisados, principalmente nos momentos anteriores à inserção destes agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos.

Em pesquisa no Assentamento Estrela da Ilha, no município de Ilha Solteira, Modenese et al. (2008) constatou a presença da bovinocultura em 87,7% dos 155 lotes pesquisados (este Assentamento possui 209 lotes), com um número médio de 22 cabeças por estabelecimento e na maioria dos casos era a principal atividade geradora de renda do lote. Silva (2012), pesquisando produtores assentados da região, concluiu, de forma semelhante, que a pecuária leiteira é uma importante fonte geradora de renda para as famílias: 77% dos lotes estavam produzindo leite, com uma produção média diária em torno de 70 litros. Carvalho (2006), confirma, que a cadeia produtiva do leite é uma das alternativas que o pequeno produtor tem para se manter no campo, principalmente, por ser viável implantá-la em pequenas áreas; apresentar baixo risco comercial e tecnológico (em comparação a outras atividades, como a fruticultura e a olericultura); e principalmente por manter um fluxo mensal de entradas monetárias.

Quando analisados os principais produtos em termos de importância no aspecto de comercialização após a inserção dos entrevistados ao PAA, a abóbora que era a segunda mais citada antes passa ser o principal item, comercializada por 62% dos produtores (Tabela 6). Gonzaga (2015) constata em sua pesquisa que a abóbora também é a principal olerícola citada pelos produtores assentados de Pereira Barreto, sendo cultivada por 94,7% dos entrevistados. O referido autor considera que a abóbora ocupa essa posição de destaque, devido às várias características agrônomicas que possui, como a rusticidade, a baixa exigência de tratamentos culturais e a alta produtividade, além de apresentar dupla finalidade, alimentação humana e animal. A rusticidade se traduz em maior facilidade de cultivo, pois é menos exigente em irrigação, adubação e controle de pragas e doenças (GONZAGA, 2015).

Silva (2012) observou a produção de olerícolas em 57% dos lotes dos agricultores assentados pesquisados na Microrregião de Andradina, sendo importante para o autoconsumo das famílias, mas destacando-se também como atividade geradora de renda entre os produtores familiares, especialmente aquelas culturas olerícolas que apresentam baixo custo de produção

e que não necessitam de tecnologias caras, nem de infraestrutura específica. Além disso, a maioria dessas culturas detêm ciclos curtos de produção, gerando um retorno financeiro relativamente mais rápido.

**Tabela 6** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com os principais itens produzidos para comercialização antes e após a inserção no Programa, em Mirandópolis (SP).

<b>Principais Produtos Produzidos antes e após o PAA</b>			
<b>Produtos</b>	<b>% Produtores antes PAA</b>	<b>% Produtores após PAA</b>	<b>Variação (%)</b>
Abóbora	46	62	16
Feijão	40	54	14
Mandioca	42	40	-2
Jiló	36	34	-2
Leite	48	30	-18
Quiabo	24	30	6
Banana	10	28	18
Pimenta	34	24	-10
Batata doce	10	20	10
Pepino	10	18	8
Limão	4	16	12
Berinjela	10	14	4
Milho verde	12	12	0
Coco	0	10	10
Melancia	12	8	-4
Goiaba	4	6	2
Acerola	0	6	6
Maracujá	0	6	6
Laranja	0	6	6
Maxixe	4	4	0
Mamão	4	4	0
Urucum	0	4	4
Tomate	6	4	-2
Vagem	6	4	-2
Ponkan	0	4	4
Abacaxi	0	2	2
Caxi	0	2	2
Tangerina cravo	0	2	2
Amora	0	2	2
Cheiro verde	0	2	2
Jaca	0	2	2
Almeirão	4	0	-4
Melão	4	0	-4
Alface	2	0	-2
Bezerras	2	0	-2
Cana-de-açúcar	2	0	-2

Fonte: Da própria autora (2016).

Em segundo lugar, como a cultura mais frequentemente comercializada após o PAA, aparece o feijão; sendo que na pesquisa predominou o feijão-caupi (chamado de feijão catador ou feijão gurutuba), produzido por 54% dos pesquisados (Tabela 6). Gonzaga (2015) constatou

em sua pesquisa três tipos de feijão comercializados no PAA: feijão-caupi cultivado por 57,9% dos agricultores; feijão guandu (13,2%) e feijão carioca (2,6%); e os agricultores relataram que entregam os feijões caupi e guandu ainda nas vagens sem nenhum tipo de beneficiamento, apenas realizando a limpeza e alocação nas caixas de entrega para posterior pesagem e emissão de recibo de entrega.

Em seguida, a cultura mais citada (em terceiro lugar) permanece, como antes de venderem ao PAA, a mandioca, sendo comercializada por 40% dos assentados (Tabela 6). Em pesquisa com agricultores(as) familiares assentados(as) beneficiários(as) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, no município de Tangara da Serra - MT, Rambo (2016) constatou que a cultura da mandioca foi a segunda em importância econômica, citada por 57,14% dos entrevistados, sendo que 7,14% destes têm na referida cultura sua principal atividade, para 42,84% do total de agricultores pesquisados trata-se da segunda cultura em importância e para 7,14% é a terceira. Gonzaga (2015) também verificou que em termos de raízes e tubérculos, cultivados e entregues ao PAA pelos agricultores entrevistados em Pereira Barreto - SP, o maior destaque coube à mandioca, cultivada em 89,5% dos lotes em que se realizou a pesquisa.

De acordo com Silva (2012), a cultura da mandioca consiste em uma das principais atividades realizadas pela agricultura familiar em assentamentos rurais. Segundo a autora, o principal destino da produção, é a produção artesanal de farinha, muitas vezes, realizada no próprio lote. Alguns produtores a comercializam in natura, tanto no setor varejista como de forma direta ao consumidor e também aos mercados institucionais.

Observa-se também, ainda pela Tabela 6, que 22 culturas aumentaram sua participação após os pesquisados iniciarem as vendas para o PAA, 10 culturas ou atividades diminuíram a produção ou deixaram de ser produzidas, com destaque para o leite que caiu 48% frequência para 30% dos lotes com este tipo de atividade. Três culturas não tiveram alteração.

Portanto, em termos gerais, pode-se afirmar que, entre os agricultores pesquisados, a participação no PAA resultou em aumento do número de culturas comercializadas. Contudo, de maneira contrária a este resultado, em pesquisa realizada por Veloso (2011) no município de Junqueirópolis (SP) é constatada a diminuição da diversificação produtiva pelos produtores participantes do PAA, que buscaram pela especialização produtiva da cultura da acerola.

#### 4.2.2 Tipos de criações antes e após PAA

No que diz respeito a produção animal, foram apuradas quais são as principais criações presentes nos lotes antes e após o Programa de Aquisição de Alimentos (Tabela 7), com o intuito de analisar se a participação dos produtores no PAA teve alguma influência direta em termos quantitativos ou de diversidade das criações nos lotes. Pode-se observar que a pecuária leiteira é de suma importância, como já discutido anteriormente quando analisados os dados de comercialização do leite pelos entrevistados. Apesar de ter deixado, em alguns casos, de ser considerado o principal produto comercializado após o início da participação dos agricultores no Programa, o percentual daqueles que criavam bovinos de leite não teve alteração significativa, aumentando de 64% antes do PAA para 68% após o Programa, e com pequeno aumento na média de animais de 16 para 19 cabeças.

A pecuária de corte, não menos importante fonte de renda para os entrevistados (frequentemente realizam somente a recria de bezerros), teve um aumento mais significativo em termos de percentual de produtores que passaram a possuir este tipo de rebanho após a inserção no PAA, passando de 24% dos entrevistados para 40%; contudo a média de animais se manteve igual, com um número médio de 19 cabeças. Do total de produtores que criam bovino de corte, 95% declararam realizar a comercialização para outros mercados que não o PAA e um dos entrevistados não realiza comercialização, portanto nenhum vende para o PAA derivados de leite.

**Tabela 7** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com as principais criações presentes nos lotes antes e após a inserção no Programa, em Mirandópolis (SP).

<b>Antes do PAA</b>			
<b>Animais</b>	<b>Nº de Produtores</b>	<b>% de Produtores</b>	<b>Média de Animais</b>
Bovinos (leite)	32	64	16
Bovinos (corte)	12	24	12
Suínos	32	64	7
Aves	32	64	107
<b>Após o PAA</b>			
<b>Animais</b>	<b>Nº de Produtores</b>	<b>% de Produtores</b>	<b>Média de Animais</b>
Bovinos (leite)	34	68	19
Bovinos (corte)	20	40	19
Suínos	31	62	7
Aves	34	68	44

Fonte: Da própria autora (2016).

Além da pecuária, verificou-se a presença de suínos, com quase nenhuma alteração no número de produtores que possuíam estes animais antes e depois do Programa, e com uma média inalterada de 19 animais. Dos entrevistados que criam suínos, 25,8% disseram realizar a venda para outros mercados que não o PAA e os demais (74,2%) utilizam a produção apenas para o autoconsumo. As aves também foram citadas entre as principais criações tanto antes como depois do Programa, havendo considerável redução apenas no número médio de cabeças de 107 antes do PAA, para 44 cabeças, após a inserção no Programa. Do total de produtores que criam aves, 29,4% realizam a venda através de mercados informais e os outros 70,6% dos produtores utilizam a produção apenas para consumo. No caso das aves há antagonismo entre o cultivo de olerícolas e a manutenção deste tipo de criação, sendo necessário semear longe do quintal, prender os animais ou ainda cultivar as olerícolas em áreas vedadas.

A Tabela 8 contém informações sobre a distribuição do número de animais existentes nos lotes antes e após o PAA. Aqui estão sendo considerados produtores que possuem bovinos leiteiros quanto de corte, ou que possuem ambos. Observa-se que antes do Programa a maior concentração está entre 1 a 10 (56,4%), e 11 a 20 (28,2%) cabeças, ou seja, 84,6% dos lotes que possuem bovinos, apresentavam até 20 animais. Após a inserção dos entrevistados no PAA, em termos de comparação, pode se observar um relativo aumento, sendo que a maioria dos produtores que criam este tipo de gado (59,5%) possuem entre 11 a 40 cabeças.

**Tabela 8** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o número de bovinos nos lotes antes e após a inserção no Programa, em Mirandópolis (SP).

<b>Antes PAA</b>			
<b>Nº de Cabeças</b>	<b>Lotes (nº)</b>	<b>Lotes (%)</b>	<b>Média de Cabeças</b>
1 a 10	22	56,4	7
11 a 20	11	28,2	16
21 a 30	3	7,7	28
31 a 40	2	5,1	35
Acima de 40	1	2,6	55
<b>Após PAA</b>			
<b>Nº de Cabeças</b>	<b>Lotes (nº)</b>	<b>Lotes (%)</b>	<b>Média de Cabeças</b>
1 a 10	13	31,0	7
11 a 20	12	28,6	16
21 a 30	7	16,7	26
31 a 40	6	14,3	36
Acima de 40	4	9,5	53

Fonte: Da própria autora (2016).

#### *4.2.3 Percepção dos produtores em relação às atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas em suas propriedades após o PAA*

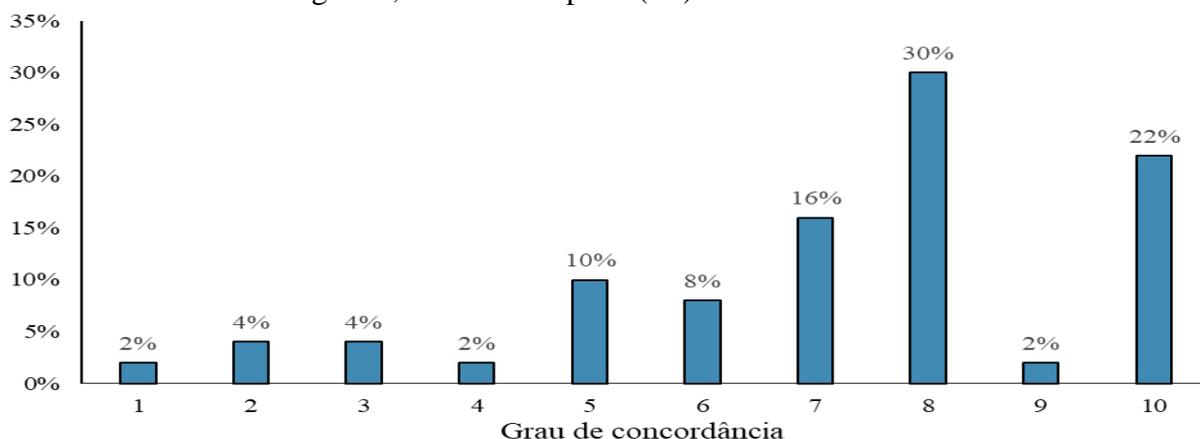
Após quantificar os dados de produção e comercialização de forma comparativa no que se refere aos momentos anteriores e posteriores a inserção dos entrevistados ao Programa, os produtores responderam algumas questões de nível de satisfação, indicando o seu grau de concordância diante de algumas afirmações que lhes foram apresentadas. Para tal, foi utilizada uma escala que variou de 1 a 10, de acordo com o grau de concordância com a afirmação apresentada, sendo “1”: “não aumentou” e “10”: “aumentou muito”. As afirmações eram lidas para o pesquisado e o mesmo atribuía um valor segundo sua percepção da questão. Este expediente possibilitou uma espécie de confirmação pelos produtores do que havia sido quantificado por eles nas questões anteriores, buscando-se constatar se nas percepções destes as possíveis mudanças ocorridas foram significativas e se estavam relacionadas à participação no Programa de Aquisição de Alimentos.

Para iniciar a etapa de análise das percepções, foi realizada a primeira afirmação: “Aumentou a variedade de produtos agrícolas produzidos na propriedade”. A resposta com maior frequência (moda) na escala utilizada foi o 8 (30%); como segunda mais frequente foi atribuída nota 10, por 22% dos entrevistados. Se somadas as notas de 8 a 10, temos que 54% dos entrevistados demonstraram um elevado nível de concordância no que diz respeito ao aumento da variedade de produtos agrícolas produzidos na propriedade após a inserção destes no PAA (Figura 7). Portanto esta primeira percepção dos entrevistados reafirma o que fora diagnosticado anteriormente por meio dos dados quantitativos.

Gonzaga (2015) também investigou as principais mudanças nas atividades agropecuárias dos assentados de Pereira Barreto após adesão ao PAA. Naquele caso os agricultores afirmaram que uma das principais mudanças que haviam observado em seus lotes fora o aumento do número de culturas (42%) e das áreas plantadas (8%); e também a ampliação da área dos cultivos nos lotes foi apontada por 23 dos 38 agricultores entrevistados (60,5%). Os agricultores passaram a plantar em média sete tipos de vegetais que não tinham costume.

Marioto (2013) aponta que, após a inclusão dos agricultores familiares ao Programa de Aquisição de Alimentos, pode-se observar nas propriedades um aumento significativo na diversificação da produção. O autor ressalta a importância deste fato não apenas no sentido de diversificação produtiva, que em áreas pequenas de produção agropecuária não é algo novo, mas destaca o fato de que são as ações governamentais que estão criando as condições para que os agricultores viabilizem e ampliem mais essa prática.

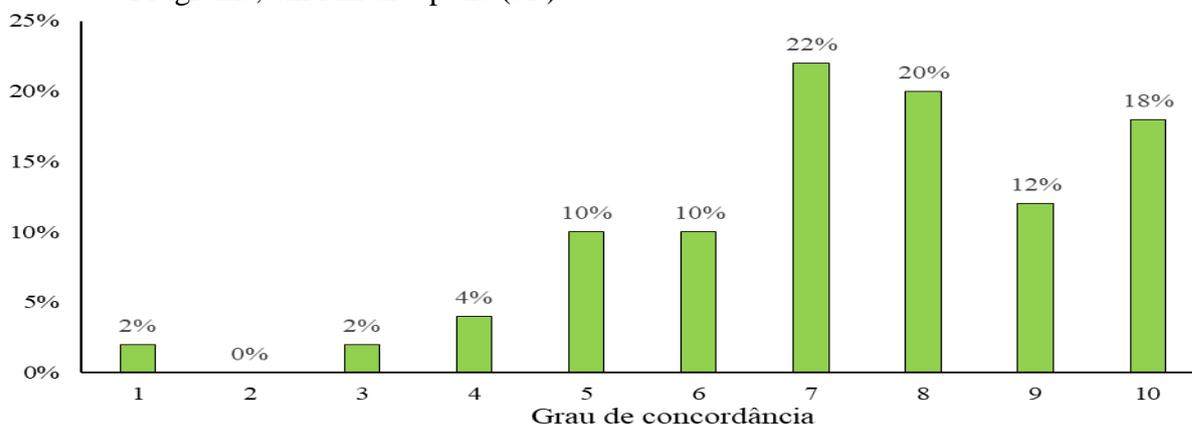
**Figura 7** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da variedade de produtos agrícolas produzidos nos lotes após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

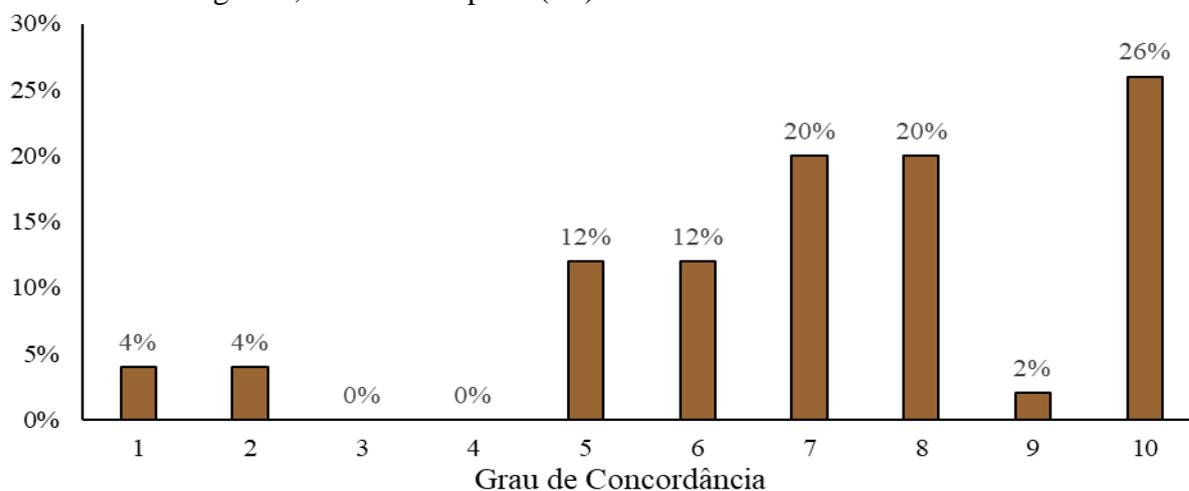
A segunda afirmação avaliada pelos entrevistados foi a seguinte: “Aumentou a variedade de produtos agrícolas da propriedade que são comercializados” (Figura 8). A percepção dos produtores também se apresentou bastante positiva: a maior frequência de respostas se concentrou no nível 7 (22%), enquanto a metade dos entrevistados (50%) citaram notas de 8 a 10 para esta afirmação. Ou seja, a percepção de aumento da variedade de atividades desenvolvidas no estabelecimento está diretamente relacionada pelos entrevistados a maior comercialização destes itens. Quando se refere ao aumento em termos de quantidade de produtos agrícolas comercializados após o PAA, a maioria dos produtores tiveram da mesma forma uma percepção favorável, sendo o nível 10 o mais citado pelos entrevistados (26%), enquanto os que mencionaram os níveis de 7 a 10 somam 68% dos entrevistados (Figura 9).

**Figura 8** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da variedade de produtos agrícolas comercializados após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

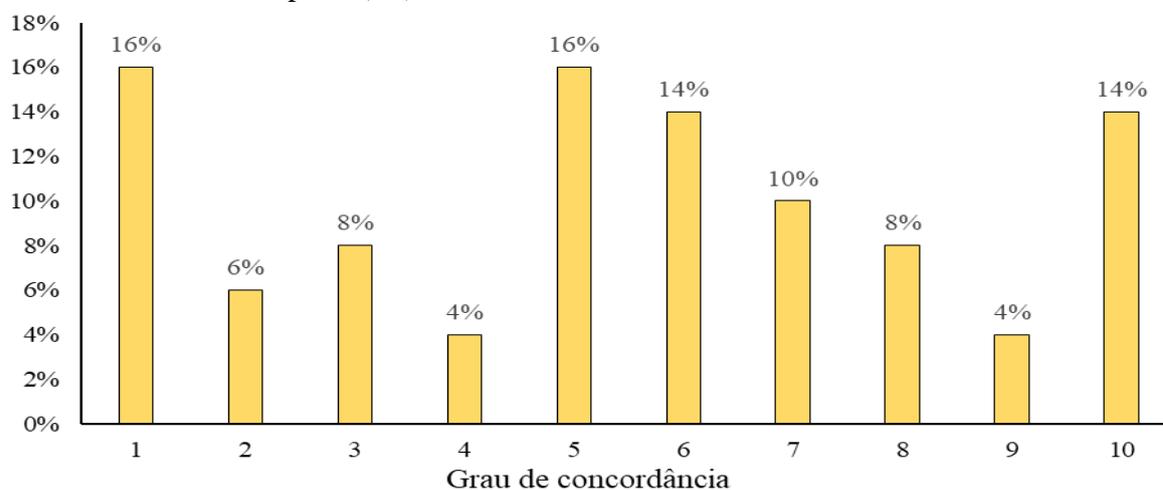
**Figura 9** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da quantidade de produtos agrícolas comercializados após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Outro aspecto averiguado nesta sessão se refere à percepção sobre o possível aumento da variedade de criações no lote pelos produtores pesquisados. Na sessão anterior (2.4.2), já foi analisado que não houve diversificação significativa em termos de criações nos estabelecimentos investigados. Contudo aqui considerando a percepção dos entrevistados quanto este aspecto, os produtores citam em maior número concordância as notas 1 e 5 (ambos 16%), e se dividem na mesma proporção quanto aos números da escala: 50% até o nível 5 e 50% acima de 5 (Figura 10).

**Figura 10** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da variedade de criações nos lotes após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

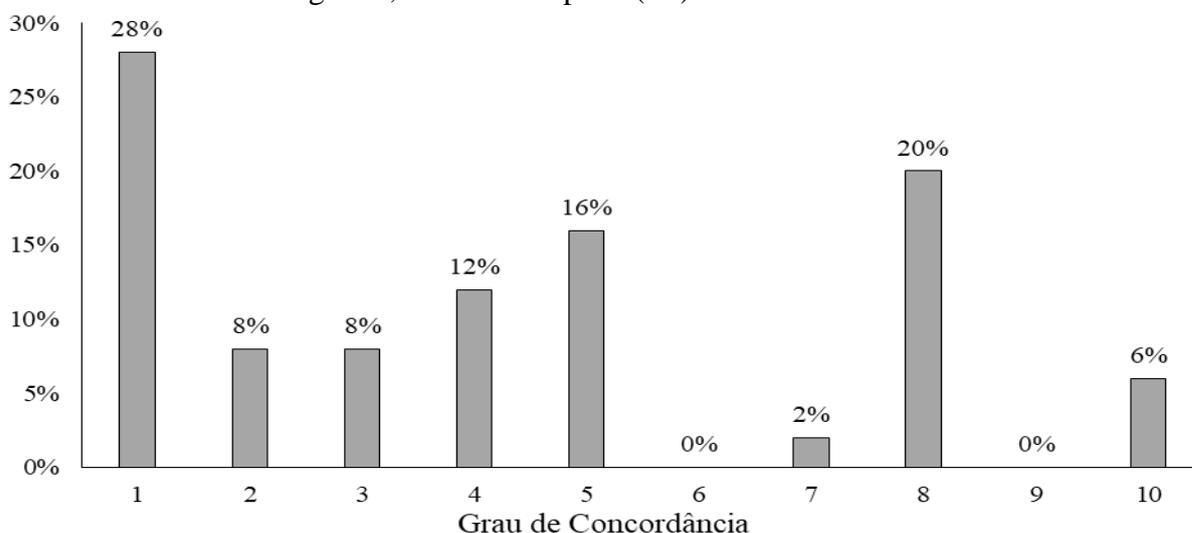
No que se refere ao aumento da variedade de produtos animais comercializados (Figura 11) e ao aumento da quantidade de produtos animais comercializados (Figura 12), em ambas afirmações a maior frequência de resposta (28% dos entrevistados) foi o nível 1 no grau de concordância (apontam que não ocorreu aumento). Ainda no que se refere ao aumento da variedade de produtos animais comercializados somam 72% os produtores que responderam de 1 até 5 na escala; já quanto à quantidade de produtos animais comercializados, 60% são os que responderam de 1 a 5, o que indica, em ambos os casos, que a maioria considerou que não ocorreu aumento ou este foi pequeno.

A percepção a respeito de aumento da diversificação e comercialização de produtos de origem animal, após iniciarem as vendas ao PAA, foi menos sentida pelos produtores do que a produção vegetal, que de fato também foi mais expressiva quando avaliada pelos dados quantitativos da pesquisa. Isto ocorre, entre outros motivos, pelo fato de se haver a necessidade de inspeção sanitária quando se trata de produtos de origem animal para serem comercializados via PAA. Os produtores entrevistados não possuem o selo de inspeção municipal (SIM), o que impede que realizem a venda destes produtos para o PAA. Em função disso, dirigiram seus esforços para produzir itens de origem vegetal que lhes garantisse a venda para o Programa.

Rambo (2016) também constatou em sua pesquisa que a comercialização da produção animal com o PAA, diferente da produção agrícola, é realizada por apenas 14,28% dos entrevistados, com a venda de carne bovina. O autor reforça que a justificativa para tal situação pode ser encontrada nas rígidas exigências sanitárias colocadas para a comercialização de produtos de origem animal, neste caso, do mesmo modo válidas para participação no Programa.

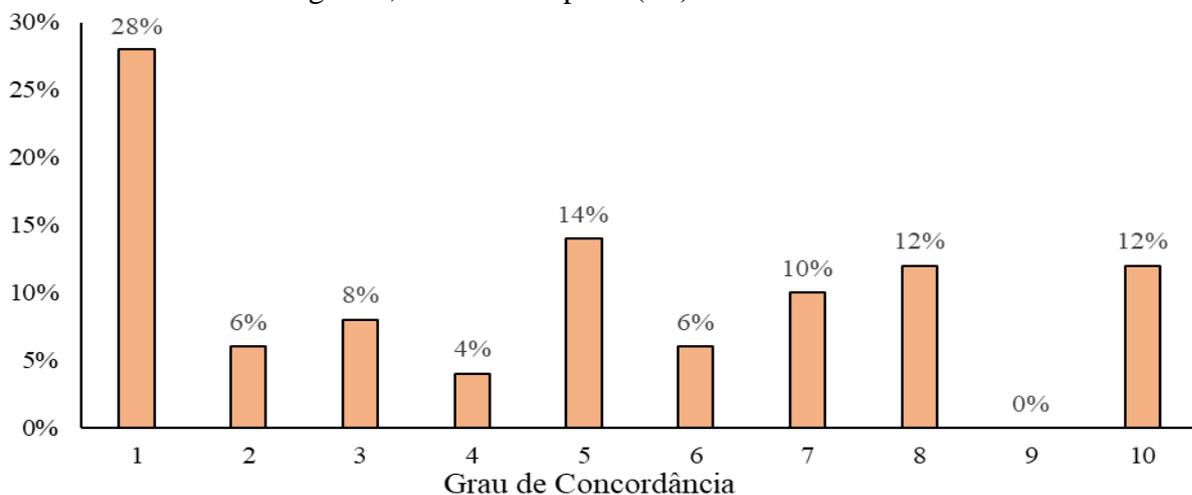
Os trabalhos de Veloso e Hespanhol (2012) e também de Grisa et al. (2011) reafirmam que a carência de serviços de inspeção sanitária com metodologias de ação adaptadas à realidade da agricultura familiar limita a inclusão de produtos de origem animal ou manufaturados deste segmento no PAA. Pontes e Santos (2015), bem como Deves (2009), identificam as dificuldades dos agricultores familiares, tanto para certificar ou conseguir alvará para processamento de alimentos, como no que se refere aos procedimentos básicos para legalizar, por exemplo, uma agroindústria, o que poderia viabilizar a agregação de valor à produção familiar.

**Figura 11** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da variedade de produtos animais comercializados após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

**Figura 12** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da quantidade de produtos animais comercializados após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).

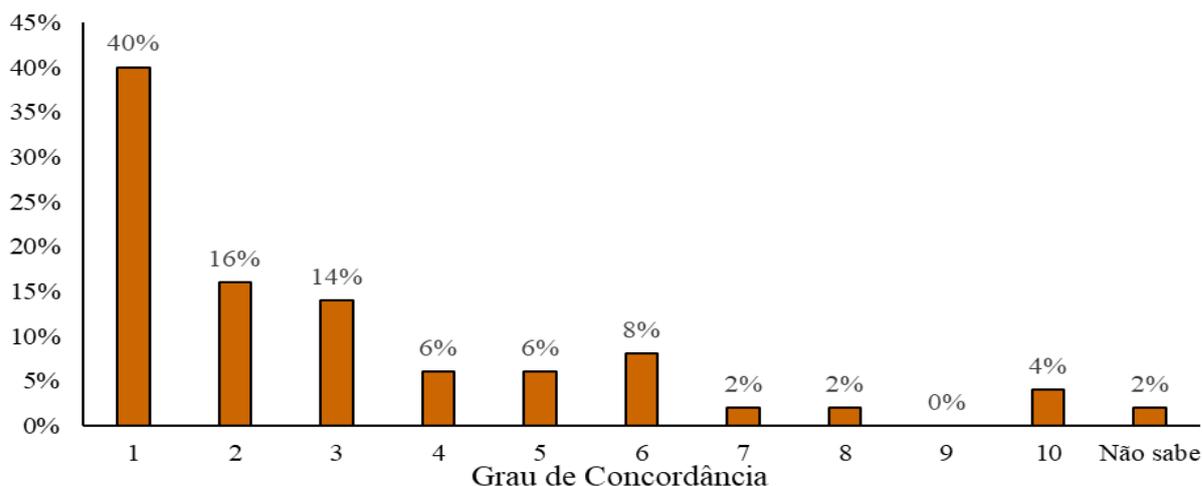


Fonte: Da própria autora (2016).

Para fechar esta sessão com questões relacionadas as atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas no estabelecimento, os entrevistados atribuíram notas a respeito da percepção que tinham sobre os custos de produção, tanto agrícola quanto das criações, após a inserção no PAA. Foi utilizada a mesma escala de 1 a 10, de acordo com o grau de concordância com a afirmação apresentada, porém aqui a leitura foi a seguinte: “1”: ”não diminuiu” e “10”: “diminuiu muito”. Para ambas as afirmações os entrevistados tiveram a percepção de que os

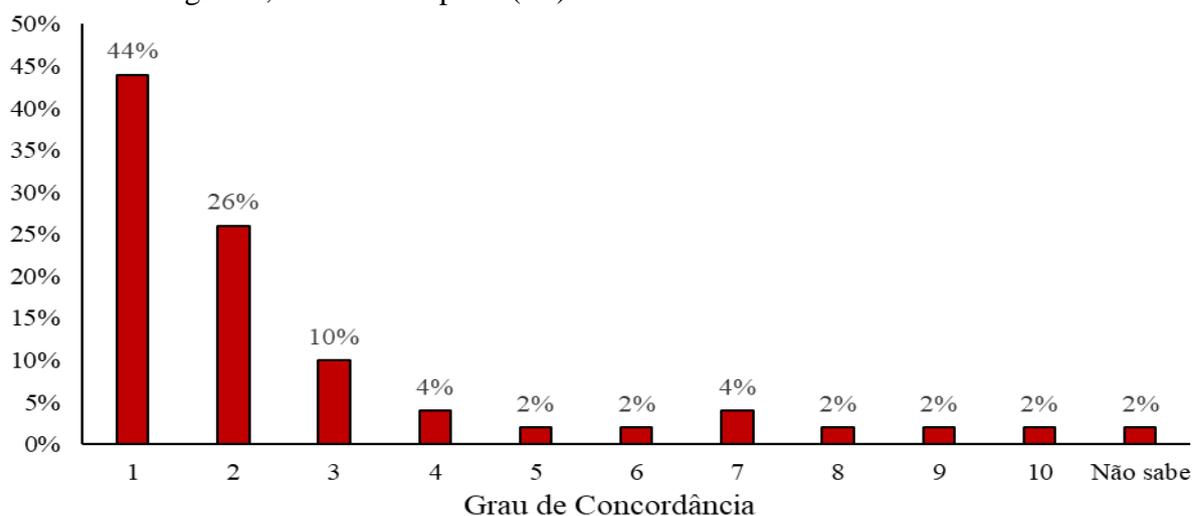
custos de produção não tiveram nenhuma relação de redução com o início do Programa. Para a afirmação de diminuição dos custos de produção agrícola (Figura 13) a maioria (40%) citou o nível 1 (não diminuiu) e se somados os níveis 2 e 3 abrangem 70% dos entrevistados; para os custos de produção animal (Figura 14), 44% dos entrevistados também citaram o nível 1, sendo que até o nível 3 encontram-se as respostas de 80% dos pesquisados.

**Figura 13** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a diminuição dos custos de produção dos produtos agrícolas após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

**Figura 14** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a diminuição dos custos de produção das criações após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

#### *4.2.4 Beneficiamento da Produção*

Dentre os agricultores entrevistados no município de Mirandópolis, apenas dez (20%) mencionaram realizar o beneficiamento da produção (processos de agregação de valor). Dentre estes, um mencionou a fabricação de três produtos distintos (queijo, doces e manteiga), outros três processam dois produtos (queijo e requeijão), e seis agricultores beneficiam apenas um produto, sendo que quatro produzem apenas o queijo, um embala o feijão de corda e outro citou que faz refeições para eventos realizados no assentamento, utilizando os produtos do lote.

Dos dez produtores que beneficiam algum produto, apenas cinco realizam a comercialização e somente para outros mercados que não o PAA, pois como já mencionado anteriormente, para realizar a comercialização via Programa é necessário o selo de inspeção sanitária para os produtos processados. Destes produtores que realizam a venda de seus produtos beneficiados, apenas um produtor comercializa dois produtos que são o queijo e requeijão. Os outros quatro produtores comercializam apenas um produto, sendo que dois comercializam o queijo, um comercializa refeições para eventos realizados no Assentamento e outro comercializa o feijão de corda embalado.

Para aqueles produtores que não beneficiam nenhum produto foi questionado quais seriam os principais motivos de não realizarem a transformação da produção (os entrevistados responderam mais de um motivo). A maioria citou como principal motivo o fato de o investimento não compensar os ganhos, sendo mencionado por 50% dos entrevistados que não realizam beneficiamento. Os outros principais motivos citados foram: falta de recursos financeiros, não ter conhecimento técnico e por possuírem maior aptidão para a lavoura, todos estes motivos mencionados por 20% dos entrevistados. Os demais motivos foram citados com menor frequência (Tabela 9).

**Tabela 9** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com os principais motivos de não realizar o beneficiamento da produção em Mirandópolis (SP).

<b>Motivos</b>	<b>Produtores (n°)</b>	<b>Produtores (%)</b>
Investimento não compensa os ganhos	20	50,0
Falta de recursos financeiros	8	20,0
Não tem conhecimento técnico	8	20,0
Maior aptidão para lavoura	8	20,0
Pouca matéria prima para industrializar	7	17,5
Não tem mercado	6	15,0
Falta de tempo para se dedicar	6	15,0
Não atende a legislação	4	10,0
Não tem orientação técnica	3	7,5
Não há interesse do município	2	5,0

Fonte: Da própria autora (2016).

#### *4.2.5 Técnicas de cultivo após iniciarem participação no PAA*

Em relação às técnicas de produção empregadas nas propriedades, os produtores foram questionados se haviam mudado alguma(s) técnica(s) de cultivo, de manejo ou de fabricação em sua propriedade a partir do PAA. A maioria dos entrevistados (54%) responderam não ter realizado mudanças. Daqueles que afirmaram ter alterado alguma técnica de manejo de sua produção (23 produtores), 87% citaram mudanças na irrigação, sendo que alguns afirmaram ter mudado o tipo de irrigação, passando de aspersão para gotejamento, ou então, os produtores que não irrigavam passaram a irrigar via gotejamento.

Outra técnica, por 34,8% dos produtores, que sofreu alteração foi a realização de preparo do solo. Os produtores afirmaram ter realizado o preparo convencional do solo para a realização do plantio em áreas novas que anteriormente eram áreas de pastagem, para tal realizaram a gradagem e aração do solo; alguns mencionaram o plantio em nível e a realização de análise e correção do solo. A outra técnica citada, mas apenas dois produtores (8,7%), foi a adubação, sendo que um produtor passou a utilizar a técnica e o outro incorporou a fertirrigação em seu manejo.

No que se refere a essas mudanças de técnicas de cultivo, a maioria dos produtores entrevistados (52,2%) que realizaram tais mudanças mencionaram que durante o desenvolvimento dessas técnicas receberam o apoio de uma organização de extensão rural, ou seja, os técnicos do INCRA, representado na região pela Cooperativa de Assistência Técnica e Extensão Rural (COATER). Cabe destacar, no entanto, que 43,5% desses produtores disseram

que não receberam nenhum tipo de apoio durante essas transições de técnicas de manejo. Apenas dois produtores mencionaram ter recebido algum apoio da associação de produtores da qual participa, um produtor disse que teve apoio de uma organização de extensão rural estadual (CATI); outro produtor mencionou o sindicato patronal do município e um outro recebeu apoio de uma empresa de integração.

#### *4.2.6 Canais de Comercialização antes e após a participação no PAA*

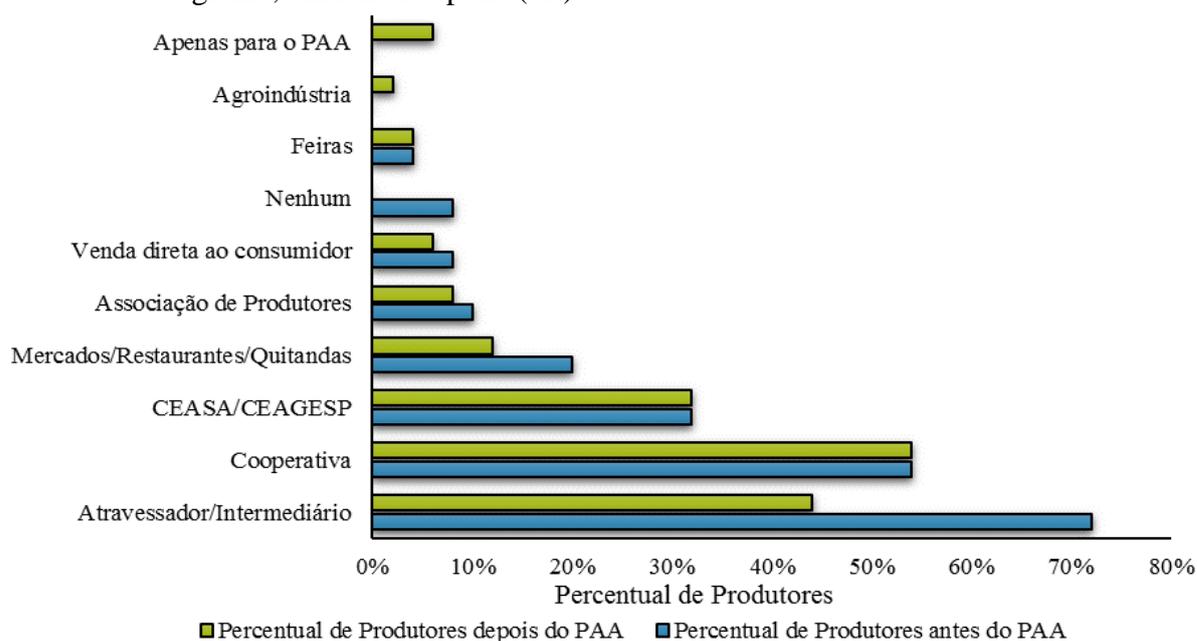
Em relação aos canais de comercialização, todos os agricultores familiares assentados entrevistados realizavam com outros mercados no período anterior à execução dos projetos do PAA. Entre outros mercados citados, 72% do total indicaram a comercialização da produção com intermediário ou “atravessador”; 54% mencionaram realizar a venda através da COAPAR (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo), que possui sede em Andradina (SP), e que neste caso em particular se refere apenas a venda do leite (pois grande parte dos produtores que desenvolvem a produção de leite em seus lotes entrega o produto à Cooperativa, visando a posterior comercialização coletiva, garantindo melhores preços do que na venda individual). Outros canais citados foi a venda para Ceasas regionais ou para a Ceagesp (32%), a comercialização com supermercados/restaurantes/quitandas; (20%), a comercialização por meio de associação de produtores (10%). Apenas 8% comentaram que comercializavam a produção por meio de vendas diretas ao consumidor e 4% através de feiras (distância entre os assentamentos e a cidade dificulta esta forma de inserção no mercado). Como já mencionado anteriormente, quatro produtores (8%) declararam que não realizavam comercialização antes de se inserirem no Programa (Figura 15).

Após a participação nos projetos do PAA, a característica de comercialização se altera consideravelmente, uma vez que se tem uma redução de 38% de participação dos entrevistados em outros mercados, e a partir de então todos os produtores passam a comercializar ao menos parte de sua produção. Entre os que continuavam a comercializar com outros mercados, 44% mantiveram a venda para os intermediários (redução de 28% dos produtores); no caso da comercialização via cooperativa se manteve o mesmo percentual de 54%, já que se refere apenas a comercialização do leite, praticamente não afetado pela produção destinada ao PAA; a venda por meio do Ceesa/Ceagesp também não se alterou, sendo mantida pelos 32% dos pesquisados; 12% declararam que ainda comercializavam a produção em mercados/restaurantes/quitandas; 8% utilizavam a associação de produtores, 6% a venda direta

ao consumidor e 4% vendia parte de sua produção nas feiras; 2% citaram um novo canal de venda (agroindústria). Entre os entrevistados 6% afirmaram comercializar apenas para o PAA (Figura 15).

O dado mais importante a destacar é que a inserção destes produtores no Programa de Aquisição de Alimentos reduziu significativamente a entrega para outros mercados, principalmente para intermediários ou atravessadores, que é uma forma de comercialização que, de modo geral, impõe preços muito deprimidos em relação ao preço em mercados mais formalizados. Os intermediários muitas vezes determinam os preços em função das fragilidades dos agricultores familiares, seja por não conseguirem colocar em outros mercados ou pelo caráter perecível dos produtos, correndo ainda o risco de não receber pela produção entregue, levando muitas vezes “calotes” destes intermediários.

**Figura 15** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a os principais canais de comercialização, antes e após a inserção no Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Por outro lado, a comercialização exclusiva com o PAA coloca os produtores em uma situação de risco em momentos de descontinuidade do Programa como estava ocorrendo no momento desta pesquisa em campo, já que a maioria já estavam com seus projetos finalizados e sem a perspectiva de renovação. Alguns, no entanto, após terem finalizado a entrega de sua cota de produtos ao PAA, buscaram outras formas de comercializar o excedente da produção.

Rambo (2016) constatou em pesquisa em Tangará da Serra (MT) que 7,14% dos entrevistados comercializavam 100% de sua produção com o PAA, o que significa um grande risco, uma vez que o Programa localmente não vinha apresentando regularidade, nem todos os anos foram abertos editais e ainda não abrange todos os meses do ano. Scheuer et al. (2016) e Hespanhol (2013) mencionam que a comercialização pelos produtores somente com o PAA gera uma grande ansiedade destes nos períodos de descontinuidade do Programa. Com a mudança de governo (em 2016), reduziu-se mais ainda os recursos do PAA, como já apresentado, tornando as incertezas maiores sobre o futuro do Programa.

Pontes e Santos (2015), constataram que em Morrinhos (GO) quase toda a produção dos agricultores familiares assentados é comercializada por meio de programas de políticas públicas (PNAE e PAA) e/ou associações locais; o comércio por meio de intermediários e feirantes é bem pequeno, e mais reduzidas ainda são as vendas desses agricultores para os consumidores finais e para comércio varejista. Da mesma forma, Marques, Moal e Andrade (2014), no Assentamento Milton Santos em Campinas (SP), verificaram que o PAA é a principal fonte de remuneração das famílias, sendo que muitas delas comercializam mais da metade de sua produção para o Programa.

#### *4.2.7 Percepção dos produtores em relação ao sistema de produção e comercialização de seus produtos agropecuários após o PAA*

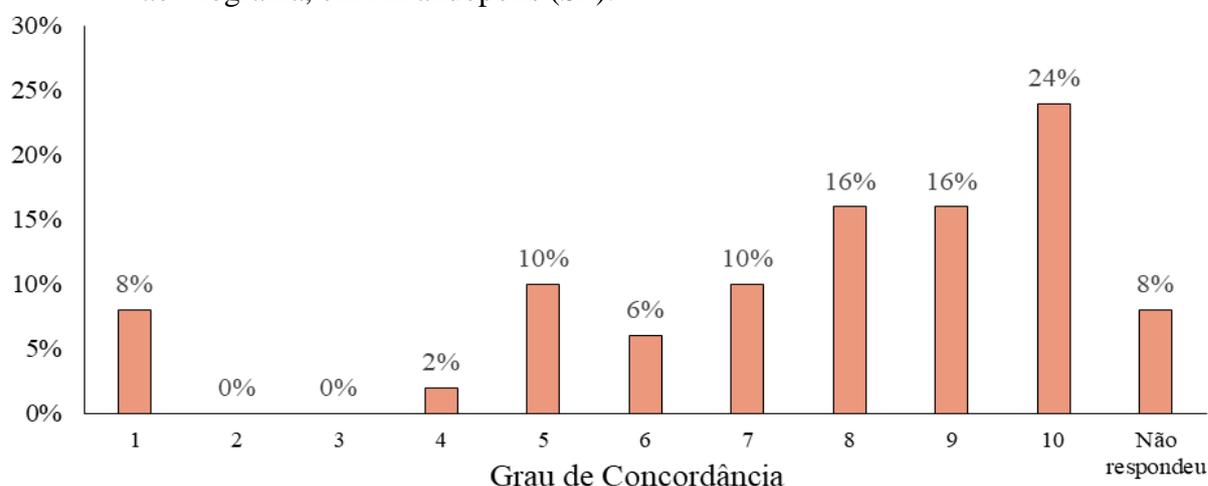
Nesta sessão os produtores entrevistados atribuíram novamente notas a um grupo de afirmações, agora relacionadas ao sistema de produção e comercialização de seus produtos agropecuários após a participação no PAA. Aqui, foi utilizada a mesma escala com níveis de 1 a 10, de acordo com o grau de concordância com a afirmação apresentada, mas com a seguinte leitura: “1”: “discordo fortemente” e “10”: “concordo fortemente”.

No que diz respeito a renda obtida com a produção agropecuária, os produtores demonstraram uma boa percepção de aumento de renda após o início da participação no Programa. A afirmação realizada foi: “A renda obtida com a produção agropecuária aumentou”, e na escala de 1 a 10, a maioria dos entrevistados (66%) atribuiu valores de 7 a 10, sendo que a maior frequência de nota foi o 10, atribuída por 24% dos entrevistados (Figura 16).

Outro aspecto avaliado pelos entrevistados foi referente à adoção de novas técnicas de plantio e manejo após a inserção destes no Programa. A nota atribuída com maior frequência pelos produtores foi a nota 1 (24% dos pesquisados), contudo, somam 50% dos entrevistados aqueles que atribuíram notas de 6 a 10 (22% atribuíram a nota 8). Do total, 8% dos agricultores

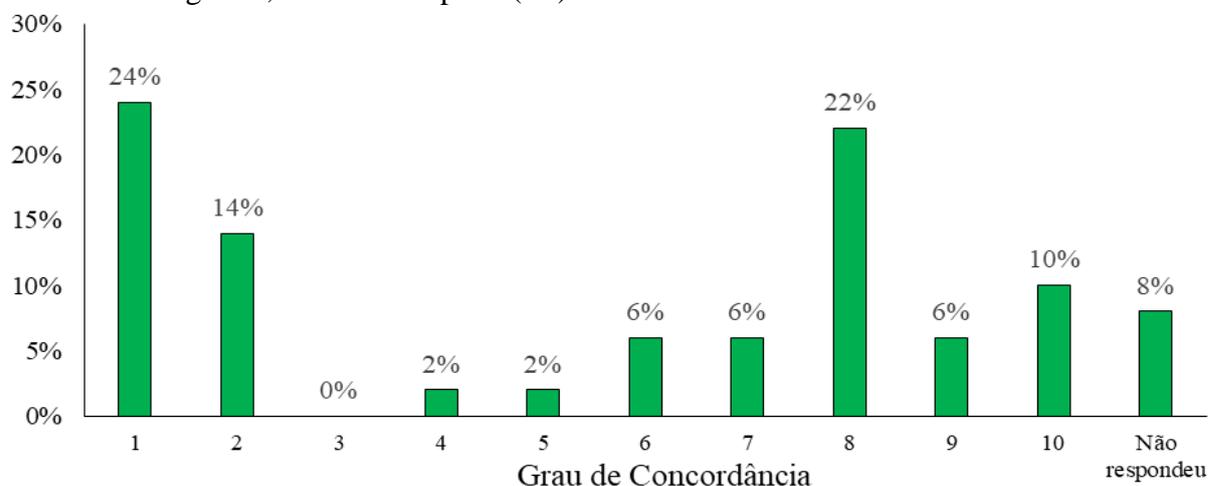
não responderam esta questão, pois não tinham parâmetro para comparação já que não produziam e não comercializavam antes do início do PAA (Figura 17). Percebe-se aqui que os produtores se dividem na percepção relacionada às novas técnicas de produção, e tal fato pode ser confirmado quando relacionado com a avaliação quantitativa realizada e já analisada anteriormente neste trabalho, na qual 54% dos entrevistados afirmaram não ter realizado alguma mudança nas práticas de produção após a participação no PAA, enquanto 46% o fizeram.

**Figura 16** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento da renda obtida com a produção agropecuária após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

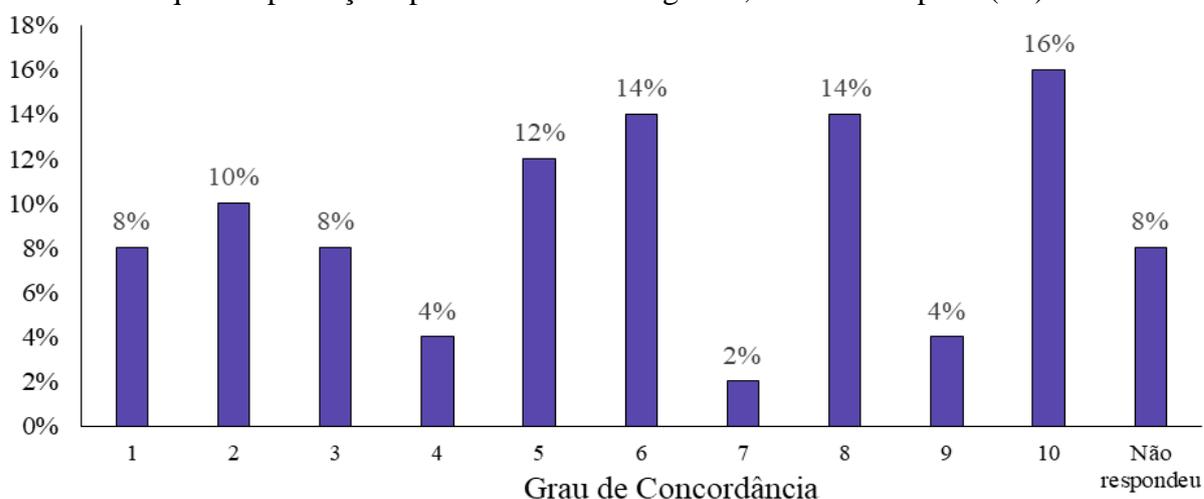
**Figura 17** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a adoção de novas técnicas de plantio e manejo após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Avaliou-se também junto aos agricultores pesquisados a percepção dos mesmos quanto ao aumento e diversificação do número de clientes interessados em adquirir suas produções após a participação deles no PAA. Apesar da maior frequência ter ocorrido no nível 10 (16% dos entrevistados), observa-se na Figura 18 que ocorreu grande dispersão de respostas. No total 42% dos entrevistados atribuíram notas até o nível 5; atribuíram valores de 6 a 10 a metade dos agricultores entrevistados e 8% não souberam avaliar.

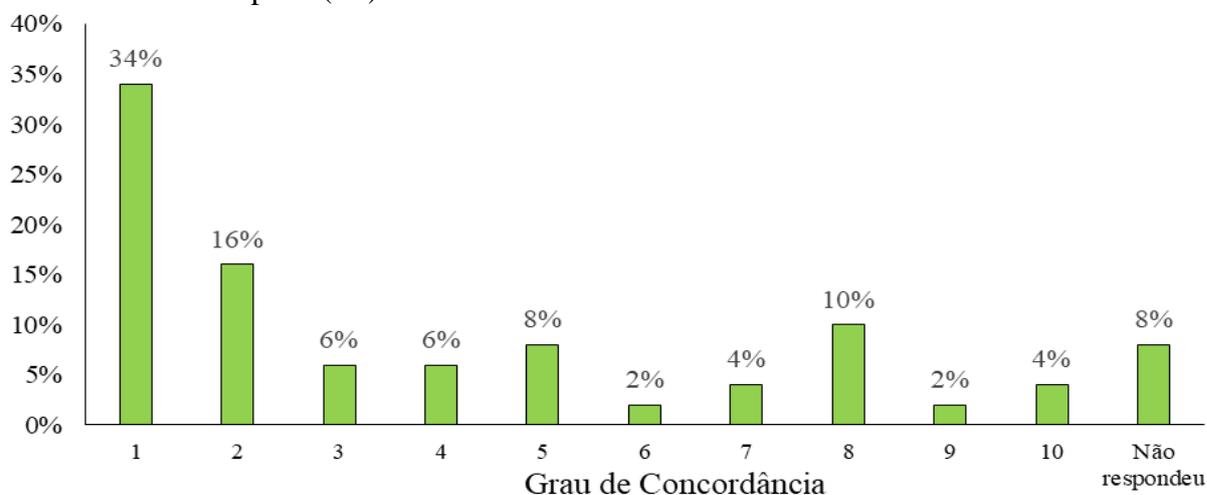
**Figura 18** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento e diversificação do número de clientes interessados em adquirir a produção após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

No que tange a adoção de técnicas sustentáveis, como a agricultura orgânica, e redução dos impactos ambientais em relação a água, meio ambiente e ao solo, os produtores não tiveram uma percepção de mudanças nesses aspectos após a inserção ao Programa. A maior parte dos pesquisados (34%) atribuiu nota 1 (discordaram fortemente), e ainda somam 70% os que atribuíram notas até o nível 5 (Figura 19).

**Figura 19** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a adoção de técnicas sustentáveis, após a adesão ao Programa, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Tal percepção pode estar relacionada ao pequeno período de tempo que a maioria dos entrevistados está participando do PAA (55% dos entrevistados participam de um a dois anos), visto que tais mudanças de práticas requerem certo período de transição para ocorrer. Outro fator que pode estar relacionado, é a falta de incentivos, orientação técnica e extensão rural de forma mais efetiva para as famílias assentadas (como já mencionado, 43,5% não teve nenhuma orientação quando mudou seu manejo nas culturas do lote).

### 4.3 Aprendizado e participação após a participação no PAA

#### 4.3.1 Organizações de cooperação para produzir e comercializar

Em relação as organizações que prestam algum tipo de cooperação em relação a produção e comercialização, a grande maioria dos produtores entrevistados (90%), apontaram técnicos do INCRA, que é representado pela COATER na região; 38% citaram receber alguma assistência (em termos organizacionais) da Associação de Produtores a qual estão associados; e dois produtores (4%) disseram receber algum apoio da Secretaria Municipal da Agricultura de Mirandópolis. Outras organizações citadas por apenas um dos entrevistados foram: Organização de Extensão Rural Estadual, Cooperativa de Produtores Rurais, Agroindústria, Senar e Sindicato Rural de Mirandópolis.

Apesar do grande percentual de produtores que mencionaram a cooperação do órgão de extensão rural, no caso, a COATER, quase todos os produtores entrevistados comentaram que o número de técnicos é insuficiente para conseguir atender, de forma efetiva, o que significa

para os agricultores acompanhar os problemas técnicos no que se refere a produção de seus lotes. As visitas realizadas aos lotes ocorrem, na maioria das vezes, em intervalos muito grande de tempo. Da mesma forma, em pesquisa nos assentamentos da região de Andradina - SP, Carvalho (2013) constatou críticas referentes à assistência técnica na maioria dos assentamentos pesquisados, e comenta que as entrevistas e visitas realizadas indicaram que tem sido muito precário o apoio técnico dado pelos órgãos públicos às iniciativas dos assentados, seja quanto às culturas, seja quanto às criações.

Carvalho (2013) ressalta a importância do acompanhamento e apoio dos técnicos destes órgãos de extensão rural às iniciativas agropecuárias dos produtores assentados, o que nem sempre ocorre. A autora afirma que, muitas vezes, as recomendações feitas pelos técnicos, geralmente relacionadas a projetos de maior viabilidade econômica, são elaborados com falhas de orientação e especificações insuficientes, o que logo resulta, em fracassos que se tornam tanto maiores quanto mais recursos financiados estiverem despendidos. O mais importante é que, uma vez iniciada uma cultura ou criação, elas sejam acompanhadas de perto, monitoradas e, principalmente, haja rapidez de indicação para alternativas de eliminação de pragas e doenças, de adequação do meio físico às exigências técnico-produtivas (CARVALHO, 2013).

Segundo Silva (2012) em pesquisa no mesmo Território, quase metade dos produtores entrevistados apresentou alguma crítica em relação à assistência prestada pelo INCRA, sendo evidenciada especificamente na avaliação de 14 produtores dos 30 pesquisados. Neste caso, as principais reclamações se referem a dificuldades de contato com os profissionais e, principalmente, a não realização de visitas nos lotes de forma individualizada e à atuação fiscalizadora dos técnicos que se sobrepõe às ações de assistência técnica propriamente dita. Rambo (2016) constata pior situação em Tangará da Serra (MT), onde todos os agricultores familiares assentados que participaram da pesquisa e que comercializam sua produção com o PAA e outros mercados, afirmaram não ter recebido nenhum tipo de serviço de ATER no lote.

Para Sambuichi et al. (2014) e Valnier e Ricci (2013), a continuidade dos serviços de assistência técnica poderiam dar apoio ao planejamento das atividades produtivas das propriedades, proporcionando condições de acesso aos recursos disponibilizados em sua totalidade, isto é, organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA seria facilitado se a ATER estivesse vinculada a esta política pública, contudo, a ausência desse serviço constitui-se em um problema estruturante ao Programa de Aquisição de Alimentos, e segundo os autores, a falta dos serviços de ATER pode tornar inviável (ou dificultar) o acesso dos agricultores ao Programa.

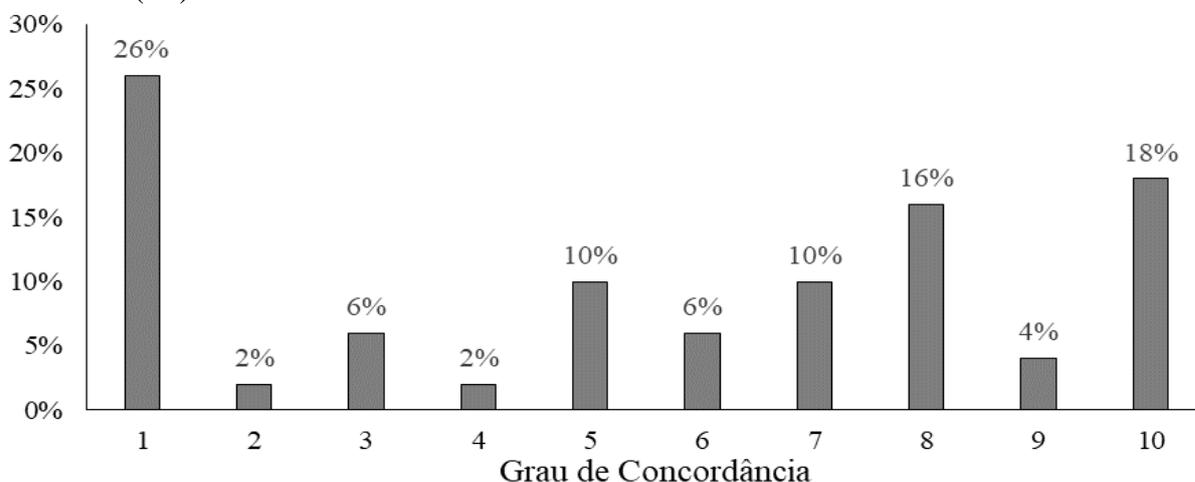
Scheuer et al. (2016), Holanda (2012), Veloso e Hespanhol (2012) também constatarem que o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores familiares pode ser dificultado pela ausência de articulação de políticas públicas e pela deficiência dos serviços públicos de ATER; pois se estivessem presentes poderiam contribuir fortemente, principalmente, para um planejamento de participação destes produtores no PAA a médio prazo.

Por outro lado, cabe a ressalva, em relação à COATER, pois a quase totalidade dos projetos elaborados e submetidos ao PAA contou com apoio de técnicos desta Cooperativa às associações de produtores. No Território Prof. Cory/Andradina (11 municípios) mais 40 associações ou cooperativas participaram do PAA, a partir de 2012, enquanto no Território Noroeste Paulista (36 municípios), sem uma atuação ampla das entidades de extensão rural, teve somente 11 organizações de agricultores familiares participando do PAA.

#### *4.3.2 Fontes de informações para resolver problemas na produção e comercialização*

Com o intuito de identificar as principais fontes de informações para resolver problemas na produção e comercialização, os produtores pesquisados atribuíram notas para algumas fontes sugeridas no questionário. A escala utilizada foi a mesma das questões anteriores, mas aqui a leitura foi a seguinte: “1” correspondia a “nunca” e “10” significava “sempre”, ou seja, notas menores na escala indicavam que o entrevistado busca pouco informações com a fonte mencionada e notas maiores, o entrevistado recorre mais a tal fonte. Desta forma, a primeira fonte investigada foram os produtores vizinhos (Figura 20), verificando-se que 26% dos produtores pesquisados (maior frequência de respostas) responderam o nível 1 (nunca), contudo grande parte, 48% dos produtores deram como respostas os níveis de 7 a 10, o que demonstra que há perfis diferentes de produtores. Parte possui boa relação com os vizinhos e recorrem a estes quando precisam de auxílio no que se refere à sua produção agropecuária e/ou à comercialização; enquanto outros não confiam nesse expediente não o utilizando ou o fazendo raramente.

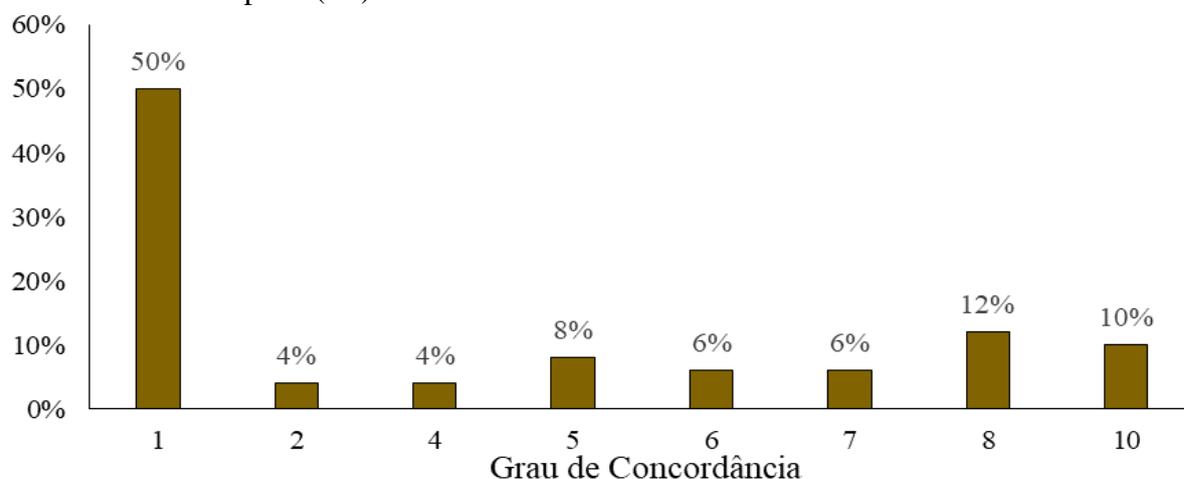
**Figura 20** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a busca de informações com os produtores vizinhos, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Quanto a buscar informações com os consumidores e/ou os compradores de suas produções, exatamente metade dos entrevistados responderam o nível 1 da escala, ou seja, nunca buscam informações com o público que adquire seus produtos para consumo e/ou para revender. Somam 66% os que atribuíram notas até 5, e 34 % os que atribuíram notas de 6 a 10 (Figura 21). Nota-se que a maioria não interage com os compradores ou consumidores, ou ao menos não reconhece a utilidade desta interação para sua produção e/ou comercialização.

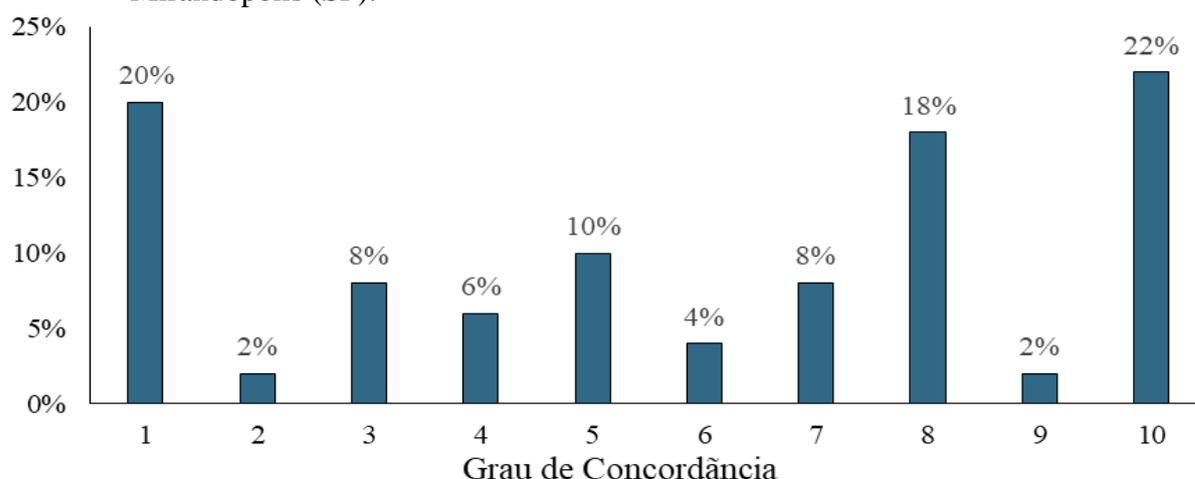
**Figura 21** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a busca de informações com os consumidores/compradores, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Já em relação aos fornecedores de insumos, a maior frequência de resposta ocorreu no nível 10, sendo citado por 22% dos produtores entrevistados, contudo, o nível oposto (1) é citado por um percentual bastante próximo (20%). Praticamente se dividem meio a meio o número de entrevistados que responderam de 1 a 5 (46%) e de 6 a 10 (54%) (Figura 22). Aqueles que responderam que recorrem aos fornecedores de insumos, disseram aproveitar a compra de insumos para a propriedade para tirarem dúvidas, solicitar recomendações e tentar resolver problemas relacionados principalmente às atividades produtivas, já que a maioria não possui recursos para contratar assistência técnica particular e, como mencionado anteriormente, os técnicos do órgão de extensão rural oficial são poucos para conseguir atender as demandas dos agricultores e acompanhar, com frequência necessária, as ocorrências, principalmente o controle de pragas e doenças das culturas e criações do lote.

**Figura 22** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a busca de informações com os fornecedores de insumos, em Mirandópolis (SP).



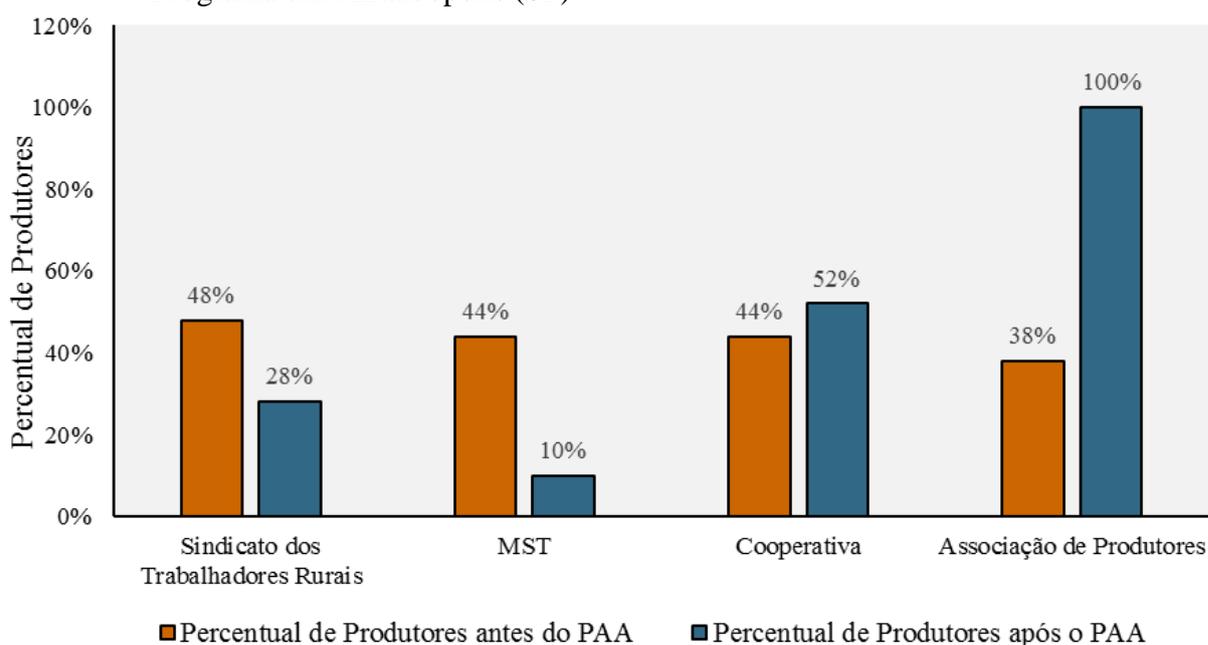
Fonte: Da própria autora (2016).

#### 4.3.3 Participação em organizações e movimentos sociais antes e após o PAA.

No que tange a participação dos produtores entrevistados em organizações de grupo e em movimentos sociais, todos afirmaram participar de pelo menos uma organização. No caso, todos participam pelo menos uma associação de produtores, já que era um dos quesitos para a comercialização para a Conab por meio do PAA. Contudo, antes do início da participação deste grupo de produtores pesquisados no Programa, apenas 38% disseram participar de alguma associação, conforme mostra a Figura 23. As cooperativas foram a segunda organização mais citada (52% dos entrevistados) após a participação no PAA, sendo que antes do Programa eram

44%. Segundo informações dos produtores, o vínculo com as cooperativas está relacionado, sobretudo, à comercialização do leite, como já mencionado anteriormente neste trabalho. Em seguida aparece o sindicato de trabalhadores rurais, mencionado por 28% dos entrevistados após o PAA, mas antes do PAA o percentual de produtores vinculados a este de organização era maior (48%), pois o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mirandópolis também atuou no apoio à luta pela terra. Por fim, 10% indicaram a participação no MST após o PAA, e de forma semelhante ao Sindicato, em momentos anteriores à participação no Programa, durante a luta pela terra essa organização estava mais presente entre os entrevistados, sendo citada por 44% dos entrevistados. Contudo, não há relação direta entre a participação no PAA e a redução da participação dos produtores no Sindicato e MST.

**Figura 23** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a participação em organizações e movimentos sociais antes e após o Programa em Mirandópolis (SP).



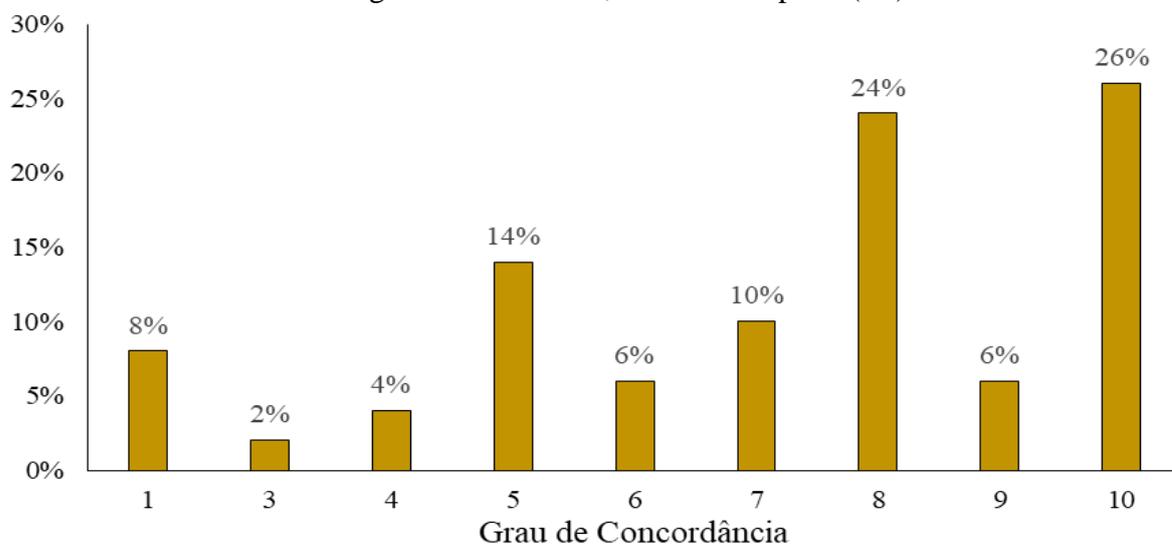
Fonte: Da própria autora (2016).

#### 4.3.4 Avaliação da participação nas organizações e movimentos sociais

Foram avaliadas algumas afirmações pelos produtores sobre o quanto a participação dos mesmos em organizações e movimentos sociais lhes possibilitou maior acesso à formação técnica, às políticas públicas e ao conhecimento em geral. Para tal, foi utilizado o mesmo esquema de atribuição de notas na escala de 1 a 10, sendo: “1” correspondente a “discordo fortemente” e “10” a “concordo fortemente”. A primeira investigação buscou avaliar se a

participação dos entrevistados nesses grupos os permitiu conhecer as diferentes organizações que trabalham para o fortalecimento da agricultura familiar: a grande maioria teve uma percepção bastante positiva, já que a maior frequência de respostas se deu na nota 10, por 26% dos produtores, as notas acima de 6 somam 66%, enquanto as notas abaixo de 5 foram atribuídas por apenas 14% dos entrevistados (Figura 24).

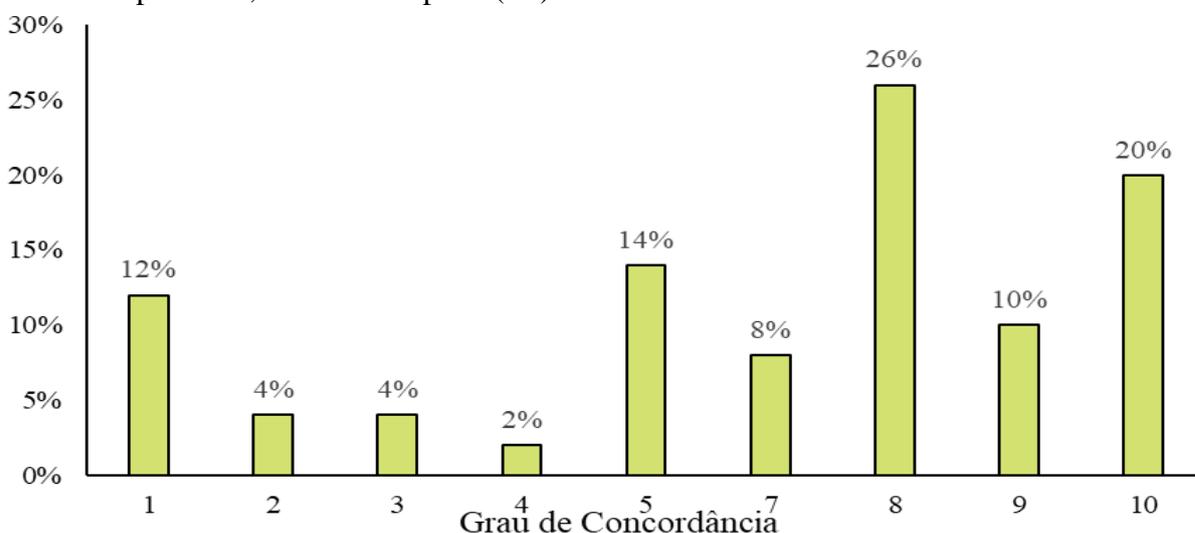
**Figura 24** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o conhecimento das diferentes organizações que trabalham para o fortalecimento da agricultura familiar, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

A avaliação quanto ao aprendizado sobre novas práticas para a produção e comercialização de seus produtos também se mostrou positiva pela maioria (56%) dos produtores que atribuíram notas acima de 7, tendo a maior frequência (26%) a nota 8; enquanto notas abaixo de 5 foram atribuídas por 22% dos entrevistados, o que não deixa de ser um número considerável (Figura 25).

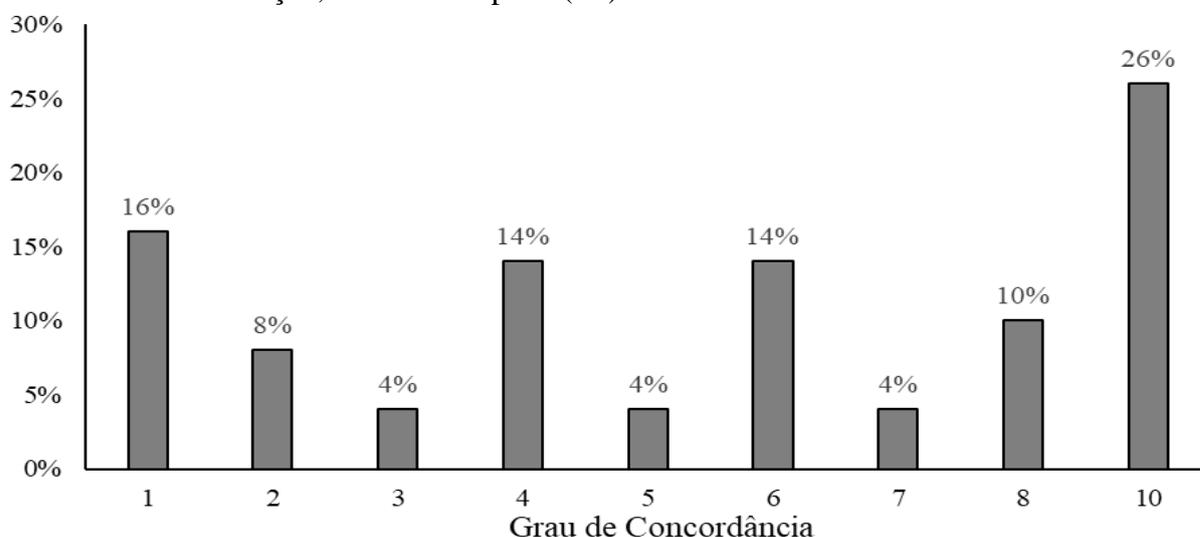
**Figura 25** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aprendizado de novas práticas para produção e comercialização dos produtos, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

No que diz respeito a possibilitar aos agricultores a acessar outros programas do governo (diferentes do PAA) para melhorar a produção e/ou a transformação de seus produtos, apesar da nota mais atribuída ter sido a nota 10 por 26% dos pesquisados, a avaliação se mostrou bastante equilibrada entre aqueles que avaliaram positivamente e negativamente esta afirmação, ou seja, notas de 1 a 5 foram atribuídas por 46% dos entrevistados e os demais atribuíram de 6 a 10 (Figura 26).

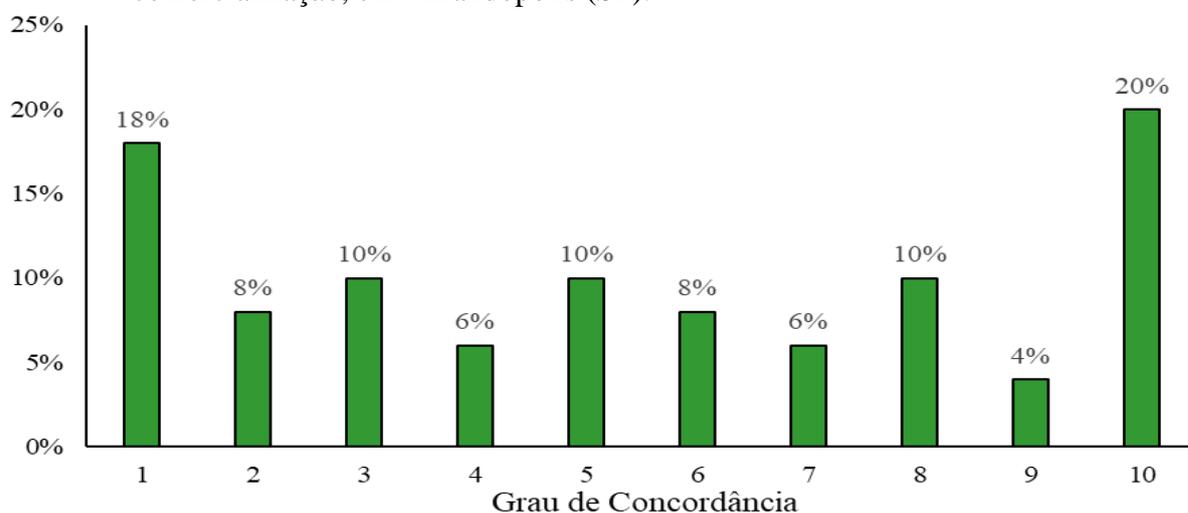
**Figura 26** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o acesso a outros programas de governo para melhorar a produção e transformação, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Por fim, os entrevistados avaliaram se a participação nas organizações os permitiu acessar outros programas de governo para melhorar a comercialização, como por exemplo: acesso a eletricidade, incentivo a participação em feiras, aquisição de veículos, entre outros. Apesar do maior percentual de produtores ter atribuído a nota 10 (20% dos entrevistados), pouco mais da metade dos produtores (52%) atribuíram notas de 1 a 5, e a nota 1 foi atribuída por 18 % dos pesquisados (Figura 27). De forma geral, percebe-se também uma divisão de opiniões entre os entrevistados quanto esta afirmação.

**Figura 27** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o acesso a outros programas de governo para melhorar a comercialização, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

#### 4.4 Políticas públicas e organizações de apoio

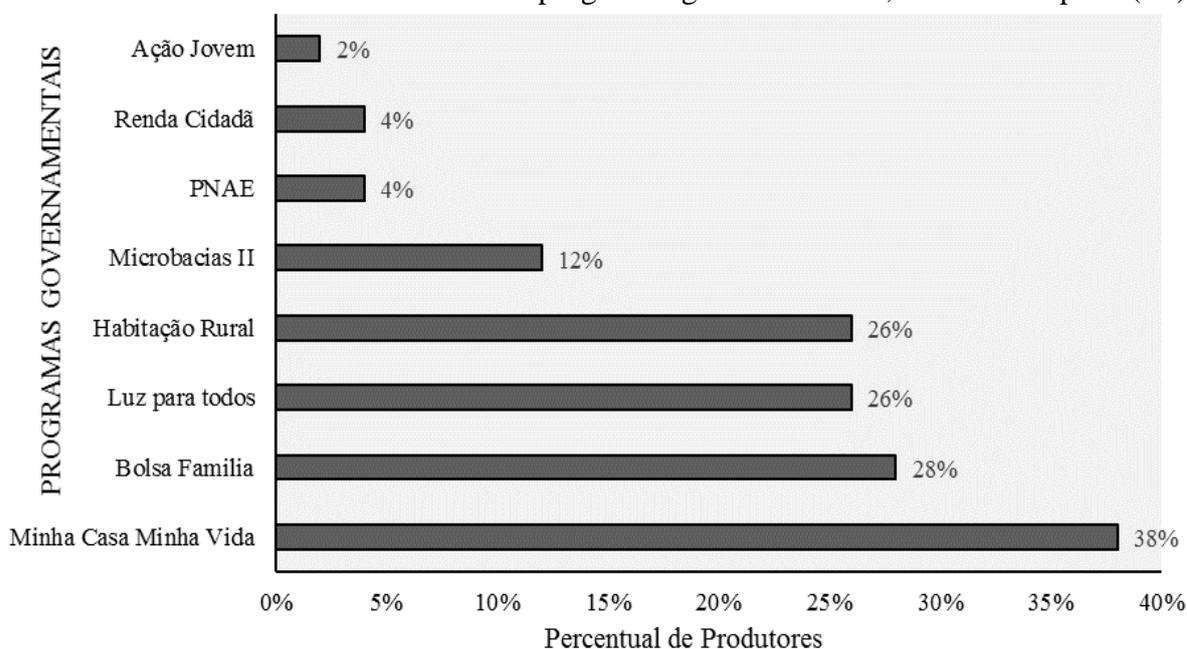
##### 4.4.1 Crédito Rural

Em relação ao crédito rural recebido pelos agricultores pesquisados, averiguou-se que quase todos os produtores (92%) dos 50 entrevistados tem ou já tiveram acesso a alguma forma de crédito, sendo que destes, 80% declararam ter acessado alguma linha do Pronaf e 12% dos agricultores possuem empréstimos do Banco do Povo. A maioria dos entrevistados que tomaram crédito do Pronaf não souberam especificar exatamente quais as linhas de crédito adotadas, por isto não foi realizada uma análise mais detalhada nesta pesquisa. Contudo, algumas linhas citadas pelos produtores foram Pronaf A (provavelmente o crédito de investimento inicial do lote), Pronaf Custeio, além de uma citação do Pronaf B e do Pronaf Mulher.

#### 4.4.2 Acesso a outros Programas Governamentais

Quanto a participação dos agricultores entrevistados em outros programas de governo, além do PAA, o mais citado, por 38% dos produtores, foi o Programa Minha Casa Minha Vida, conforme pode-se observar na Figura 28. O Programa Minha Casa Minha Vida é desenvolvido pelo Governo Federal com o intuito de proporcionar moradia para famílias em condições de vulnerabilidade social e que também inclui habitações rurais para famílias que tenham renda bruta anual de até R\$ 15.000,00 e aquelas com rendimentos entre R\$ 15.000,00 e R\$ 60.000,00 por ano, que podem adquirir material de construção para reformar ou construir (BRASIL, 2009b).

**Figura 28** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o acesso a outros programas governamentais, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Neste sentido, mesmo com a diminuição de cerca de 25% do déficit habitacional rural nos últimos 5 anos, aproximadamente 742 mil famílias vivem em domicílios em condições precárias em 2012. O problema é mais agravante quando consideradas as condições precárias das habitações rurais, que representam cerca de 70% do déficit rural total (NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013). Portanto a nova formatação do programa de habitação rural que passou a vigorar a partir de 2009, o PMCMV Rural utiliza o atestado de renda dado pelo INCRA para garantir o maior valor de subsídio para os grupos de renda mais baixo. Isso representa o acesso ao programa de uma população que não teria como comprovar renda. E ainda inova ao trazer

para o programa o sistema, já consolidado, do PRONAF para definição dos grupos de renda para contratação (SILVA, 2014).

O programa mais mencionado na sequência foi o Bolsa Família, acessado por 28% dos entrevistados. Este se refere a um programa do Governo Federal que realiza transferência direta de renda, visando possibilitar a complementação da renda de famílias que se encontram em situação de pobreza ou miséria em todo país, buscando garantia de alimentação, educação e saúde para as famílias assistidas. Para fazer parte do programa o beneficiário deve possuir o Cadastro Único. Desta forma estão aptas a receber o auxílio, famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 77,00 por mês; famílias consideradas pobres, com renda per capita de R\$77,01 e R\$154,00 por mês; e ainda, as famílias pobres ou extremamente pobres e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 16 e 17 anos (sendo considerados nesses casos, um valor superior ao fornecido a famílias sem crianças e adolescentes, ou gestantes) (BRASIL, 2004).

Carvalho (2013), observa em seu estudo que 64,3% dos assentados pesquisados recebem algum tipo de benefício, seja ele aposentadoria rural ou urbana, auxílio doença, auxílio maternidade, mesmo que o período seja curto, pensão ou o programa de transferência de renda como o Bolsa Família. A autora menciona a importância destes benefícios para a permanência dos produtores nos lotes, já que consideram uma renda com a qual podem contar em momentos de dificuldades.

Na sequência os produtores disseram terem participado dos programas Luz para Todos e Habitação Rural, ambos citados por 26% dos agricultores. O Programa Luz para Todos tem como meta dar o acesso à energia elétrica gratuitamente para famílias do meio rural. Já o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) é, atualmente, uma linha do Programa Minha Casa Minha Vida, contudo voltado somente aos agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais por meio do acesso a moradia no campo, seja construção, reforma, ampliação ou conclusão. O Programa é destinado a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta anual de até R\$ 78.000,00 (BRASIL, 2009b).

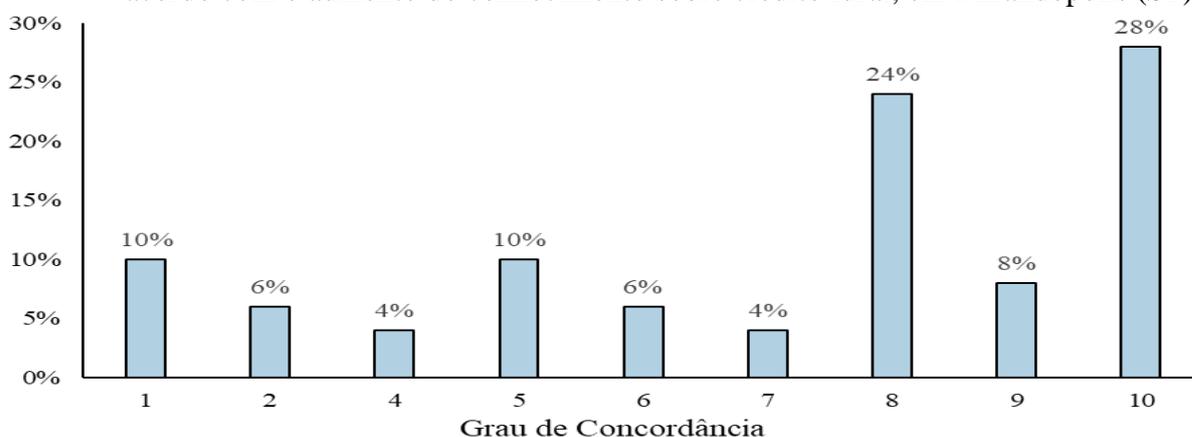
Outro programa citado por 12% dos produtores entrevistados foi o Microbacias II, que tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Programa pretende também aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais (CATI, 2015).

Os Programas PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e Renda Cidadã foram citados por 4% dos entrevistados e o Programa Ação Jovem citado por 2%. O PNAE é o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visa a transferência de recursos financeiros aos estados e municípios com o objetivo de suprir, de forma parcial, as exigências nutricionais dos alunos de escolas públicas (BRASIL, 2015). O Renda Cidadã é um programa de transferência de renda associado a ações complementares, com objetivo de promover o desenvolvimento e a autonomia das famílias beneficiadas (SÃO PAULO, 2010), já o Programa Ação Jovem tem como objetivo estimular a conclusão da educação básica e preparar o jovem para o mercado de trabalho (SÃO PAULO, 2011).

#### 4.4.3 Avaliação da participação no PAA

Com o intuito de entender e avaliar, na visão dos produtores, em quais aspectos ocorreu a contribuição da participação no PAA, em relação aos seus conhecimentos sobre às políticas públicas, à participação em organizações sociais e à sua valorização enquanto agricultor familiar. Da mesma forma das questões anteriores de avaliação de percepção, as notas variaram de 1 a 10, sendo: “1” correspondente a “discordo fortemente” e “10” a “concordo fortemente”. Desta maneira, no que se refere a contribuição dada pela participação no Programa quanto ao aumento do conhecimento dos entrevistados sobre crédito rural, observa-se uma boa avaliação pela maioria dos produtores, já que a maioria (28%) atribuíram a nota máxima da escala e somaram 60% aqueles que atribuíram notas de 8 a 10; notas inferiores a 5 foram atribuídas somente por 20% dos pesquisados (Figura 29).

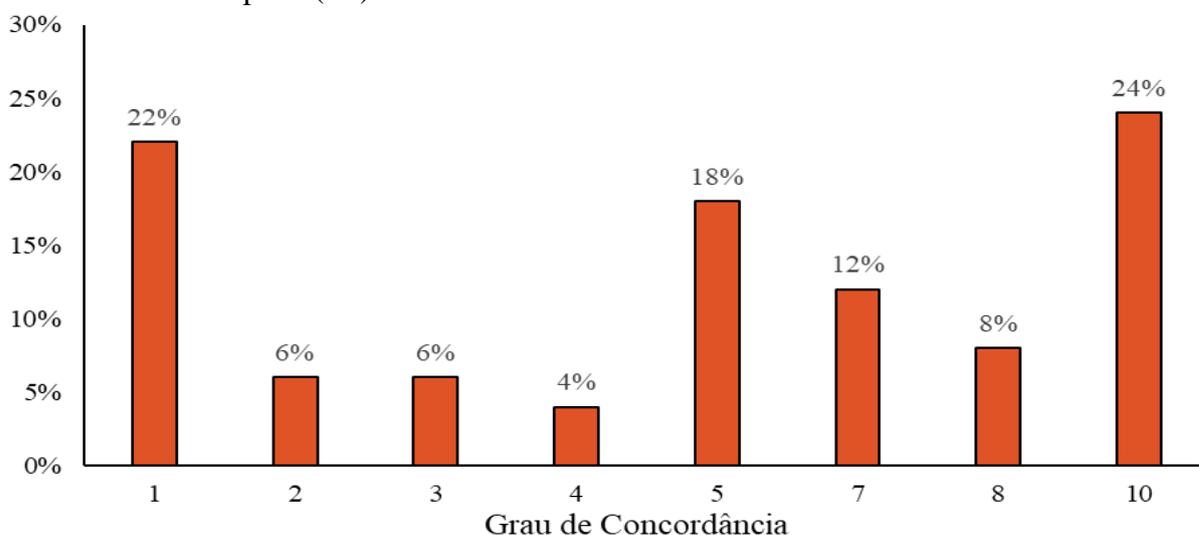
**Figura 29** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o aumento do conhecimento sobre crédito rural, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2016).

Quanto à participação no PAA ter possibilitado o acesso destes produtores a outras políticas públicas e/ou outros programas do governo, apesar da maior frequência de repostas ter ocorrido na nota 10 por 24% dos entrevistados, percentual muito semelhante (22%) de agricultores também atribuiu o valor inverso na escala (1); somam 56% os que atribuíram notas de 1 a 5, enquanto os demais atribuíram notas de 7 a 10 (Figura 30).

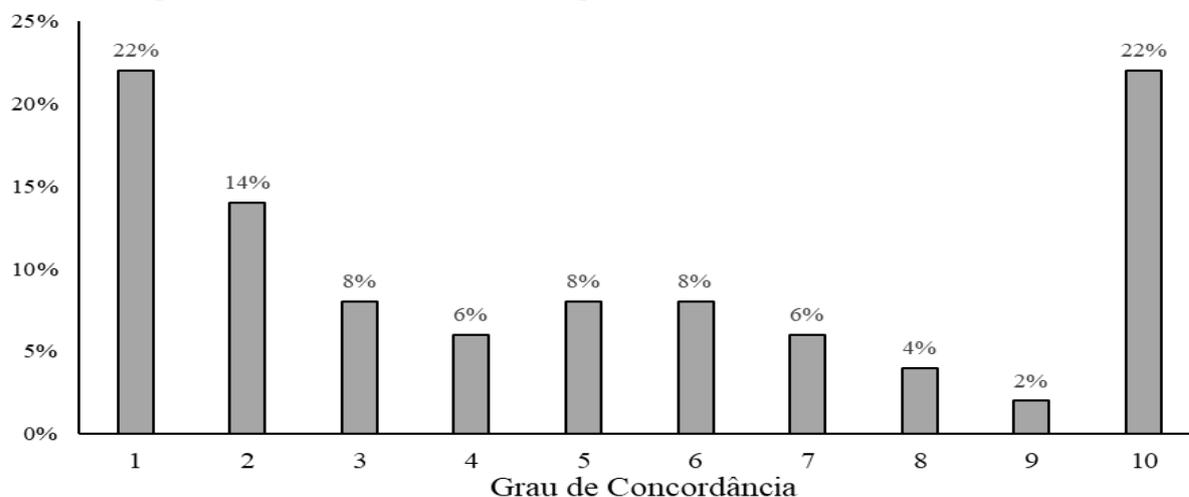
**Figura 30** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com o acesso a outras políticas públicas/programas do governo, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Dados da pesquisa do autor (2016).

Caso muito semelhante ocorreu na avaliação quanto à ampliação da participação social em conselhos e entidades representativas rurais, pois o maior número de avaliações se expressou de forma idêntica nas notas 1 e 10 (ambas atribuídas por 22% dos entrevistados), sendo que metade dos entrevistados atribuíram notas até 4 (Figura 31). Estes resultados, aparentemente, indicam efeitos diferenciados entre os agricultores, mas nessa pesquisa não foram investigados os motivos dessas discrepâncias.

**Figura 31** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a ampliação da participação social em conselhos e entidades representativas rurais, em Mirandópolis (SP).

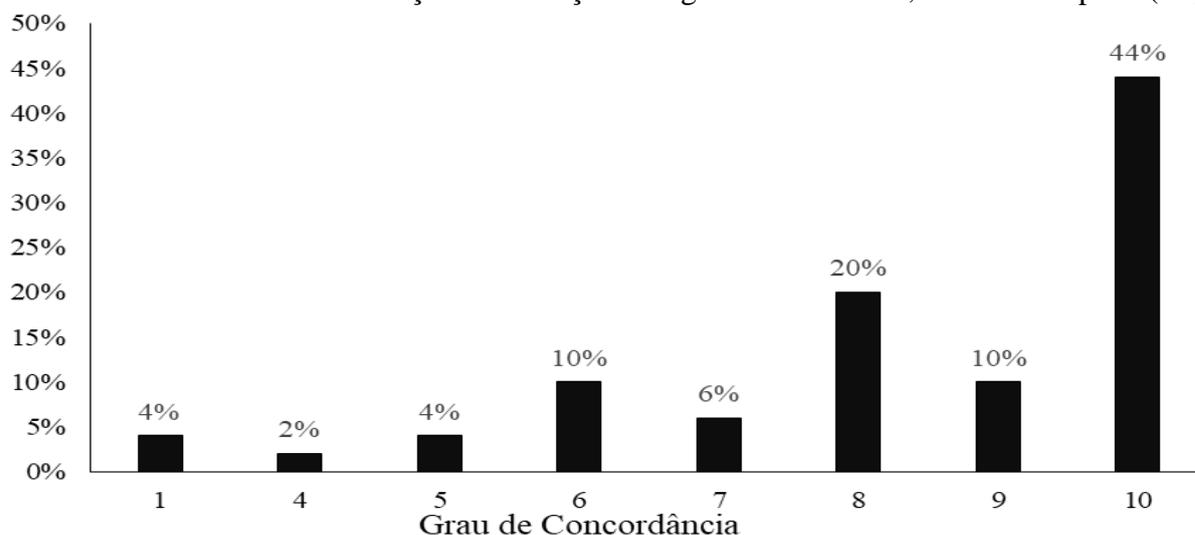


Fonte: Da própria autora (2016).

No que diz respeito à percepção da contribuição do PAA quanto a valorização dos produtores como agricultores familiares, a grande maioria (90%) atribuiu notas acima de 5, sendo que 74% se concentrou entre as notas 8 e 10, sendo mais frequente, atribuída por 44% dos entrevistados, a nota 10 (Figura 32). Tal avaliação demonstra uma percepção muito satisfatória em relação ao Programa no que diz respeito a valorização da condição desses produtores como agricultores familiares. Tal percepção transparece o sentimento de reconhecimento dos produtores que passaram a ter a garantia de venda de parte de sua produção, adquirida por preços mais dignos e com a garantia de recebimento, condição proporcionada pelo PAA.

Nessa perspectiva Paula et al. (2014) comenta que o Programa se mostra importante para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, ao valorizar seus produtos, encurtando o canal de distribuição, aproximando produtor e consumidor e ampliando a participação da agricultura familiar no mercado.

**Figura 32** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a valorização da condição de Agricultor Familiar, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

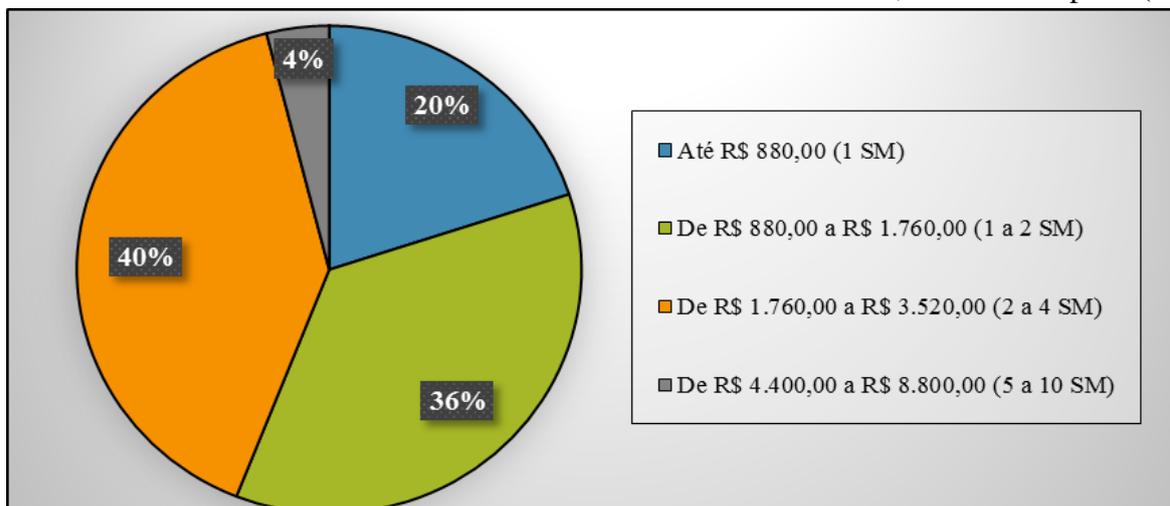
## 4.5 Renda dos agricultores participantes do PAA pesquisados

### 4.5.1 Renda Familiar

Nesta sessão serão analisados dados referentes a renda bruta mensal dos produtores e o número médio de pessoas por famílias que vivem dessa renda. Averiguou-se também a relação do quanto desta renda foi proveniente do último projeto em que os produtores participaram pelo PAA (a maioria já havia finalizado e alguns estavam entregando o restante da cota do último projeto em vigência) e a avaliação dos entrevistados quanto à alteração de suas rendas após a participação no Programa. Por fim, foi realizada uma análise das diferentes fontes de ingresso de renda.

No que se refere à renda bruta mensal em 2016, pode-se constatar que a maior parte das famílias pesquisadas vivem com uma renda bastante baixa (embora trate-se de renda monetária, portanto não considera a importante contribuição dos produtos gerados para o autoconsumo), já que a maioria dos entrevistados (56%) afirmaram possuir uma renda de até 2 salários mínimos (o salário mínimo no período que a pesquisa de campo foi realizada era de R\$880,00), sendo que 20% (do total) dos entrevistados disseram possuir renda de até 1 salário e 36% (do total) situaram a renda entre 1 a 2 salários (R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00). Por outro lado, grande parte dos produtores (40%) mencionou ter uma renda mensal de 2 a 4 salários mínimos (R\$ 1.760,00 a R\$ 3.520,00), e apenas dois produtores (4%) mencionaram uma renda de 5 a 10 salários (R\$ 4.400,00 a R\$ 8.800,00) (Figura 33).

**Figura 33** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com as faixas de renda familiar mensal em 2016, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

Em relação ao número de integrantes por famílias que vivem da renda familiar, foi realizada uma média ponderada do número de pessoas que vivem da renda e obteve-se o número médio de pessoas por faixas de renda mensal familiar. Assim, verificou-se que as famílias que possuem rendas de até um salário mínimo têm em média aproximadamente 3 pessoas na composição familiar, um número relativamente alto, considerando a baixa renda monetária auferida. Com o aumento da renda monetária, a partir de 2 salários mínimos, também aumenta o número de pessoas que dependem daquela renda, sendo, em média, de 3,5 pessoas na faixa 2 a 4 salários mínimos e de 4,5 pessoas na família para aqueles entrevistados com renda familiar de 5 a 10 salários (Tabela 10).

**Tabela 10** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com a média de pessoas na família que vivem da renda monetária bruta mensal, em Mirandópolis (SP).

Renda Mensal Familiar	Famílias (%)	Média de Pessoas
Até R\$ 880,00 (1 Salário Mínimo - SM)	20%	2,9
De R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00 (1 a 2 SM)	36%	2,7
De R\$ 1.760,00 a R\$ 3.520,00 (2 a 4 SM)	40%	3,4
De R\$ 4.400,00 a R\$ 8.800,00 (5 a 10 SM)	4%	4,5

Fonte: Da própria autora (2016).

No que diz respeito a análise do quanto da renda familiar é proveniente do PAA, foi levado em consideração a renda obtida com o último projeto que os entrevistados participaram, já que muitos já haviam finalizado a cota e não estavam entregando produtos no período que a pesquisa foi realizada. Assim, realizou-se uma análise do percentual de produtores por faixa de renda mensal proveniente do PAA relacionadas com as faixas de renda mensal destes entrevistados. Dos 20% de famílias que possuem renda de até 1 salário mínimo, o intervalo de renda proveniente do PAA mais citado foi de R\$500,00 a R\$600,00, por 50% dos pesquisados desta faixa de renda. Entre aqueles que tem renda familiar de 1 a 2 salários mínimos (36%), a maioria dos produtores (77,8%), desta faixa de renda, declararam ter recebido do PAA valores entre R\$401,00 e R\$600,00. Daqueles que tem renda familiar de 2 a 4 salários (40%), o valor proveniente do PAA entre R\$501,00 e R\$600,00 foi o mais citado, por 65% dos produtores desta faixa; e por fim, entre os dois entrevistados (4%) que tem renda familiar de 5 a 10 salários, um (50% desta faixa) declarou ter recebido do PAA entre R\$401,00 e R\$500,00, e o outro (50%) auferiu entre R\$ 501,00 e R\$ 600,00 (Tabela 11).

Tais dados já demonstram tamanha importância da renda obtida pelos produtores com a comercialização por meio do Programa e o quanto expressivo são os valores recebidos para a composição da renda familiar desses agricultores. Tal análise se confirma na própria avaliação dos entrevistados quando questionados a respeito da renda após a inserção deles no PAA, pois 78% dos entrevistados afirmou ter ocorrido um aumento de suas rendas com a comercialização através do Programa e 22% afirmaram ter permanecido igual (supostamente indicando a diminuição de outra renda). Ainda que considerando que entre aqueles 78% que declararam ter tido aumento da renda familiar, o valor obtido pelo PAA se somaria à renda atual, observa-se que na faixa de até um salário mínimo a renda do PAA pode superar 40% da renda familiar e na faixa de 1 a 2 salários mínimos pode significar até um terço da renda familiar.

**Tabela 11.** Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com as faixas de renda proveniente do PAA em relação as faixas de renda monetária bruta mensal, em Mirandópolis (SP).

<b>Faixas de Renda Mensal</b>	<b>Faixas de Renda Mensal (PAA)</b>	<b>% Produtores da Faixa</b>
Até R\$ 880,00 (1 SM)	De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	40,0
	De R\$ 501,00 a R\$ 600,00	50,0
	De R\$ 601,00 a R\$ 1.000,00	10,0
De R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00 (1 a 2 SM)	Até R\$ 400,00	16,7
	De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	27,8
	De R\$ 501,00 a R\$ 600,00	50,0
	De R\$ 601,00 a R\$ 1.000,00	5,5
De R\$ 1.760,00 a R\$ 3.520,00 (2 a 4 SM)	Até R\$ 400,00	5,0
	De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	25,0
	De R\$ 501,00 a R\$ 600,00	65,0
	Acima de 1.000,00	5,0
De R\$ 4.400,00 a R\$ 8.800,00 (5 a 10 SM)	De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	50,0
	De R\$ 501,00 a R\$ 600,00	50,0

Fonte: Da própria autora (2016).

Gonzaga (2015) em sua pesquisa na mesma região, realizou uma avaliação quanto às mudanças que as famílias tiveram após a inserção no Programa e verificou que a principal mudança apontada pelos produtores foi o aumento na renda familiar, sendo mencionada por 42% dos entrevistados. Queiroz et al. (2015) e Grisa et al. (2011) comentam que a garantia de comercialização do PAA e seus efeitos sobre a criação de novos mercados, assim como os preços praticados, tendem a refletir em uma melhoria de renda para os agricultores familiares.

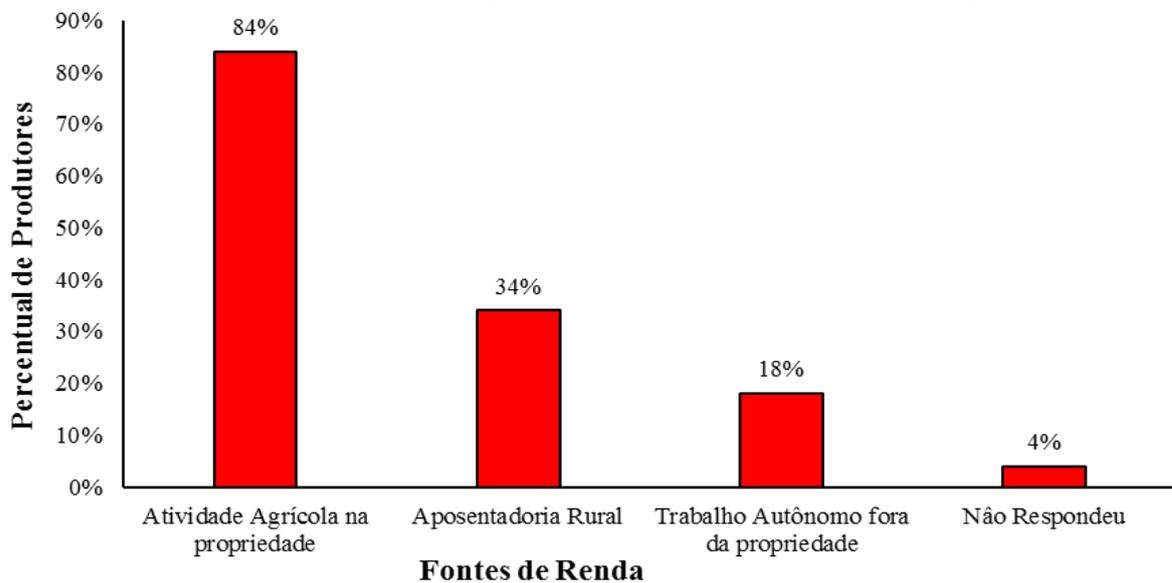
Camargo et al. (2013) constataram também, que a renda obtida com o PAA é extremamente importante para o sustento da maioria das famílias participantes do Programa, porém, não é suficiente para o atendimento de todas as necessidades básicas das mesmas. Doretto e Michellon (2007), no estado do Paraná, concluíram, por sua vez, que a inserção dos agricultores familiares ao PAA fez com que os produtores recorressem com menor frequência a trabalhos externos a seus estabelecimentos rurais para a complementação da renda familiar.

Batista et al. (2016) conclui de maneira semelhante em sua pesquisa a importância da renda do PAA, que, para os agricultores em questão, é considerado o principal significado de

participar do Programa, e conclui ainda, que alguns dos objetivos primordiais do PAA vem sendo alcançados, e entre eles está a satisfação dos produtores com a melhoria de suas rendas.

Quanto às diferentes fontes de ingresso da renda familiar, como já mencionado no momento da pesquisa em campo, muitos produtores haviam finalizado entrega dos produtos, devido isto, nem todos produtores tinham a atividade agrícola como fonte de renda, sendo citada por apenas 84% dos entrevistados. Do total, 34% dos produtores responderam possuir aposentadoria rural como fonte de renda, 18% citaram o trabalho autônomo fora da propriedade, enquanto 4% não souberam (ou quiseram) responder (Figura 34).

**Figura 34** - Distribuição dos produtores entrevistados, participantes do PAA, em 2014, de acordo com as fontes de ingresso da renda familiar, em Mirandópolis (SP).



Fonte: Da própria autora (2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito principal da pesquisa foi analisar os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos, Modalidade Doação Simultânea, para os agricultores familiares assentados do município de Mirandópolis (SP). Para tanto, foram aplicados questionários, na forma de entrevistas, junto aos agricultores beneficiários do Programa, o que possibilitou traçar o perfil dos produtores e dos lotes, e analisar fatores relacionados à produção, comercialização e renda, antes e após a participação no PAA.

Quanto às características dos agricultores entrevistados a maioria é do sexo feminino, possui algum tipo de união conjugal, idade superior aos 50 anos de idade e com baixa escolaridade (não concluíram o ensino fundamental). Quanto ao tamanho do estabelecimento, em média, apresentam 11,3 hectares. A grande maioria (84%), participa do Programa por um período de até 3 anos apenas.

A primeira análise realizada, para avaliar os efeitos do Programa na vida dos produtores, permitiu verificar que o número de produtos tanto de origem vegetal como animal, para fins de comercialização, aumentou, após o início da participação no PAA. A grande maioria dos entrevistados (78%) passaram a produzir pelo menos cinco itens destinados a comercialização, além de que, os produtores que antes não plantavam para vender passaram a produzir após a sua inserção nessa política pública. O maior número de produtos destinados à comercialização resultou também no aumento da variedade dos mesmos, com o acréscimo de oito produtos distintos após iniciarem as vendas ao PAA. Este acréscimo, em alguns casos, não resultou de novos investimentos, mas da utilização dos produtos dos quintais, antes sem aproveitamento comercial e que após o Programa foram revalorizados, possibilitando a venda do excedente do autoconsumo das famílias, gerando uma renda extra. Para isso tem sido fundamental a característica do PAA de permitir a venda em pequenas quantidades, até mesmo uma fração de uma unidade de comercialização (geralmente as olerícolas e frutas são vendidos em caixas).

Ao comparar os principais itens agrícolas produzidos pelos entrevistados antes e após o início do PAA, o leite apareceu como o produto principal em momentos antecedentes ao Programa. Isto se deve pelo fato de ser o único produto, que de certa forma possuía um canal de comercialização regular, possibilitando a garantia de uma fonte de renda mensal às famílias. Apesar de manter sua importância após a participação dos produtores no PAA, outros produtos ganharam destaque entre os principais itens produzidos. Entre eles se destacam a abóbora, o feijão-caupi e a mandioca.

Embora o PAA, em Mirandópolis não tenha recebido produtos de origem animal, o número de produtores que possuem bovinos de corte (geralmente recria), apresentou um aumento considerável, sem, contudo, aumentar, em média, o número de animais. Um possível efeito do PAA nessa questão (mas não investigado pela pesquisa) é o emprego da renda adicional gerada pelo Programa na compra de alguns animais.

Além da análise quantitativa dos dados referentes à produção e à comercialização realizada pelos agricultores em uma comparação entre o período antes e depois do PAA, os mesmos realizaram uma avaliação sobre a percepção que tinham a respeito de alguns atributos relacionados a estes fatores (produção e comercialização) e a outros de caráter mais geral.

Nessa análise da percepção dos agricultores constatou-se que a maioria apresentou um alto nível de concordância no que diz respeito ao aumento de variedades de produtos agrícolas produzidos na propriedade após participarem do PAA, assim como o aumento da comercialização dos mesmos, em termos de variedade e quantidade. Contudo, a percepção a respeito da diversificação e comercialização de produtos de origem animal foi menos percebida pelos produtores, confirmando o que se avaliou, anteriormente, na quantificação dos dados.

Em relação aos canais de comercialização, após a inserção nos projetos do PAA, os agricultores revelaram que ocorreu uma redução bastante considerável da sua participação nestes outros mercados, principalmente, a venda para intermediários, que era a inserção no mercado mais praticada pelos entrevistados anteriormente.

Participar do Programa possibilitou que todos os produtores entrevistados se organizassem por meio de associações de produtores rurais, já que, antes de se inserirem no PAA menos de 40% participavam de alguma associação. Essa participação, segundo a maioria dos produtores, contribuiu para que conhecessem as diferentes organizações que trabalham para o fortalecimento da agricultura familiar e os possibilitou aprender sobre novas práticas de produção e de comercialização dos seus produtos. Ainda sobre a contribuição decorrente da participação no PAA, a maioria afirmou ter ampliado seus conhecimentos sobre crédito rural e considerou, principalmente, que o Programa proporcionou uma maior valorização de sua condição de agricultor familiar.

No que se refere a renda monetária total familiar dos produtores foi constatado que é relativamente baixa: entre as famílias pesquisadas, a maioria vive com até 2 salários mínimos, para uma média de três pessoas na composição familiar. Dessa forma a pesquisa evidenciou também a importância do valor gerado pela comercialização com o PAA na composição desta renda das famílias, principalmente para aquelas que possuem as menores rendas monetárias. A

relevância da renda gerada pelo Programa está coerente com outras pesquisas já realizadas e é confirmada inclusive na avaliação dos entrevistados, que em sua grande maioria afirmou ter aumento de renda com a comercialização via PAA.

As análises dos resultados apresentados na pesquisa evidenciou a importância e a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos para as famílias assentadas de Mirandópolis em várias dimensões: gerou uma nova dinâmica de produção e comercialização dos agricultores ao incentivar a diversificação produtiva e aumento da produção em seus lotes, resultando tanto na satisfação de sentirem valorizados enquanto agricultores familiares, como também pela relevância que a renda obtida possui para a composição da renda das famílias.

As incertezas atuais (2017) do Programa de Aquisição de Alimentos, com a sua quase desativação, geram preocupações nas famílias e para aqueles que consideram importante o apoio à agricultura familiar, pois o contexto do município de Mirandópolis (e do Território Prof. Cory/Andradina como um todo), marcado pelo domínio dos intermediários, a distância do núcleo urbano e as fragilidades econômicas dos agricultores assentados; são fatores que não permitiram que a maioria dos agricultores viabilizasse sua inserção em outros mercados.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; CASTRO, E.; CAZELLA, A. A.; GALVÃO, A. C. F. **A abordagem territorial e as políticas de desenvolvimento rural**. Brasília: MDA, 2005. 23 p. (Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável).

ADIB, R. A. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia de planejamento**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

ALEIXO, C. E. M. et al. Impactos do Pronaf nos indicadores de qualidade de vida de seus beneficiados no assentamento Santana – CE. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 7. 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Embrapa/CNPAT.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Ser ou não ser agricultor? Eis a questão: representações sociais sobre a profissão de agricultor entre jovens de comunidade rural no sul do Brasil. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, MG, v. 4, n. 1, p. 14-26. 2015. Disponível em: <<http://www.revistarever.ufv.br/index.php/rever/article/download/38/39>>. Acesso em: jun. 2017.

BATISTA, L. M. G. et al. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde Social**, São Paulo, v. 25, p.494-504, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**. [República Federativa do Brasil]. Brasília. Julho de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005a. 30 p. (Série documentos institucionais, 2). Disponível em: <[http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc\\_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf](http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf)>. Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005b. 32 p. (Série documentos SDT, 1). Disponível em: <[http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc\\_212-28-11-2012-11-25-585155.pdf](http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_212-28-11-2012-11-25-585155.pdf)>. Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da cidadania: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro**. Brasília, MDA, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Informações Territoriais – MDA/SDT/SIT**. Imagens/mapas. Brasília: MDA, 2009a. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TR&modo=0>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Balanco de gestão 2003-2010: Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT**. Brasília: MDA/SDT, 2011. 144 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Portaria nº 46, de 9 de junho de 2017**. 2017. Disponível em: <[http://www.editoramagister.com/legis\\_27439936\\_PORTARIA\\_N\\_46\\_DE\\_9\\_DE\\_JUNHO\\_DE\\_2017.aspx](http://www.editoramagister.com/legis_27439936_PORTARIA_N_46_DE_9_DE_JUNHO_DE_2017.aspx)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de aquisição de alimentos – PAA**. 2014. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/manualPAA.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Brasília, 28 jul. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em: 12 maio. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 9 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Brasília, 7. jul. 2009b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm#art3)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e da União. Grupo Nacional de Direitos Humanos. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar, Brasília**, 2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>. Acesso em: 02 maio 2017.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/viewFile/5434/3083>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 45-65. 1998. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol15\\_n2\\_1998/vol15\\_n2\\_1998\\_4artigo\\_45\\_65.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. O.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R. S. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do Assentamento 23 de Maio, Itapetininga, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 18-28. 2013.

CANIELLO, M. Identidade e qualidade de vida nos territórios da cidadania na “década inclusiva” brasileira. CONGRESO SOCIEDADES RURALES LATINOAMERICANAS – Diversidades, Contrastes y Alternativas, 9, 2014, México. **Anais...** México, 2014.

CARVALHO, L. H. **As condições de vida dos assentados da região e Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária.** 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013.

CARVALHO, M. P. **Porque o leite cresce tanto no Brasil.** 2006. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/editorial/porque-o-leite-cresce-tanto-no-brasil-30510n.aspx>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. Avaliação dos impactos regionais do programa nacional da agricultura familiar. Brasília: **IPEA**, jun. 2014. (Texto para Discussão, n. 1.974). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1974.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1974.pdf)> Acesso em: 18 jun. 2017.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II - Acesso ao Mercado. **Manual operacional.** Setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/upload/documentos-tecnicos/ManualOp-PDRS-Microbacias2-set2015.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CRUZ, K. C. M. S. et al. **O acesso da agricultura familiar brasileira às políticas públicas: a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos.** 2014. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14\\_09\\_15\\_16\\_03\\_05\\_artigo\\_evolucao\\_do\\_paa\\_2.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_09_15_16_03_05_artigo_evolucao_do_paa_2.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2017.

DELGADO, Guilherme. Pesquisa de avaliação da concepção e implementação do Programa Aquisição de Alimentos – PAA. **Relatório de Avaliação do PAA: Síntese.** 2013. Projeto BRA 03/034 Conab/Pnud Brasil. Fevereiro de 2013.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas públicas e a agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 15-52.

DEVES, O. D. **Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de aquisição de alimentos – PAA: o caso do município de São Pedro do Butiá-RS.** 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18840>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DIAS, M. M.; FAVARETO, A. **Um retrato preliminar dos colegiados territoriais no Brasil: novas instituições para o desenvolvimento rural?.** Brasília: SDT/MDA. 2007. Relatório de Pesquisa.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (Org.). **Avaliação de políticas de aquisição de alimentos.** Brasília: Ed.

da Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. v. 7, n. 27, p.107-138. 2007. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/aval\\_impact\\_econo.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf)>. Acesso em 10 jun. 2017.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, DF: IICA, 2010. p. 81-114. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 12). Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-eDesafios.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

FAVARETO, A. As tentativas de Adoção da Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural – Lições para uma nova Geração de Políticas Públicas. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 52–62, jan./2009 a jun./2010.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil municipal**. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>>. Acesso em: jul. 2017.

GONZAGA, D. A. **Resultados e significados do programa de aquisição de alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)**. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/128068>>. Acesso em: 15 maio 2017.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 97-129, 2010b.

GRISA, C. As redes e as instituições do programa de aquisição de alimentos: uma análise a partir do enraizamento estrutural e político. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Fortaleza, 2009.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 96-116, 2010a.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 45, n. 2, p. 301 - 328, 2007.

HESPANHOL, A. N.; COSTA, V. M. H. M.; SANTO, C. R. E. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina – SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, 2003. p. 105 -124.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

HOLANDA, D. R. **Desenvolvimento rural sustentável: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da cidadania Vale do Curu e Aracatiaçu-CE**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6283/1/2012\\_dis\\_drholanda.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6283/1/2012_dis_drholanda.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 maio. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=6&i=P&c=3145>>. Acesso em: jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Painel de Assentamentos**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 09 maio. 2017.

LEITE, S. P. (Org.). **Políticas públicas e a agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

LLAURADÓ, O. **Escala de Likert: o que é e como utilizá-la**. 2015. Disponível em: <<http://www.netquest.com/blog/br/escala-likert/>>. Acesso em: 25 maio 2017.

MARIOTO, A. **Programa de aquisição de alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista – SP e Paranavaí - PR**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/13/ms/anderson.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/13/ms/anderson.pdf)>. Acesso em: maio. 2017.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. **Rurais**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 63-89. 2014. Disponível em:

<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1741/1157>>. Acesso em: jun. 2017.

MARQUES, R. Introdução: os trilhos da nova sociologia econômica. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.) **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. p.01-67.

MATTEI, L. et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2007. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/mattei-l-waquil-p-schneider-s-conterato-m-a-radomsky-g-f-namizaki-g-niederle-s-uma-analise-dos-impactos-do-pronaf-sobre-as-economias-locais-nas-regioes-nordeste-sudeste-e-norte-do-brasil-trabalho-apresentado-no-xxv-congresso-da-sober-londrina-parana-julho>>. Acesso em: 28 set. 2017.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Economia**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MODENESE, V. S.; SANT´ANA, A. L.; FELICIANO, M.E.; RIGONATO, L. C.; SILVA, F. C. Assentamento Estrela da Ilha/SP: perfil dos produtores e características da produção e comercialização. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, 4, 2010, Araraquara. **Anais...** Araraquara: Uniara, 2010. 10 p. CD-ROM.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MUSTAFA, R. **linhadotempomirandopolis**. 2013. Disponível em: <<http://linhadotempomirandopolis.blogspot.com.br/2013/02/1920-1921.html>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

OLIVEIRA, L. C. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) no Território Noroeste Paulista: análise da participação dos atores sociais**. 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Produção) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista. , Ilha Solteira, 2014.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 23, n.1, p. 33-43, 2014. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883/808>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. **Fome Zero: e experiência brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 191-222.

PERAFÁN, M. E. V.; WALTER, M. I. M. T. A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos. **NERA**, Presidente Prudente, v. 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PONTES, A. E.; SANTOS, M. J. Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo do caso do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás – Brasil). **Mundo Agrário**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 33, p. 1-22, 2015. Disponível em: <<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/viewFile/MAv16n33a06/7141>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

QUEIROZ, R. F. N.; NEVES, S. M. A. S.; SEABRA JUNIOR, S.; MACHADO, T. S. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, 2015. Disponível em: <[http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/22817/pdf\\_79](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/22817/pdf_79)>. Acesso em: jun. 2017.

RAMBO, J. R. **Produzir e vender?** O caso do programa de aquisição de alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra - MT. 2016. 180 f. Tese (Doutorado Sistema de Produção) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143091>>. Acesso em: 15 maio 2017.

RESENDE, G. M. **Avaliação de políticas públicas no Brasil:** uma análise dos seus impactos regionais. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C.; MOURA, A. M. M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade:** desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 75-104.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra:** as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Araraquara. 2003. 246 f. Tese (Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SANT'ANA, A. L. et al. Estratégias de produção e comercialização dos assentados da região de Andradina – SP. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 5, p. 29-31, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008.** São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. Resolução SEADS -010, de 29 de junho de 2010. **Dispõe sobre a Norma Operacional Básica para o Programa Renda Cidadã e dá providências correlatas.** São Paulo. 2010. Disponível em: <

<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/739.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 56.921, de 12 de abril de 2011. Dispõe sobre o Programa Ação Jovem e dá providências correlatas. **Diário Oficial**, Poder Executivo – Seção I. São Paulo. Abril de 2011. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/738.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A. S.; MOURA, A. P.; NEVES, R. J. Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 85-106, 2016. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2122/495>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 21-50.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 168 p.

SILVA, C. M. G. **Habitação rural: uma luta por cidadania**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Microsoft%20Windows/Desktop/Downloads/ME\\_CECILIA\\_GRAZIANO.pdf](file:///C:/Users/Microsoft%20Windows/Desktop/Downloads/ME_CECILIA_GRAZIANO.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SILVA, F. C. **Agricultura familiar em duas microrregiões do noroeste do estado de São Paulo: uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Produção) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012.

SILVA, F. C. **Tecnologia social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável): uma alternativa para a promoção de avanços dentro da perspectiva da agroecologia? As experiências vivenciadas no Território Rural Prof. Cory/Andradina (SP)**. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Sistema de Produção) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016.

SILVA, F. F.; CORREA, V. P. ; NEDER, H. D. Estudo comparativo da distribuição de recursos do PRONAF Crédito e Infraestrutura, nas regiões Sul e Nordeste do Brasil: uma abordagem estatística. In: ORTEGA, A. C. ; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 123-158.

- SILVA, M. E. S. **A representação social e a territorialização da reforma agrária no espaço urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2013b. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95553/000735153.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 set. 2017.
- SILVA, S. P. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (Ed.). **Brasil em desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2013a. cap. 3, p. 89-116. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_desenvolvimento2013\\_vol01.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_desenvolvimento2013_vol01.pdf)>. Acesso em: jun. 2017.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, P. M. et al. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 237-254, 2013.
- TARSITANO, R. A. **Avaliação dos projetos Proinf do território de Andradina (SP), a partir da perspectiva dos atores**. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Produção) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012. Disponível em: <[http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98709/tarsitano\\_ra\\_me\\_ilha.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98709/tarsitano_ra_me_ilha.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- TEIXEIRA, E. C. **O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: UFBA, 2002.
- VALADARES, A. A.; SOUZA, M. G. P. **A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa**. Brasília, DF: IPEA, 2015. Nota Técnica, 21.
- VALNIER, A. **Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2011.
- VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 198-228, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21732/13079>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- VELOSO, F. **Políticas públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o Pronaf e o PAA**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em:

<[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2011/veloso\\_f\\_me\\_p rud.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2011/veloso_f_me_p rud.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2017.

VELOSO, F.; HESPANHOL, R. A. M. O PAA na região de Dracena: da diversificação à especialização produtiva. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 34, p. 161-178, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1924/1803>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

## **Apêndice**



Universidade de Brasília

Questionário para produtores participantes do PAA

Nº do questionário (não preencher)			
------------------------------------	--	--	--

**APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR**

Olá, eu me chamo \_\_\_\_\_ e sou pesquisador de um projeto da MCTI-CNPq/MDS SAGI Nº 24/2013 – DESENVOLVIMENTO SOCIAL sobre a inclusão produtiva e o Programa de Aquisição de Alimentos. Estamos realizando uma pesquisa com objetivo de saber sobre as condições de produção e comercialização dos agricultores familiares beneficiários do PAA para entender os efeitos do programas sobre estas condições de produção e comercialização. As respostas são confidenciais e serão utilizadas apenas para a pesquisa. O (A) senhor(a) poderia responder a algumas perguntas? Sua opinião é muito importante.

Nome do pesquisador:	Data: / / Hora ____ Min. ____
Nome do entrevistado:	
Endereço do entrevistado:	
Telefone com DDD (obrigatório):	Cidade de residência/UF:

**I – Perfil do entrevistado e da propriedade**

1. Qual a sua idade? (Anote a resposta. Não leia as opções NS e NR)

	Anos completo:
	88. NS
	99. NR

2. Sexo (Marcar sem perguntar):

<input type="checkbox"/>	1. Masculino
<input type="checkbox"/>	2. Feminino

3. Qual a sua escolaridade? (Marque apenas uma opção)

<input type="checkbox"/>	1. Sem escolaridade/Sem instrução
<input type="checkbox"/>	2. Fundamental (1º grau) incompleto
<input type="checkbox"/>	3. Fundamental (1º grau) completo
<input type="checkbox"/>	4. Médio (2º grau) incompleto
<input type="checkbox"/>	5. Médio (2º grau) completo



	6. Médio técnico incompleto
	7. Médio técnico completo
	8. Superior (incompleto)
	9. Superior (completo)
	10. Pós-graduação
	88. NS
	99. NR

4. Seu estado civil: (Leia as opções e marque apenas uma opção)

	1. Solteiro
	2. Casado/Morando junto
	3. Separado
	4. Divorciado
	5. Viúvo
	88. NS
	99. NR

5. Há quanto tempo o (a) senhor (a) participa do PAA? (Anotar a resposta. Não ler as opções NS e NR).

	Anos	Meses
	88. NS	
	99. NR	

6. Qual é o tamanho da sua propriedade? (Anotar a resposta. Não ler as opções NS e NR).

	Hectares	Alqueires
	88. NS	
	99. NR	

## II – Novas práticas e procedimentos

7. Indique os (05) principais itens (de origem animal e vegetal) que sua propriedade produz para COMERCIALIZAÇÃO: (Não ler as opções e preencha uma ou mais respostas)

	ANTES DO PAA Tipo de Produto		APÓS O PAA Tipo de Produto
01.		01.	
02.		02.	
03.		03.	
04.		04.	
05.		05.	
88.	NS	88.	NS
99.	NR	99.	NR



Universidade de Brasília

8. Indique os tipos de criação que o senhor (a) possuía (antes do PAA) e possui (atualmente) e as respectivas quantidades (Não leia as opções e preencha uma ou mais respostas)

ANTES DO PAA		APÓS O PAA	
Tipo de rebanho	Número de cabeças/Quantidade em Kg	Tipo de rebanho	Número de cabeças/Quantidade em Kg
2.1 Vacas leiteiras		2.1 Vacas leiteiras	
2.2 Gado de corte		2.2 Gado de corte	
2.3 Ovinos		2.3 Ovinos	
2.4 Suínos		2.4 Suínos	
2.5 Aves (carne)		2.5 Aves (carne)	
2.6 Aves (ovos)		2.6 Aves (ovos)	
2.7 Caprinos		2.7 Caprinos	
2.8 Peixes		2.8 Peixes	
2.9 Equinos		2.9 Equinos	
2.10 Apicultura		2.10 Apicultura	
2.11 Outro. Qual?		2.11 Outro. Qual?	
88. NS		88. NS	
99. NR		99. NR	

9. Dentre as criações, quais o (a) senhor (a) comercializa (Não leia as opções e marque apenas uma resposta)

Tipo de rebanho	Tipos de mercado					
	1. PAA	2. PAA e outros mercados	3. Apenas para outros mercados	4. Não comercializa	88. NS	99. NR
2.1 Leite/Vacas leiteiras						
2.2 Bovinade corte						
2.3 Ovinos						
2.4 Suínos						
2.5 Aves (carne)						
2.6 Aves (ovos)						
2.7 Caprinos						
2.8 Peixes						
2.9 Equinos						
2.10 Outro. Qual?						
88. NS						
99. NR						

10. Em relação às atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas por sua propriedade após o PAA, indique o seu grau de concordância: '1' para 'não aumentou/não diminuiu' e '10' para 'aumentou muito/diminuiu muito' (leia as afirmações e marque apenas uma resposta).

01. Aumentou a variedade de produtos agrícolas produzidos na propriedade
Não Aumentou 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Aumento muito 88. NS 99. NR



02. Aumentou a variedade de produtos agrícolas da propriedade que são comercializados
Não Aumentou 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__Aumento muito 88.NS__99.NR__
03. Aumentou a variedade de criações na propriedade
Não Aumentou 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__Aumento muito 88.NS__99.NR__
04. Aumentou a variedade de produtos animais comercializados
Não Aumentou 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__Aumento muito 88.NS__99.NR__
05. Aumentou a quantidade de produtos agrícolas da propriedade que são comercializados
Não Aumentou 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__Aumento muito 88.NS__99.NR__
06. Aumentou a quantidade de produtos animais da propriedade que são comercializados
Não Aumentou 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__Aumento muito 88.NS__99.NR__

11. Em relação às atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas por sua propriedade após o PAA, indique o seu grau de concordância: '1' para 'não diminuiu' e '10' para 'diminuiu muito' (leia as afirmações e marque apenas uma resposta).

07. Diminuíram os custos de produção dos produtos agrícolas da propriedade
Não diminuiu 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__Diminuiu muito 88.NS__99.BR
08. Diminuíram os custos de produção das criações na propriedade
Não diminuiu 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__Diminuiu muito 88.NS__99.BR

12.O (A)senhor (a) beneficia algum tipo de produto (queijo, requeijão, doces, farinha, cestas de legumes, etc.)? (Anotar a resposta.).

<input type="checkbox"/>	1.Sim
<input type="checkbox"/>	2.Não (Siga para a questão 16)

13.Quais são os produtos?

<input type="checkbox"/>	1. Queijo
<input type="checkbox"/>	2. Rapadura
<input type="checkbox"/>	3. Doces
<input type="checkbox"/>	4. Farinha
<input type="checkbox"/>	5. Cestas de legumes
<input type="checkbox"/>	6. Embutidos
<input type="checkbox"/>	7. Manteiga/requeijão
<input type="checkbox"/>	8. Outro. Citar:
<input type="checkbox"/>	88. NS
<input type="checkbox"/>	99. NR



14. O senhor (a) comercializa algum produto beneficiado (queijo, requeijão, doces, farinha, cestas de legumes, etc.) e comercializa em outros mercados? (*Marque a resposta.*)

1. Sim
2. Não ( <i>Siga para a questão 16</i> )

15. Quais são os produtos? Indicar o produto comercializado para o PAA e para outros mercados (*Pode ser marcada mais de uma resposta. Respostas múltiplas*). *Siga para a questão 17*

	Para o PAA	Para outros mercados
1. Queijo		
2. Rapadura		
3. Doces		
4. Farinha		
5. Cestas de legumes		
6. Embutidos		
7. Manteiga		
8. Requeijão		
8. Outro. Citar:		
88. NS		
99. NR		

16. Por que sua propriedade não transforma/industrializa sua produção ou parte dela? (*Leia as opções de resposta. Pode ser marcada mais de uma resposta. Respostas múltiplas*)

1. Não dispõe de recursos financeiros para realizar os investimentos necessários.
2. Não há interesse do Município/Estado em adquirir a produção ou o produto industrializado pelo PAA
3. Não consegue mercado para os produtos beneficiados ou industrializados
4. Não tem conhecimento técnico necessário para industrializar parte de sua produção.
5. Não recebeu orientação técnica da Secretaria, Cooperativa, Sindicato ou outra entidade para iniciar a industrialização.
6. Os investimentos a serem realizados não compensam os possíveis ganhos
7. Não consegue atender às exigências da legislação de inspeção animal e vegetal
8. Outro. Citar:
88. NS
99. NR

17. Quais insumos presentes na propriedade que o (a) senhor(a) utiliza? (*Leia as opções e marque uma ou mais respostas.*)

	Antes do PAA	Depois do PAA
01. Estercos		
02. Soro do leite		
03. Compostos orgânicos		
04. Caldas para controle de insetos		
05. Biofertilizantes líquidos		



Universidade de Brasília

06. Fosfato natural		
07. Massa (raspa) de mandioca		
08. Preparados biodinâmicos		
09. Cinzas de madeiras		
10. Extratos de planta		
11. Preparados homeopáticos		
12. Cama de frango		
13. Bagacinha de cana		
14. Outro. Qual?		
88. NS		
99. NR		

18. O (A) senhor (a) mudou alguma(s) técnica(s) de cultivo, de manejo ou de fabricação em sua propriedade, a partir do PAA? (não leia as opções e marque apenas uma resposta).

	1. Sim
	2. Não (Vá para a <b>questão 21</b> )
	88. NS
	99. NR

19. Descreva a (s) técnica(s) de plantio ou manejo que o senhor desenvolveu em sua propriedade, após o PAA? (anote as respostas).

	Tipo de Técnica	Breve Descrição (quatro ou cinco palavras)
1.	Irrigação	
2.	Técnica de Adubação	
3.	Técnica de Adubação Orgânica	
4.	Rotação de piquetes	
5.	Controle de doenças animais em geral	
6.	Preparo de solo	
7.	Outra	
8.	NS	
9.	NR	

20. Durante o desenvolvimento das técnicas mencionadas acima, quais destas organizações o apoiaram? (leia as opções e marque uma ou mais respostas).

	01 Organização de Extensão Rural Estadual (ex: Emater)
	02. Organização de Extensão Rural (empresa, cooperativa de técnicos, ONGs, OCIPsetc)
	02. Cooperativa
	03. Associação de Produtores
	04. EMBRAPA
	05. Fornecedores de Insumos
	06. Produtores vizinhos
	07. Secretaria Municipal de Agricultura
	08. Universidade



	09. Outro. Qual?
	10. Nenhuma
	88. NS
	99. NR

21. Além do PAA, para quem o senhor (a) vende sua produção (não leia as opções e marque uma ou mais respostas)

	Antes do PAA	Depois do PAA
1. Cooperativa		
2. Feiras		
3. Venda direta ao consumidor		
4. Agroindústria		
5. Laticínio		
6. PNAE		
7. Merenda escolar do município		
8. Atravessador/intermediário		
9. Outro. Qual?		
88. NS		
99. NR		

22. Em relação ao sistema de produção e comercialização de seus produtos agropecuários, é correto afirmar que, após o PAA: ('1' para 'Discordo Fortemente' e '10' para 'Concordo fortemente'. Leia as afirmações e marque apenas uma resposta).

22.1 Sua produção agropecuária diminuiu a necessidade de adquirir insumos fora da propriedade. Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR
22.2 A renda obtida com a produção agropecuária aumentou. Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR
22.3 Os custos de produção diminuíram. Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR
22.4 Houve adoção de novas práticas, como novas técnicas de plantio e de manejo, entre outras. (EXEMPLOS) Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR
22.5 Aumentou e diversificou o número de clientes interessados em adquirir sua produção. Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR
22.6 Houve adoção de técnicas sustentáveis, como agricultura orgânica, e reduzir os impactos ambientais em relação à água, floresta, ao solo, etc. (EXEMPLOS) Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR



### III Aprendizado

23. Quais são as organizações com as quais o(a) senhor(a) tem algum tipo de cooperação para produzir/comercializar? (Anotar a resposta e marcar uma ou mais opções de acordo com o tipo de cooperação abaixo)

	01. Organização de Extensão Rural Estadual (ex: Emater)
	02. Organização de Extensão Rural (empresa, cooperativa de técnicos, ONGs, OCIPsetc)
	02. Cooperativa
	03. Associação de Produtores
	04. EMBRAPA
	05. Fornecedores de Insumos
	06. Secretaria Municipal de Agricultura
	07. Universidade
	08. Outro. Qual?
	09. Nenhuma
	88. NS
	99. NR

Tipo de cooperação: 1 – Assistência técnica; 2 – Comercialização; 3 – Utilização de máquinas e equipamentos coletivos; 4 – instalação para transformação dos produtos; 5 - Ação política para solução de problemas comuns dos produtores; 6 – Assessoria técnica sobre acesso a editais de compra; 7 – Outros.

24. Com quem o (a) senhor (a) busca informações para resolver problemas em sua produção/comercialização? Indique '1' para 'Nunca' e '10' para 'Sempre' (leia as afirmações e marque apenas uma resposta).

01. Informações dos produtores vizinhos.	Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre 88.NS__99.BR__00.NSA
02. Informações de consumidores/compradores.	Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre 88.NS__99.BR__00.NSA
03. Informações de fornecedores de insumos	Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre 88.NS__99.BR__00.NSA
03. Informações da Cooperativa.	Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre 88.NS__99.BR__00.NSA
04. Informações da EMATER/CATI.	Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre 88.NS__99.BR__00.NSA
05. Informações da EMBRAPA.	Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre 88.NS__99.BR__00.NSA
06. Informações da associação de produtores orgânicos.	Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre 88.NS__99.BR__00.NSA
07. Informações da Universidade.	Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre



88.NS__99.BR__00.NSA
08. Informações de ONG.
Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre
88.NS__99.BR__00.NSA
09. Outras fontes.
Quais _____
Nunca 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Sempre
88.NS__99.BR__00.NSA

25. De quais organizações sociais e movimentos sociais o senhor participa?

		1. Antes do PAA	2. Depois do PAA	3. Não participa	88. NS	99. NR
	1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais.					
	2. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.					
	3. Associação de Produtores					
	4. Associação de Produtores Orgânicos					
	5. Redes de comercialização					
	6. Cooperativa					
	7. Organização Não-Governamental					
	8. Redes de produção orgânica.					
	9. Redes de certificação de produtos orgânicos.					
	9. Outra. Qual?					

26. Gostaríamos que o(a) senhor(a) avaliasse se a sua participação nessas organizações permitiu: ('1' para 'Discordo Fortemente' e '10' para 'Concordo fortemente'. Leia as afirmações e marque apenas uma resposta).

26.1 Conhecer as diferentes organizações que trabalham para o fortalecimento da agricultura familiar
Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente
88.NS__99.BR
26.2 Aprender sobre novas práticas para a produção/comercialização de seus produtos
Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente
88.NS__99.BR
26.3 Acessar outros programas de governo (diferentes do PAA) para melhorar a produção/transformação.
Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente
88.NS__99.BR
26.4 Acessar outros programas de governo para melhorar a comercialização (eletricidade, feiras, aquisição de veículos, etc.).
Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente
88.NS__99.BR



#### **IV - Políticas Públicas e organizações de apoio**

27. O (A) senhor(a) tem acesso a alguma forma de crédito, além do PAA? Quais? *(leia as opções e marque mais de uma resposta)*

01. PRONAF. Marque o tipo de PRONAF: _____
02. Cooperativa de crédito
03. Bancos privados (outras linhas além do PRONAF)
04. Empréstimo junto a amigos e parentes
05. Microcrédito (Banco do Povo)
06. Outra. Qual?
07. Nenhuma
88. NS
99. NR

28. Quais programas do governo o senhor (a) acessa, além do PAA? *(leia as opções e marque uma ou mais respostas)*

01. Bolsa Família
02. CISTERNAS
03. PNAE
04. Luz para todos
05. Programa de Irrigação
06. Habitação Rural
07. Minha Casa Minha Vida
08. Programa de Microbacias I
08. Programa de Microbacias II
09. Outro. Qual?
88. NS
99. NR

29. A sua participação no PAA contribuiu para: ('1' para 'Discordo Fortemente' e '10' para 'Concordo fortemente'. *Leia as afirmações e marque apenas uma resposta).*

01. Aumentar seu conhecimento sobre crédito rural. Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR
02. Acessar outras políticas públicas/programas do governo. Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR
03. Ampliar a participação social em conselhos e entidades representativas rurais. Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR
04. Valorizar sua condição de agricultor familiar Discordo Fortemente 1__2__3__4__5__6__7__8__9__10__ Concordo fortemente 88.NS__99.BR



30. O senhor tem algum tipo de certificação? Qual? *(Não leia as opções e marque uma ou mais respostas).*

	1. OCS
	2. OPAC
	3. Auditoria
	4. Não tem certificação
	88. NS
	99. NR

### **V - Renda**

31. Qual a renda mensal familiar? *(Se necessário, leia as opções e marque apenas uma opção)*

	1. Não tem renda
	2. Até R\$ 880,00 (1 SM)
	3. De R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00 (1 a 2 SM)
	4. De R\$ 1.760,00 a R\$ 3.520,00 (2 a 4 SM)
	5. De R\$ 3.520,00 a R\$ 4.400,00 (4 a 5 SM)
	6. De R\$ 4.400,00 a R\$ 8.800,00 (5 a 10 SM)
	7. Mais de R\$ 8.800,00 (Mais de 10 SM)
	88. NS
	99. NR

32. Como é a distribuição de sua renda familiar, conforme as diferentes fontes de ingresso *(Anote os valores em reais correspondentes a cada grupo de atividades)?*

R\$ _____	1. Atividades agrícolas e pecuárias dentro da propriedade (diferentes tipos de produção e criação de animais)
R\$ _____	2. Trabalho assalariado fora da propriedade
R\$ _____	3. Trabalho autônomo fora da propriedade
R\$ _____	4. Aposentadoria rural
88. NS	
99. NR	

33. Quanto de sua renda familiar é proveniente do PAA? Considere a renda obtida com o último projeto que o Sr(a) participou. *(Anote o valor em reais)*

R\$ \_\_\_\_\_

34. Quantas pessoas vivem dessa renda familiar? *(Anote a resposta. Não leia as opções NS e NR).*

_____	Número de pessoas
	88. NS
	99. NR



**Universidade de Brasília**

35. A partir do PAA, a sua renda: *(Leia as opções e marque apenas uma opção)*

	1. Aumentou
	2. Diminuiu
	3. Permaneceu igual
	88. NS
	99. NR

**AGRADECER AO ENTREVISTADO E ENCERRAR A ENTREVISTA.**

Horário de término da entrevista: \_\_\_\_\_ horas \_\_\_\_\_ minutos